



CABO VERDE

AVALIAÇÃO DE BASE DA

PREPARAÇÃO NACIONAL

PARA CATÁSTROFES

UMA FERRAMENTA ORIENTADA POR DADOS PARA
AVALIAÇÃO DE RISCO E CONSTRUÇÃO DE RESILIÊNCIA
DURADOURA



AUTORES

AUTORES PRINCIPAIS

Autores Principais
Irmak Renda-Tanali, DSc
Sharon Mielbrecht
Dan Morath, MS, GISP

AUTORES CONTRIBUENTES

Annie Collopy, MSc Sarah Bryan, MS
Alexander Montoro, MSc
Joel Myhre, MA
Daniel Siegel, MS

VISUALIZAÇÃO DE PROGRAMAS & COMUNICAÇÃO

Chani Goering Gestor de Comunicação e Divulgação
cgoering@pdc.org

LÍDER DE NDPBA EM CABO VERDE

Steve Recca
Conselheiro do Programa de Ajuda Humanitária
srecca@pdc.org

DIRETOR DO PROGRAMA NDPBA

Erin Hughey, PhD
Diretora de Operações Globais
ehughey@pdc.org

AGRADECIMENTOS

O Centro de Desastres do Pacífico (Pacific Disaster Center, PDC) gostaria de oferecer um sincero "mahalo" e reconhecer todas as agências e organizações que forneceram contributos e orientações perspicazes que levaram à conclusão deste relatório, incluindo todos os representantes que contribuíram para os workshops, inquéritos, entrevistas, validação de dados e análises. Oferecemos um agradecimento especial ao Major Rodrigues da Proteção Civil de Cabo Verde pela sua liderança exemplar ao longo do projeto, bem como o seu notável compromisso em salvar vidas, reduzir perdas e construir um Cabo Verde mais seguro e resiliente.

- Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos (National Association of Municipalities)
- Guarda Costeira de Cabo Verde (Cabo Verde Coast Guard)
- IFRC/ Cruz Vermelha de Cabo Verde (Red Cross Cabo Verde)
- Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde (National Statistical Institute of Cabo Verde)
- Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica Cabo Verde (National Meteorology and Geophysics Institute of Cabo Verde)
- Instituto Nacional de Saúde Pública (Instituto de Saúde Pública – Epidemiologia e Formação)
- Mindelo & São Vicente
- Município da Praia, Direção da Proteção Civil e Bombeiros
- Internacional Preparado
- Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros de Cabo Verde
- Escritório Conjunto do PNUD/UNICEF/UNFPA de Cabo Verde
- Universidade de Cabo Verde (University of Cabo Verde)

LISTA DE ABREVIACES

AAC Agência de Aviação Civil/
Civil Aviation Agency

ACCEA Associação Cabo-
Verdiana de Educação
Ambiental / Cabo Verdean
Association for Environmental
Education

ADA Apoio ao
Desenvolvimento Autnomo
/ Support for Autonomous
Development

ADAD Associação para
a Defesa do Ambiente e
Desenvolvimento/ Association
for the Defense of the
Environment and Development

AfDB Grupo do Banco
Africano de Desenvolvimento

AFRICOM Comando Africano
(ou Comando Africano dos
E.U.A.)

AHBV Associaes
Humanitárias de Bombeiros
Voluntários / Humanitarian
Association of Volunteer
Firefighters

ANMCV Associação de
Municípios de Cabo Verde /
Association of Cabo Verdean
Municipalities

AOSIS Aliança de Pequenos
Estados Insulares / Alliance of
Small Island States

ARES Agência Reguladora do
Ensino Superior / Regulatory
Agency for Higher Education

AU União Africana / African
Union

CC Capacidade de Reação /
Coping Capacity

CCA Ação/Adaptação s
Alterações Climáticas / Climate
Change Action/Adaptation

CMOEPC Centro Municipal
de Operações de Emergência/
Municipal Emergency
Operations Center

CNOEPC Centro Nacional de
Operações de Emergência/
National Emergency
Operations Center

CNOEPCAL Centro Nacional
de Operações de Emergência
Alternativas / Alternative
Emergency Operations Center

CNPC Conselho Nacional
de Proteção Civil / National
Council for Civil Protection

COG Continuidade do
Governo / Continuity of
Government

COOP Continuidade das
Operações / Continuity of
Operations

COP Quadro Operacional
Comum / Common Operating
Picture

COVID-19 Doença do Vírus
Corona 2019 / Corona Virus
Disease 2019

CPLP Comunidade dos
Países de Língua Portuguesa
/ Community of Portuguese
Speaking Countries

CV Cabo Verde / Cape Verde

CVCG Guarda Costeira de
Cabo Verde / Cabo Verdean
Coast Guard (também ver
CVGC)

CVCV Cruz Vermelha de Cabo
Verde / Cabo Verde(an) Red
Cross

DGASP Direção Geral de
Agricultura, Florestas e
Pecuária / General Directorate
of Agriculture, Forestry, and
Livestock

DM Gestão de Desastres /
Disaster Management

DMA Análise de Gestão
de Desastres / Disaster
Management Analysis

DNA Direção Nacional do
Ambiente de Cabo Verde
/ National Directorate for
Environment

DRM Gestão de Riscos de Desastres / Disaster Risk Management

DRR Redução do risco de desastres / Disaster Risk Reduction

ECREE Centro CEDEAO para Energias Renováveis e Eficiência Energética / ECOWAS Center for Renewable Energy and Energy Efficiency

CEDEAO Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental / Economic Community of West African States

EMOPS[®] Operações de Emergência / Emergency Operations (DisasterAWARE[®])

ENACOL Empresa Nacional de Combustíveis / National Fuel Company

ENAPOR Empresa Nacional de Administração dos Portos / National Company for Port Administration

ENRRD Estratégia Nacional de Redução de Risco de Desastres / National Disaster Risk Reduction Strategy

ENSAN Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional / National Strategy for Food and Nutritional Security

EOC Centro de Operações de Emergência / Emergency Operations Center

EOP Plano de Operações de Emergência / Emergency Operations Plan

EU União Europeia / European Union

EWS Sistema de Alerta Precoce / Early Warning System

FACV Forças Armadas Cabo Verde / Armed Forces of Cabo Verde

FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura / Food and Agriculture Organization of the United Nations

FNE Fundo Nacional de Emergência / National Emergency Fund

FSE Fundo Soberano de Emergência / Sovereign Emergency Fund

GDP Produto Interno Bruto / Gross Domestic Product

GFDRR Facilidade Global para Redução e Recuperação de Riscos de Desastres (do Grupo do Banco Mundial) / Global Facility for Disaster Risk Reduction and Recovery (of World Bank Group)

GIS Sistemas de Informação Geográfica / Geographic Information Systems

GoGIN Rede Inter-regional do Golfo da Guiné/ Gulf of Guinea Inter-regional Network

HAN Hospital Agostinho Neto

HAZMAT Materiais Perigosos / Hazardous Materials

HBS Hospital Dr. Baptista de Sousa

HFA Quadro de Acção de Hyogo / Hyogo Framework for Action

IAP Planeamento de Acções de Incidentes / Incident Action Planning

IBRD Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento / International Bank for Reconstruction and Development (of World Bank Group)

LISTA DE ABREVIACÕES

ICC Conselho Internacional de Código / International Code Council

ICIEG Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género/ Cabo Verdean Institute for Gender Equality and Equity

ICS Sistema de Comando de Incidentes / Incident Command System

IDA Associação Internacional de Desenvolvimento (do Grupo do Banco Mundial) / International Development Association (of World Bank Group)

IDP População Deslocada Internamente / Internally Displaced Population

IFAD Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola / International Fund for Agricultural Development

IMO Organização Marítima Internacional / International Maritime Organization

INDC Contribuição Determinada a Nível Nacional / Intended Nationally Determined Contribution

INECV Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde / National Statistical Institute of Cabo Verde

INGRH Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos / National Institute of Water Resources Management

INMG Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica / National Meteorology and Geophysics Institute

INSP Instituto Nacional de Saúde Pública / National Institute of Public Health

INVOLCAN Instituto Vulcanológico das Canárias/ Canary Islands Volcanic Institute

IPU União Interparlamentária / Inter-Parliamentary Union

ISCEE Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais / Higher Institute of Economic and Business Sciences

ISCJS Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais / Higher Institute of Legal and Social Sciences

ITSO Organização Internacional de Telecomunicações / International Telecommunications Satellite Organization

ITU União Internacional de Telecomunicações / International Telecommunication Union

ITUC Confederação Sindical Internacional / International Trade Union Confederation

IWRM Gestão Integrada de Recursos Hídricos / Integrated Water Resources Management

JRCC Centro de Coordenação Conjunta de Resgate / Joint Rescue Coordinating Center

K-12 do Jardim de Infância ao 12º ano / from Kindergarten to 12th grade

KAIPTC Centro Internacional de Formação de Manutenção da Paz de Kofi Annan / Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre

MAI Ministério da Administração Interna / Ministry of Internal Affairs

MDA Ministério, Departamento ou Agência / Ministry, Department, or Agency

MIOTH Ministério da Infraestrutura, Ordenamento do Território e Habitação / Ministry of Infrastructure, Spatial Planning and Housing

MoU Memorando de Entendimento / Memorandum of Understanding

NAM Movimento Não Alinhado / Non-Aligned Movement

NAPA Programa Nacional de Adaptação / National Adaptation Program of Action

NBSAP Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade / National Biodiversity Strategy and Action Plan

NCP Plano Nacional de Contingência / National Contingency Plan

NDPBA Avaliação da Base de Bases de Preparação de Desastres / National Disaster Preparedness Baseline Assessment

NDRR Redução do Risco de Desastre Nacional / National Disaster Risk Reduction

NEOC Centro Nacional de Operações de Emergência / National Emergency Operations Center (see also CNOEPC)

NGO Organização Não Governamental / Non-Governmental Organization

OIF Organização dos Países de Língua Francesa / Organization of French Speaking Countries

OMCV Organização das Mulheres de Cabo Verde / Women Organization of Cabo Verde

OPCW Organização para a Proibição de Armas Químicas / Organization for the Prohibition of Chemical Weapons

OVCV Observatório Vulcanológico de Cabo Verde/ Cabo Verde Volcanological Observatory

PAGIRH Plano de Ação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos / Plan of Action for the Integrated Management of Water Resources

PAN-LCD Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação / National Action Plan to Combat Desertification

PANA Plano de Ação Nacional para o Meio Ambiente / National Action Plan for the Environment

PDC Centro de Desastres do Pacífico / Pacific Disaster Center

PDNA Avaliação das Necessidades Pós-Desastre / Post Disaster Needs Assessment

PDRF Quadro de Recuperação Pós-Desastre / Post Disaster Recovery Framework

PEDA Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola / Agriculture Strategic Development Plan

PEDS Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável/ Strategic Plan on Sustainable Development

PIO Oficial de Informação Pública / Public Information Officer

PLENAS Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento / National Strategic Water and Sanitation Plan

PNIA Plano Nacional de Investimento Agrícola / National Agricultural Investment Plan

PNIG Plano Nacional para Igualdade de Gênero / National Plan for Gender Equality

POOC_M Plano de Ordenamento da Orla Costeira e do Mar / Coastal and Sea Management Plan

LISTA DE ABREVIACÕES

PPE Equipamento de Proteção Individual / Personal Protective Equipment

PPP Parceria Público-Privada / Public-Private Partnership

R&D Investigação e Desenvolvimento / Research and Development

REFLOR-CV Resiliência das florestas Cabo Verde / Resilience of Forestry Sector to Climate Change

SAR ou S&R Search and Rescue / Search and Rescue

SD Desenvolvimento Sustentável / Sustainable Development

SDG Objetivo de Desenvolvimento Sustentável / Sustainable Development Goal

SIDS Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento / Small Island Developing States

SINAGERD Sistema Nacional de Gestão de Risco de Desastres / National Disaster Risk Management System

SIT-CV Sistema de Informação Territorial de Cabo Verde / Territorial Information System of Cabo Verde

SMPCB Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros / Municipal Civil Protection and Fire Service

SNPC Serviço Nacional de Proteção Civil / National Civil Protection Service (replaced by SNPC-B)

SNPC-B Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros / National Civil Protection and Fire Service (see also CVCP)

SOP Standard Operating Procedure / Procedimento Operacional Padrão

S&T Ciência e Tecnologia / Science and Technology

TACV Transportes Aéreos de Cabo Verde / Transporte Aéreo de Cabo Verde

UK Reino Unido / United Kingdom

ULCV Universidade Lusófona de Cabo Verde/ Lusófona University of Cabo Verde

UM Universidade Mindelo/ Mindelo University

UN Nações Unidas / United Nations

UNDAC Avaliação e Coordenação de Catástrofes das Nações Unidas / United Nations Disaster Assessment and Coordination

UNDAF Quadro de Ajuda ao Desenvolvimento das Nações Unidas / United Nations Development Assistance Framework

UNDP Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / United Nations Development Programme

UNDRR Gabinete das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Catástrofes / United Nations Office for Disaster Risk Reduction

UNFCCC Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas / United Nations Framework Convention on Climate Change

UNFPA Fundo das Nações Unidas para a População ou Fundo das Nações Unidas para Actividades Populacionais / United Nations Population Fund or United Nations Fund for Population Activities

UNHCR Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados / United Nations High Commissioner for Refugees

UNICA Universidade Intercontinental de Cabo Verde/ Intercontinental University of Cabo Verde

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Educação das Crianças / United Nations Children's Educational Fund

Uni-CV or UNICV Universidade de Cabo Verde/ University of Cabo Verde

US United States or Universidade de Santiago / Santiago University

USAFRICOM US Africa Command (see also AFRICOM)

USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional / United States Agency for International Development

USD Dólares Americanos / United States Dollar

UTA Universidade Técnica do Atlântico / Technical University of the Atlantic

VAT Imposto sobre o Valor Acrescentado / Value Added Tax

WADPI Iniciativa de Preparação para as Catástrofes da África Ocidental (de AFRICOM) / West Africa Disaster Preparedness Initiative (of AFRICOM)

WAEMU União Económica e Monetária da África Ocidental / West African Economic and Monetary Union

WAI Instituto da África Ocidental / West Africa Institute

WASH Água, Saneamento e Higiene / Water, Sanitation, and Hygiene

WCO Organização Mundial das Alfândegas / World Customs Organization

WTO Organização Mundial do Comércio / World Trade Organization

WHO Organização Mundial de Saúde / World Health Organization

TABELA DE CONTEÚDOS

RESUMO EXECUTIVO	12
-------------------------	-----------

INTRODUÇÃO	24
-------------------	-----------

METODOLOGIA E OBJETIVOS	26
--------------------------------	-----------

MEDIÇÃO DO RISCO	27
MEDIÇÃO DA RESILIÊNCIA	28
CONCEITOS-CHAVE	29
ANÁLISE DE GESTÃO DE DESASTRES	30
TEMAS DE GESTÃO DE DESASTRES	31

HISTÓRIA DO PAÍS E VISÃO GERAL	32
---------------------------------------	-----------

GEOGRAFIA	33
GEOLOGIA E CLIMA	34
DEMOGRAFIA	35
ECONOMIA	36
INFRAESTRUTURA-CHAVE	37
GESTÃO DE DESASTRES	40

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE (RVA)	42
---	-----------

EXPOSIÇÃO MULTI-RISCO	44
VULNERABILIDADE	50
CAPACIDADE DE REAÇÃO	54
RESILIÊNCIA	58
RISCO ESPECÍFICO DE PEPRIGO	62
RISCO MULTI-PERIGO	76

ANÁLISE DE GESTÃO DE DESASTRES (DMA)	80
.....	
RECOMENDAÇÕES NACIONAIS	140
.....	
PLANO DE 5 ANOS	158
.....	
PERFIS DE RISCO MUNICIPAIS	160
.....	
ANEXO A	162
.....	
OBRAS CITADAS	174
.....	
BIBLIOGRAFIA	178
.....	



RESUMO EXECUTIVO

**AVALIAÇÃO DE BASE DA PREPARAÇÃO NACIONAL
PARA CATÁSTROFES PARA CABO VERDE**

VISÃO GERAL

O Centro de Desastres do Pacífico (PDC) concluiu a Avaliação De Bases de Emergência de Desastres (NDPBA) de Cabo Verde em parceria com o Ministério da Administração Interna, MAI) e Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros, SNPC-B. Ao longo do NDPBA, foram pesquisadas e analisadas capacidades de gestão de riscos, vulnerabilidades, resiliência e gestão de desastres para a produção de dados científicos para utilização no processo de tomada de decisão durante todas as fases de gestão de desastres.

O NDPBA fornece às partes interessadas ferramentas analíticas, dados científicos e práticas baseadas em evidências para a comunidade de gestão de desastres em Cabo Verde para reduzir os esforços de risco de desastres e apoiar os esforços de resposta. Os resultados baseiam-se em investigação documental e dados disponibilizados pelos Parceiros de Cabo Verde entre 2019 e 2021. A metodologia e as recomendações associadas alinham-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (OsDS) e o Quadro Sendai para a Redução de Riscos de Desastres (Sendai Framework) 2015-2030.

O NDPBA foi financiado pelo Governo dos Estados Unidos através do Comando africano dos Estados Unidos e conduzido em coordenação com a Embaixada dos Estados Unidos na Praia. Embora o SNPC-B tenha sido o parceiro do PDC no país durante este projeto, o PDC também desenvolveu relações e acordos de partilha de dados com várias agências governamentais e não governamentais em Cabo Verde que apoiaram o processo de recolha e verificação de dados.

O relatório completo apresenta os dados recolhidos, os resultados da avaliação, a análise destes resultados e as recomendações para um alinhamento mais próximo do Quadro de Sendai. As secções seguintes resumem as conclusões para revisão executiva.

Embora Cabo Verde seja um pequeno país com desafios relacionados com as alterações climáticas, tem feito progressos significativos no sentido de compreender os riscos dos riscos climáticos contemporâneos e futuros. Compreender estes riscos cria um ambiente que permite à comunidade de gestão de desastres preparar as bases para reduzir o risco de desastres e aumentar as capacidades de preparação e resposta de desastres. Embora se tenha verificado progressos significativos no sentido da redução do risco de catástrofes, existem desafios para aumentar a resiliência económica e reduzir as vulnerabilidades socioeconómicas. As capacidades militares de Cabo Verde e o seu papel na CEDEAO são pontos fortes na criação e manutenção da sua capacidade de gestão de desastres (DM).

A economia de Cabo Verde é impulsionada pelo setor dos serviços, representando cerca de 70% do PIB.¹ O país depende fortemente do turismo, representando cerca de 25% do PIB e 40% da atividade económica global. As remessas pessoais são uma fonte significativa de rendimento, equivalente a cerca de 14% do PIB em 2020.² Em contrapartida; a agricultura representa apenas 6% do PIB. Com poucos recursos naturais e terrenos aráveis limitados, Cabo Verde conta com recursos externos para satisfazer necessidades de alimentação e energia. Pobreza urbana e

acesso equitativo à informação e aos recursos também desafia o avanço económico mais amplo e o desenvolvimento sustentável. Em combinação com a dependência das transferências de dinheiro externas, a economia é sensível a choques externos e perturbações nas funções normais.

Enquanto a pandemia COVID-19 atingiu Cabo Verde numa altura de forte desenvolvimento económico, o encerramento do sector do turismo contraiu, conseqüentemente, o PIB total em cerca de 15% em 2020, invertendo os recentes progressos no desenvolvimento económico e na redução da pobreza². Além disso, a dispersão das ilhas complica a distribuição equitativa dos recursos a populações mais remotas. O impacto da pandemia global, aliado à exposição de Cabo Verde a múltiplos riscos naturais, coloca uma pressão adicional na economia e nos serviços sociais, nos recursos ambientais e nas infraestruturas críticas.

Cabo Verde sofreu surtos de doenças passadas, com um surto de cólera em 1995 que afetou todas as nove ilhas e um surto de Dengue em 2009 que afeta as ilhas de Brava, Fogo, Maio e Santiago. Estes eventos resultaram na expansão dos sistemas de saúde e na criação de pelo menos quatro hospitais regionais, servindo doentes de várias ilhas com capacidades de urgência e formando uma unidade de delegação de saúde pública em cada concelho. A expansão do sistema de saúde ajudou o país a responder à pandemia global COVID-19.

Perante estes desafios, o Governo de Cabo Verde tomou medidas essenciais para garantir a segurança dos seus cidadãos. Entre elas está a legislação de 2012 que estabelece a base geral da Proteção Civil em Cabo Verde que delinea as funções do Serviço Nacional de Proteção Civil (SNPC-B) no ministério da Administração Interna e descentralização das funções que permitem a preparação e capacitação de resposta.

O papel do SNPC-B como principal agência coordenadora para a gestão de desastres engloba a mobilização de atores DM, a proteção da saúde pública e a segurança, a restauração dos serviços governamentais e a prestação de ajuda de emergência às populações afetadas por catástrofes. A função do SNPC-B foi reforçada através da criação dos Centros de Comando Regional e Dos Bombeiros Municipais (Bombeiros) em cada um dos 22 municípios. Em conjunto, estas etapas reforçaram a capacidade de DM subnacional e reforçaram a coordenação global do DM.



Embora não seja um elemento essencial do NDPBA, também notamos a resposta agressiva, pensativa e em grande parte bem sucedida ao novo coronavírus (COVID-19) durante a primavera e verão de 2020.

Com o apoio do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Governo de Cabo Verde reagiu cedo com rigorosas medidas de contenção para mitigar e gerir os riscos associados ao vírus. Em resposta aos impactos económicos negativos da pandemia, o Governo de Cabo Verde rapidamente forneceu transferências temporárias de dinheiro para as famílias mais vulneráveis utilizando os sistemas de prestação de serviços de proteção social existentes. No momento desta escrita, embora a pandemia global continue, o país mantém as suas medidas para impedir a transmissão do vírus e permanece bem posicionado para sustentar a recuperação e desenvolvimento positivos.



Cabo Verde tem um sistema parlamentar e jurídico relativamente robusto e a economia é apoiada por doadores externos, mas os défices orçamentais dificultam a atribuição de um orçamento dedicado ao DM para cobrir perdas de catástrofes. Apesar dos desafios acima referidos, o país tem um sistema financeiro bem regulamentado e relativamente estável.

Embora o país tenha políticas e planos para abordar o ciclo do DM, está a passar por dificuldades em alinhar a implementação do quadro jurídico com as agendas nacionais e municipais com orçamentos limitados. Além disso, as políticas estratégicas e os planos precisam de ser atualizados, uma vez que foram redigidos há mais de dez anos. No entanto, são promissores os planos de revisão da Lei de Bases da Proteção Civil e do Projeto de Lei que profissionaliza as carreiras de combate a incêndios e de proteção civil. Alinharão o sistema com o Sistema Nacional de Gestão de Riscos de Desastres (SINAGERD) que a Estratégia Nacional para a RDR 2018-2030 (ENRRD) promete.

RESUMO DAS CONCLUSÕES

O Ministério da Administração Interna (MAI), através do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPC-B), lidera o esforço do país na preparação, resposta e recuperação de desastres. Empenhado numa abordagem de todos os riscos para a gestão de riscos de desastres, o SNPC-B coordena e mobiliza as principais organizações e recursos das partes interessadas. Estes incluem ministérios e agências governamentais, serviços de proteção, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações baseadas na comunidade e na fé em todas as fases de gestão de catástrofes para prevenir e reduzir os impactos de risco a nível nacional.

O SNPC-B desenvolve planos e procedimentos de apoio vertical e horizontal à gestão abrangente de desastres e governação dos riscos de catástrofes em coordenação com os 22 governos municipais e as agências nacionais. Estes incluem o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG), a Guarda Nacional de Cabo Verde e a Guarda Costeira (CVCG), a Cruz Vermelha de Cabo Verde (CVCV), e através do apoio internacional.

Os resultados da investigação identificam potenciais lacunas na formalização e integração do plano, na capacitação, na alocação equitativa de recursos de resposta a catástrofes, financiamento de catástrofes (especialmente a nível municipal), resposta às necessidades das populações vulneráveis, gestão e partilha de informação, capacidades de alerta precoce para monitorização de riscos e mitigação de desastres de início súbito ou de início lento, incluindo impactos

EXPOSIÇÃO A RISCOS NATURAIS

>136,000

pessoas afetadas por desastres naturais (2010 - 2020)

70,000

pessoas afetadas por inundações em 2017



Seca



Inundação



Deslizamento de terras



Incêndio florestal



Volcanoes



Crescimento económico deverá atingir média de 4,6% até 2022 como condições económicas

melhorar e menos perturbações globais da cadeia de abastecimento combinam para impulsionar o consumo privado e o investimento. A inflação está prevista em 1,3% e deverá manter-se baixa a médio prazo.



A pandemia COVID-19 atingiu Cabo Verde num momento de forte desenvolvimento económico. O

encerramento do turismo setor consequentemente contraiu PIB total em cerca de 15% em 2020, travando os recentes progressos no desenvolvimento económico e na redução da pobreza.



Estão já em curso esforços para avançar para uma redução e resiliência mais significativas dos riscos de catástrofe. Com um financiamento externo substancial do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), da Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), e dos estados-nação parceiros (principalmente Japão, Portugal, e Estados Unidos), o governo de Cabo Verde fez progressos no sentido de integrar ONG, sector privado, e parceiros académicos em iniciativas de Gestão do Risco de Catástrofes/Redução do Risco de Catástrofes (DRM/DRR), integrando os seus serviços de combate a incêndios nos quadros DRR/DM e reforçando as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Embora muito tenha sido realizado, os resultados da análise NDPBA formam recomendações a serem tomadas pelo Governo de Cabo Verde e seus parceiros para aumentar a resiliência, melhorar a gestão de desastres, e enfrentar os desafios da redução do risco de desastres.

DESASTRES GRAVES RECENTES

2020

Inundação

1,050 pessoas afetadas

nas Ilhas Santiago e Brava.

2017

Seca

70,000 pessoas afetadas

em todo o país

RECOMENDAÇÕES



Estas recomendações são incluídas mais pormenorizadamente no conjunto do relatório. A nossa esperança é que o Governo de Cabo Verde e os parceiros críticos de desenvolvimento e gestão de desastres aproveitem os resultados desta avaliação abrangente para permitir um esforço mais robusto e sustentável de redução de riscos de desastres em Cabo Verde.

À LUZ DAS NOSSAS DESCOBERTAS, O PDC FAZ AS SEGUINTE RECOMENDAÇÕES:

1

Formalizar competências de gestão de desastres no SNPC-B. Assegurar uma carreira de segurança civil estabelecida e a continuidade nas políticas e planeamento no SNPC-B para um DM e DRR eficazes.

2

Reforçar os Comandos Operacionais Regionais. Estabelecer/cartografar legalmente os Centros de Comando Regional da Protecção Civil para proporcionar mais autoridade e autonomia com orçamentos dedicados.

3

Implementar totalmente um sistema padrão de gestão de incidentes em todos os níveis do governo. Incluir o treino do Sistema de Comando de Incidentes para a gestão do NEOC.

4

Desenvolver um mecanismo formal para avaliar os progressos alcançados na consecução dos objectivos de DRR e de Desenvolvimento Sustentável. Garantir a coerência no desenvolvimento, reforço e implementação de políticas, planos, práticas e mecanismos legais e institucionais para uma agenda comum para o crescimento sustentável, a segurança alimentar, a saúde pública e a segurança, a gestão ambiental e a redução dos riscos de catástrofes.

5

Atualizar as políticas para assegurar as ONGs, os parceiros do sector privado, outras organizações sectoriais e a academia estão a engatar esforços de gestão de desastres governamentais de forma coordenada e complementar. Formalizar e construir relações com parceiros-chave nestes sectores. Integrá-los formalmente em planos.

6

Rever a legislação relativa aos orçamentos nacionais e subnacionais do DM. Por exemplo, assegurar financiamento adequado para melhorar a capacidade operacional e as necessidades de DM/DRR, educação e R&D.

7

Desenvolver uma estratégia nacional de transferência de riscos para riscos naturais. Desenvolver um mercado catastrófico de seguros de risco com mecanismos regulamentares adequados para prémios a preços acessíveis e solvabilidade do mercado, trabalhando com bancos regionais e companhias de seguros privadas.

8

Criar mecanismos formais de microfinanciamento a preços acessíveis através de parcerias público-privadas (PPPs). Alavancar os programas de financiamento de desastres existentes.

9

Envolver o público para apoiar os esforços do DM para reduzir a dependência do governo. Disposições legais estabelecem uma base robusta para atividades relacionadas com a preparação de emergência lideradas pelo governo que envolvam o sector público, o sector privado, as ONGs e as agências governamentais.

10

Criar Continuidade de Operações/Continuidade dos planos do Governo para todos os níveis de governo. Partilhar planos ministeriais e departamentais de COOP/COG para reduzir os requisitos de sobreposição e aumentar a interoperabilidade durante as operações de continuidade.

11

Atualizar os planos existentes e desenvolver planos e procedimentos para todas as fases da DM. Padronizar a orientação de planeamento e desenvolva modelos associados para múltiplos riscos que cubra todas as fases de gestão de desastres e contabilizando desafios geográficos únicos do arquipélago.

12

Melhorar o quadro operacional de Cabo Verde e a capacidade de serviço de desastres para cumprir as normas internacionais. Incluir EOPs escaláveis, formação e exercícios, melhores sistemas de logística e armazenamento, alavancando as redes internacionais de DM e de coordenação.

13

Melhorar e expandir o sistema nacional de abrigo. Incluir inventários de abrigo com capacidade e adequação deve ser avaliado para desastres previstos.

14

Melhorar as instalações de desastres de Cabo Verde e a qualidade e quantidade de equipamentos através de mecanismos de financiamento adequados. Incluir financiamento para postos de bombeiros, instalações de monitorização de riscos, armazéns e sistemas de abastecimento logístico.

15

Construir capacidade de recursos humanos em todo o país para apoiar os esforços do DM. Incluir bombeiros, pessoal da proteção civil, bem como pessoal científico.

16

Aumentar a capacidade e qualidade dos cuidados de saúde em todo o arquipélago para aumentar o acesso e a resiliência de desastres.

Criar instrumentos legais para regular o sistema de cuidados de saúde de emergência com responsabilidade, credibilidade e qualidade de serviço.

17

Melhorar as capacidades funcionais, incluindo evacuação, segurança, WASH, HAZMAT e SAR. Integrar planos sectoriais e comunitários aos planos nacionais.

18

Instituir e expandir programas de formação e requisitos de exercício.

Conectar competências a posições-chave de liderança e a todos os colaboradores relevantes da DM.

19

Incluir a DRM na Agenda S&T e alavancar a academia para a geração de conhecimentos específicos de Cabo Verde.

Integrar a DRR, a consciência do risco e a preparação nos currículos escolares e desenvolver estratégias para envolver o público em campanhas de preparação e de reforço da resiliência.

20

Reforçar os mecanismos de aplicação do código de construção. Certificar de que os códigos de construção refletem adequadamente as zonas de perigo e são aplicados para evitar aglomerações e reduzir o risco em áreas propensas a catástrofes.

21

Desenvolver redes de comunicações fiáveis para ligar polícias, bombeiros e serviços municipais de Proteção Civil. Considerar a criação de uma rede acessível a satélites para melhorar as comunicações de DM entre ilhas.

22

Estabelecer requisitos de avaliação de risco e vulnerabilidade nos esforços de planeamento de DM e DRR a nível nacional e para cada município. Formalizar a inclusão dos critérios de alterações climáticas nas avaliações de risco através da colaboração com as partes interessadas relevantes, principalmente através de associações de investigação com os sectores académico e privado.

23

Aumentar o acesso à informação e a partilha entre todas as partes interessadas do DM, desenvolvendo ou promovendo uma plataforma COP. Estabelecer/manter a capacidade de mapeamento de riscos e um sistema centralizado de SIG para apoiar a avaliação dos riscos a nível nacional e subnacional, com formação adequada do pessoal e criar/atualizar/manter uma base de dados nacional de perdas de desastres ligada à agência nacional de estatísticas INECV.

24

Institucionalizar normas para danos e avaliações de necessidades. Desenvolver uma metodologia de avaliação autorizada a nível nacional, tornando-as um requisito no âmbito do processo de declarações, atribuindo recursos adequados e pessoal treinado, e envolvendo todas as partes interessadas relevantes do DM; adotar uma metodologia e realizar formação.

25

Investir em tecnologias de monitorização de riscos e alerta precoce e estabeleça protocolos à sua volta para aumentar a capacidade de resiliência. Aumentar o EWS para atingir mais de 75% da população e adaptar-se conforme necessário para alcançar populações vulneráveis.

26

Investir em dados e tecnologia para apoiar o mapeamento atualizado do risco de inundação. Modelos de elevação de alta resolução podem apoiar o mapeamento probabilístico da exposição a inundações a perigos contemporâneos e futuros para todo o país.

27

Construir resiliência económica a nível individual, familiar, municipal e nacional. Investir em capital humano, expandindo o acesso a ensino superior e facilitação de programas de educação e formação ligados a prioridades de desenvolvimento sustentável para a diversidade económica, crescimento e rentabilidade do país.

28

Aumentar o acesso, disponibilidade e sustentabilidade da água potável e saneamento. Reforçar a colaboração entre governos, organizações não governamentais e agências de serviços sociais para fazer face às disparidades rurais no acesso à águas potável e infraestruturas de saneamento.

29

Reduzir a marginalização e promover a igualdade de género. Promover políticas que apoiem oportunidades económicas e educativas para as mulheres, incluindo a igualdade de rendimentos, o emprego, a terra e a propriedade doméstica, e o acesso ao crédito.

30

Reavaliar os progressos realizados em relação aos objetivos de DRR e resiliência. Atualizar o NDPBA, incluindo as análises de RVA e DMA, para acompanhar os progressos na redução de vulnerabilidades, aumento das capacidades de gestão de desastres e construção de capacidades de gestão de desastres apoiando os Objetivos de Redução de Riscos de Desastres de Cabo Verde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para uma nação mais resiliente

UMA INTRODUÇÃO

PARA A AVALIAÇÃO DE BASE DE PREPARAÇÃO NACIONAL DE DESASTRES DA PDC (NDPBA)

O **NDPBA** utiliza uma abordagem colaborativa e orientada para as partes interessadas, o **PDC** trabalhou para integrar as prioridades nacionais e o feedback das partes interessadas ao longo de cada passo do processo. O NDPBA de Cabo Verde incluiu uma Avaliação de Risco e Vulnerabilidade (**RVA**) que examinou vários componentes de risco, incluindo exposição a riscos, vulnerabilidade, capacidade de resolução e capacidades de gestão de desastres existentes. As conclusões da RVA foram ainda revistas através da lente da análise única de gestão de desastres (**DMA**) da PDC. O DMA contextualiza a RVA e orienta recomendações destinadas a aumentar a resiliência e a reduzir o risco de catástrofes. As conclusões desta análise foram compiladas num Plano de Redução de Risco de Desastres (**DRR**) que oferece ações práticas a tomar durante um período de cinco anos.

Para aceder a todas as descobertas, recomendações e dados (tabulares e espaciais), desenvolvidos para esta análise, visite a plataforma DisasterAWARE do Centro de Desastres do Pacífico emops.pdc.org.



CABO VERDE

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

A Avaliação de Base Nacional de Preparação para Catástrofes (NDPBA) do Centro de Catástrofes do Pacífico (PDC) é mais do que uma mera avaliação; é um sistema sustentável de acesso, compreensão, actualização e aplicação de informação crítica de risco na tomada de decisões. O NDPBA fornece os instrumentos necessários, dados científicos e práticas baseadas em evidências para reduzir eficazmente o risco de desastres, informando as decisões a nível nacional, subnacional e local.



REFORÇAR PARCERIAS

-  Utilizar o NDPBA como uma ferramenta de apoio à decisão para criar um processo transparente e eficiente para esforços de redução de riscos de desastres no contexto de Cabo Verde.
-  Fornecer ferramentas e dados necessários para a monitorização de desastres para promover a tomada de decisões informadas sobre o risco e o desenvolvimento sustentável.
-  Permite que os membros da equipa conceptualizem o risco em função dos dados, medindo os fatores sociais, culturais e económicos do risco.



APOIAR COMPROMISSOS SENDAI

Ao participar no processo NDPBA, a Argentina aumenta significativamente a sua capacidade de cumprir os compromissos do Quadro Sendai em cada uma destas Áreas Prioritárias:

-  **Prioridade 1** - Compreender o Risco de Desastre
-  **Prioridade 2** - Reforço da Governação do Risco de Desastres para gerir o risco de desastres
-  **Prioridade 3** - Investir na Redução do Risco de Desastres para a Resiliência
-  **Prioridade 4** - Reforço da preparação para a resposta eficaz e "Construir Melhor" na Recuperação, Reabilitação e Reconstrução



AUMENTAR A RESILIÊNCIA

-  Alinhar em áreas onde os esforços de desenvolvimento da capacidade dos parceiros se sobrepõem.
-  Melhorar a resiliência a nível subnacional e reduzir os impactos potenciais para a população.
-  Confiar em ferramentas fidedignas e comprovadas baseadas em dados.



NDPBA

METODOLOGIA E OBJETIVOS

VISÃO GERAL

MEDIÇÃO DO RISCO

METODOLOGIA RVA | COMPONENTES DE RISCO



SUBCOMPONENTES

- Pressões Populacionais
- Desigualdade de Género
- Restrições Económicas
- Acesso à Informação
- Acesso à Água Limpa
- Estado Saúde
- Stress Ambiental

A metodologia NDPBA baseia-se numa abordagem de índice composto e investiga as condições subjacentes que levam a um aumento do risco. A avaliação combina vários componentes de risco que incluem exposição a múltiplos riscos, capacidade de lidar e vulnerabilidade. Os componentes individuais são compostos por subcomponentes utilizados para avaliar o estado das áreas temáticas, quer em suma, quer a cada um. Informações adicionais sobre a metodologia de avaliação podem ser encontradas em: <https://pdc.org/methodology>.

OBJETIVOS

Formar uma base para a partilha e monitorização de dados a longo prazo para apoiar a redução do risco de desastres.

Melhorar a tomada de decisão através de um melhor acesso aos dados temporais e espaciais.

MEDIÇÃO DA RESILIÊNCIA

METODOLOGIA RVA



RISCO INDEPENDENTE



A medida de resiliência inclui componentes de vulnerabilidade e capacidade de resolução, incluindo os seus subcomponentes. Os componentes da resiliência são independentes da exposição ao perigo natural. Este tipo de medidas ajuda a classificar os países com base na sua probabilidade de sofrerem uma perturbação fora de um evento natural.

OBJETIVOS

Utilizar indicadores de vulnerabilidade e capacidade de resolução para determinar iniciativas e compromissos que irão diminuir vulnerabilidade e reduzir o risco de desastres, aumentando a resiliência da população.

CONCEITOS-CHAVE

METODOLOGIA RVA

EXEMPLOS E DEFINIÇÕES



VULNERABILIDADE: Proporciona visibilidade aos fatores socioeconómicos e sociais subjacentes que predisõem áreas a desastres. Uma análise de vulnerabilidade mede as condições e processos físicos, ambientais, sociais e económicos que aumentam a suscetibilidade das comunidades e dos sistemas aos efeitos prejudiciais dos perigos. Na análise são considerados múltiplos fatores que influenciam os resultados das catástrofes, incluindo os ligados à pobreza e ao desenvolvimento.



CAPACIDADE DE REAÇÃO: Dá visibilidade ao estado de governação e capacidade dentro de cada município. Uma análise da capacidade de resposta mede os sistemas, meios e capacidades de absorção e resposta às perturbações na função normal. Considera uma série de fatores que contribuem para a capacidade de uma população impactada de limitar a probabilidade ou gravidade dos efeitos prejudiciais dos perigos e gerir as perturbações que surgem.



RESILIÊNCIA: Fornece uma medida global da capacidade de um município para suportar choques e perturbações na função normal. Por exemplo, os distritos com menor resiliência também podem apresentar uma diminuição da capacidade de uma população para mitigar os impactos negativos de uma catástrofe e voltar à função normal. Esta medida é a combinação dos componentes de vulnerabilidade e capacidade de resolução.

ANÁLISE DE GESTÃO DE DESASTRES

METODOLOGIA DMA

RESULTADOS DE RISCO E VULNERABILIDADE



A Análise de Gestão de Desastres (DMA) identifica, codifica e caracteriza as necessidades de implementação da capacidade, tendo em conta os riscos identificados na RVA e as metas de redução de risco de um país. A análise analisa as capacidades, recursos e sistemas que foram desenvolvidos ou implementados para reduzir o risco de catástrofes, para responder às necessidades não atendidas que decorrem de um evento de catástrofe subsequente e para facilitar a recuperação a longo prazo de pessoas, economias e sociedades.

OBJETIVOS DE ANÁLISE

Aumentar a resiliência e reduzir o risco de catástrofes através de iniciativas de desenvolvimento da capacidade de gestão de desastres.

TEMAS DE GESTÃO DE DESASTRES

O DMA visa limitar o risco tal como avaliado e responder às necessidades de resposta e recuperação previstas de populações, economias e sociedades expostas ao risco. A forma como a capacidade não dispendiosa é identificada, qualificada e quantificada apoia uma maior aposta no planeamento de investimentos rentável. Também ajuda a apoiar o desenvolvimento a longo prazo que reflita diretamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Quadro de Sendai. A análise considera as necessidades em relação ao risco multi-perigo e baseia-se em normas de capacidade definidas pelo sector. Os temas associados são listados abaixo com exemplos dos dados e informações que ajudam a informar a análise.



**Disposições
Institucionais**



**Ambiente
Favorável**



**Mecanismos de
Governança de
Desastres**



**Capacidades e
Recursos**



**Desenvolvimento de
Capacidades**



**Gestão de Comunicação
e Informação**



HISTÓRIA DO PAÍS E VISÃO GERAL

GEOGRAFIA

Localização: Cabo Verde é um país insular no Oceano Atlântico Norte, localizado a 620 km a oeste do Senegal, abrangendo um arquipélago de dez (10) ilhas vulcânicas, nove (9) delas habitadas. A área total de Cabo Verde é de 4.033 quilómetros quadrados. A capital, Praia, está localizada na Ilha de Santiago, no sul. O arquipélago é constituído pelo grupo insular Barlavento a norte e pelo grupo insular Sota-vento a sul. As Ilhas Barlavento são Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (não habitadas), São Nicolau, Sal e Boa Vista, e os ilhéus de Branco e Raso. As Ilhas Sota-vento são compostas por maio, Santiago, Fogo, Brava, e os ilhéus Rombos-Grande, Luís Carneiro e Cima.³

País vizinho mais próximo

620 km

da ponta do Senegal

4,033 km²

Área Total ~1557 mi²

965 km²

Costa ~600 mi

22

Municípios

10

Ilhas

ILHAS	MUNICÍPIOS
Ilhas Barlavento	
Santo Antão	Paúl, Porto Novo, Ribeira Grande
São Vicente	São Vicente
São Nicolau	Ribeira Brava
Sal	Sal
Boa Vista	Boa Vista
Ilhas Sota-vento	
Maio	Maio
Santiago	Praia, Ribeira Grande De Santiago, São Domingos, São Lourenço Dos Órgãos, São Salvador Do Mundo, Santa Catarina, Tarrafal, Santa Cruz, São Miguel
Fogo	Mosteiros, Santa Catarina Fogo, São Filipe
Brava	Brava

GEOLOGIA E CLIMA

Cabo Verde está na região do Sahel, em África, que é a área ecoclimática e biogeográfica de transição que cobre o Saara a norte e a savana sudaniana a sul.³ Cabo Verde tem um clima geralmente moderado, com temperaturas mais baixas a rondar os 20 °F (20 graus °C) em fevereiro e a máxima em agosto e setembro com temperaturas na casa dos 80°C (máximas de 20 graus °C). O país é afetado pela natureza de duas temporadas da zona de convergência intertropical, afetada pelos ventos calmos da Europa no inverno, e pelas correntes quentes e húmidas da Guiné, trazendo a precipitação para elevações mais elevadas durante os meses de verão. Os níveis de precipitação variam anualmente dependendo da distância a norte da zona de convergência intertropical e da quantidade de humidade tropical que transporta. Alguns anos passam sem precipitação. Os furacões geram geralmente nas águas quentes que circundam Cabo Verde e deslocam-se para oeste através do Oceano Atlântico para as Caraíbas e costa oriental da ilha do Fogo dos EUA³ tem um vulcão activo com uma caldeira que apresenta uma rica biodiversidade de solos férteis e aptos para actividades agrícolas.⁵

Principais riscos para as alterações climáticas



Inundações



Incêndios Florestais



Tempestades
severas



Induzida pela precipitação de
Deslizamentos de terra



Seca



Temperaturas
Extremas



Insegurança
Alimentar



Doenças transmitidas
Por Água- e Vetor

DEMOGRAFIA

556,859

População total (2020, projetada)

1.3 %

Crescimento médio anual da população (2000-2020)

138 per km²

53.3 por mi²

Densidade populacional

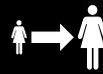
168,000

População por região –
Praia~30% da população total



7.7

Médicos por 10
Mil pessoas



73

Esperança média de
vida (2019)⁴



13

Mortes de crianças por
Mil nascimentos vivos



13

Enfermeiras
por 10 Mil
pessoas



21

Camas hospitalares
por 10 Mil pessoas



88.9%

Alfabetização adulta

Acesso à Informação

93.4%

Inscrição líquida
na Escola Primária
(2018)⁴

20%

População com
pelo menos ensino
secundário (2015)⁴

67%

Household with
Internet Access (2019):

67.1% urbano

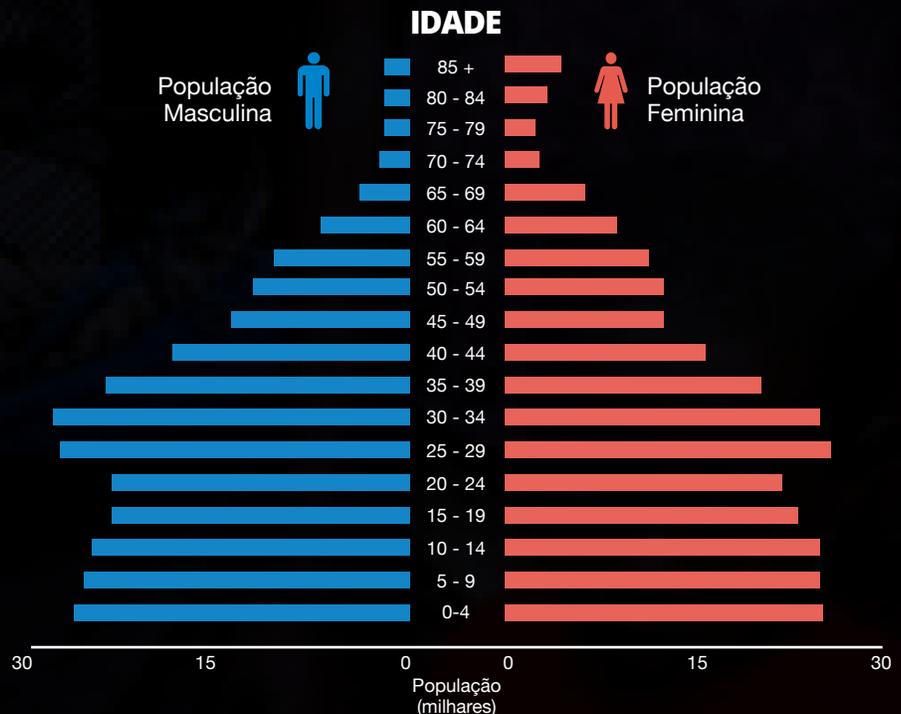
População Urbana vs. Rural

População de grupos étnicos

28% Africana

71% Raça Mista

1% Europeia



ECONOMIA

Em 2020, o PIB de Cabo Verde era de 1.704 mil milhões de dólares (USD), abaixo dos 1.982 mil milhões de dólares do ano anterior⁴ O turismo é o principal setor económico seguido pela agricultura.^{6,7} Cabo Verde tem poucos recursos naturais. O abastecimento de água é um problema significativo, e não existem fontes domésticas de energia, exceto lenha e energias renováveis (eólica e solar). Cabo Verde exporta peixe, sal, pozzolana (cinza vulcânica porosa usada na produção de cimento, entre outras coisas), rum, peles de animais, bananas e café. Cabo Verde conta com alimentos importados, sendo as principais importações cereais, frutas e legumes, e bebidas, bem como combustíveis e materiais de construção. Portugal e Espanha são os dois principais parceiros comerciais, enquanto outros principais são a Holanda, Bélgica, EUA e China³ Embora as taxas de pobreza tenham diminuído significativamente na última década, a pobreza e a desigualdade de rendimentos continuam a ser um desafio premente em Cabo Verde.^{8,9}

\$1.704 bilhões de dólares (-14%)

PIB (2020)

\$3,064

PIB per capita (2020)⁴



1.16%

Crescimento médio anual do PIB (2010-2020)



23.7%

Pessoas que vivem abaixo do limiar nacional de pobreza (2015)

GRANDES EXPORTAÇÕES



Carnes preparadas



Vestuário de malha



Frutos do mar



Calçado



Brinquedos e equipamentos



Máquinas industriais

SECTORES (% DO PIB)

73.7%

Serviços

17.5%

Indústria

8.9%

Agricultura (2017 est.)

TURISMO

O turismo é o principal motor económico da economia de Cabo Verde, representando pelo menos 24% do PIB do país. Os visitantes vêm principalmente da Europa, com a maior quota do Reino Unido (24%). Sal e Boa Vista são as duas ilhas mais famosas que oferecem operadores internacionais de "sol, mar e areia". O governo cabo-verdiano prioriza o desenvolvimento do setor do turismo através da diversificação do portfólio turístico, promovendo outras atrações como locais de nidificação de tartarugas marinhas, vela, iate, eólico e kite surf, pesca de caça, mergulho, caminhadas e trekking, exploração vulcânica, observação de aves, canyoning, cruzeiros, turismo de aposentadoria, e atividades culturais, incluindo festivais de música, tudo através de investimento do sector privado.^{7,11}

Cabo Verde teve cerca de 820.000 visitantes em 2019 e antecipou aumentar esse número para um milhão em 2021. No entanto, a COVID-19 pôs fim à indústria do turismo, causando choques económicos.

INFRAESTRUTURA-CHAVE

LOGÍSTICA



7

Aeroportos

4

Torres de Comunicação

1,176 km

Estradas



1

Grande (Amílcar Cabral
Aeroporto Internacional)

8

Portos de Tamanho Médio

366

Pontes



5

Médio

1

Portos Pequenos (Praia)

Arquipélago exige transporte marítimo ou aéreo para abastecimentos essenciais, socorro de emergência, médicos, bens e serviços



1

Pequeno

8

Portos Muito Pequenos (Operados pela Autoridade Portuária de Cabo Verde)

ENERGIA

80% importada

80% de fornecimento de energia importado (petróleo); 20% de energias renováveis (eólica e solar)

91.4%

Acesso à iluminação elétrica (2019)

Alto custo da eletricidade – Governo pretende aumentar energia renovável para 50% até 2030

ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE

85.5%

População com acesso à água potável melhorada (2019)

85.2%

Agregados familiares com acesso ao sistema de águas residuais (2019)

8

Instalações de água e águas residuais

32

Barragens Totais

Serviços de Emergência

10



Hospitais

6



Bombeiros

428



Firefighters

26



Esquadras de Polícia

FORÇAS DE SEGURANÇA /DEFESA

Exército (FACV): Guarda Nacional & Guarda Costeira – Total de 1.200 membros (2021)

- Guarda Nacional - força terrestre com 2 batalhões de infantaria e um pequeno componente aéreo com esquadrão de patrulha marítima
- Guarda Nacional tem embarcações de patrulha naval e aeronaves obtidas em segunda mão da Holanda e de Portugal
- Guarda Costeira – 100 membros (com sede no Mindelo, Ilha de São Vicente) é constituída por Ar, Marinha, Equipa de Embarque e Transportes.
- As unidades de transporte têm embarcações de patrulha costeira e barcos de patrulha nas ilhas de São Tiago (Praia), Sal e São Vicente
- Papel em desastres articulados no Plano Nacional de Contingência

EDUCAÇÃO

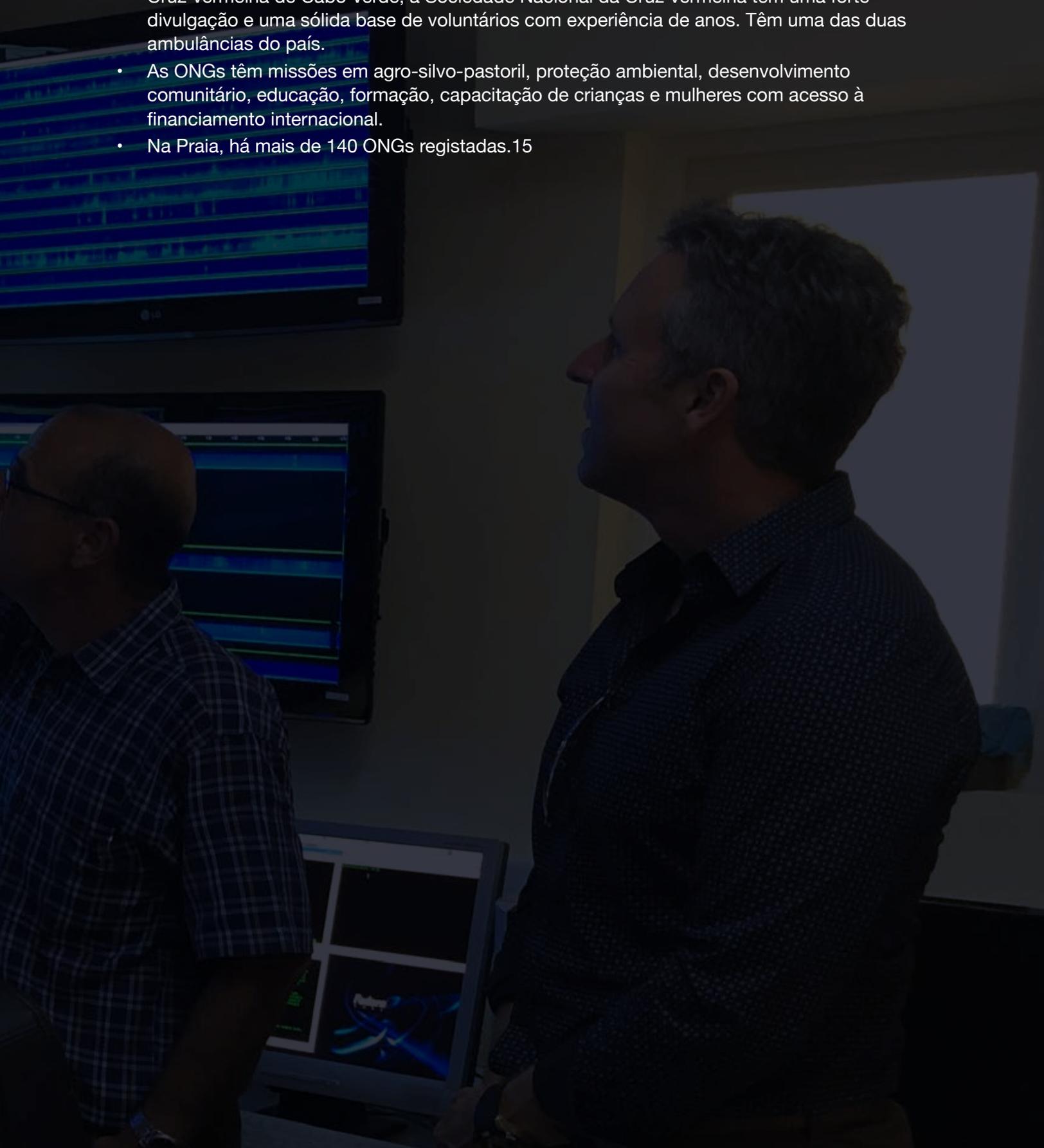
- Total de Escolas, Faculdades e Universidades: 47
- Ensino primário de 6 anos + 6 anos de ensino secundário – cada um dividido em três fases
- Cada município tem pelo menos uma escola secundária
- Ensino Superior é centralizado na Praia, Mindelo e Assomada
- Despesas com Educação: 4,7% do PIB (2019 Ranking: 74º)

UNIVERSIDADES

- Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) – a principal universidade de Cabo Verde, realiza investigação científica, presta aconselhamento técnico e apoio logístico a vários conselhos científicos, centros de investigação e outras unidades científicas.¹³ - 4.025 estudantes
- Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) – 726 alunos
- Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS) – 580 alunos
- Universidade Lusófona de Cabo Verde (ULCV) – 325 alunos
- Universidade do Mindelo (UM) – 691 alunos
- Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA) – 193 alunos
- Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (UniPiaget) – 999 alunos
- Universidade de Santiago (EUA) 1.209 estudantes
- Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura (M_EIA) – 5 alunos
- Universidade Técnica do Atlântico (UTA) – 467 alunos (2021-2022 AY)¹⁴

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)

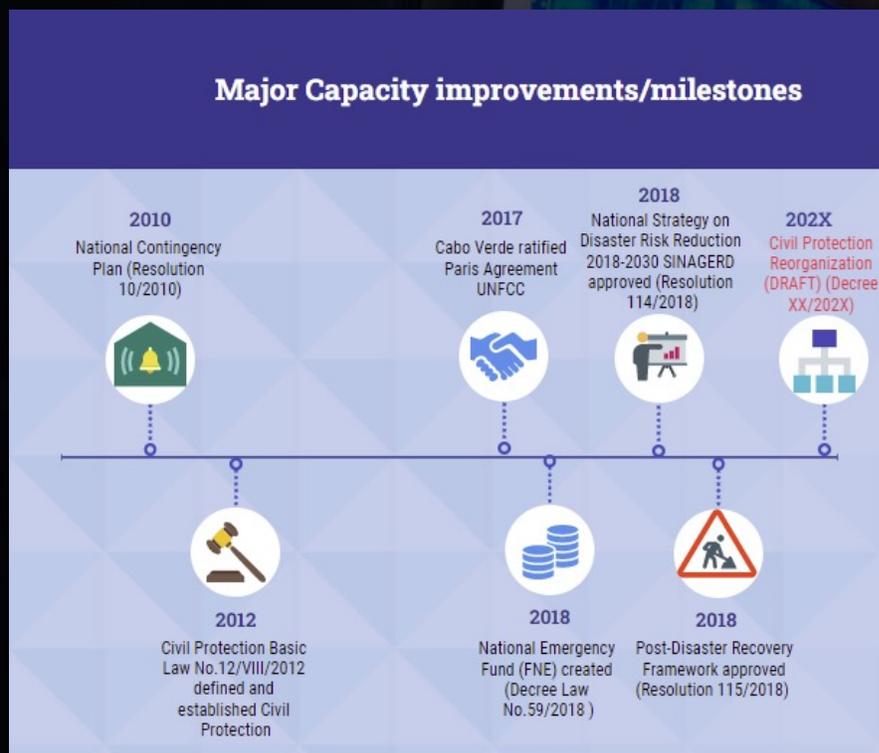
- O movimento da Cruz Vermelha começou em Cabo Verde após o furacão Beryl 1982.
- Cruz Vermelha de Cabo Verde, a Sociedade Nacional da Cruz Vermelha tem uma forte divulgação e uma sólida base de voluntários com experiência de anos. Têm uma das duas ambulâncias do país.
- As ONGs têm missões em agro-silvo-pastoril, proteção ambiental, desenvolvimento comunitário, educação, formação, capacitação de crianças e mulheres com acesso à financiamento internacional.
- Na Praia, há mais de 140 ONGs registadas.¹⁵



GESTÃO DE DESASTRES

Principais melhorias de capacidade/marcos (últimos 10 anos):

- A Resolução 10/2010 estabeleceu o Plano Nacional de Contingência e constituiu a base para todos os planos de preparação de catástrofes que asseguram uma coordenação eficaz a nível nacional, subnacional e internacional.
- A Lei de Bases da Proteção Civil foi criada em 2012, constituindo a base jurídica para todas as atividades de proteção civil, DRR e DM.
- A Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres (SINAGERD), aprovada em 2018, fornece orientação estratégica e apela à integração da RDR e do DM no desenvolvimento de políticas a nível nacional e subnacional.
- O Quadro de Recuperação pós-Desastre foi criado e aprovado através da Resolução 115/2018.
- A estrutura de proteção civil será reorganizada para reforçar o SNPC-B (próximo – atualmente em projeto).



GRANDES IMPACTOS DE DESASTRES (1981 A 2021)¹⁶

<p>Ciclone Tropical Beryl (29 set 1982) Óbitos: 3 Afetado: 2.200 Prejuízos: \$3 milhões afetados na Ilha Brava</p>	<p>Ciclone tropical Fran (16 de setembro de 1984) Óbitos: 29 Afetado: 5.500 Perdas: * Ilha Santo Antão e Santiago</p>	<p>Surto de Cólera (novembro de 1995) Óbitos: 245 Afetado: 12.344 Perdas: \$* Todas as nove (9) ilhas habitadas</p>
<p>Seca e escassez de alimentos (junho de 2002-?) Mortes:* Afetados: 30.000 pessoas nas Ilhas Santo Antão e Santiago Perdas: *</p>	<p>Surto de Dengue (Setembro-Nov. 2009) Óbitos: 6 Afetados: 20.147 pessoas em Brava, Fogo, maio, e Santiago Islands Perdas: *</p>	<p>Vulcão do Pico de Fogo Erupção (nov.2014-jan.2015) Mortes: * Afetados: 2.500 pessoas em perdas na ilha do Fogo: \$28 milhões</p>
<p>Inundações de chuvas e inundações costeiras (2012-2016) Afetados: Boa Vista, São Miguel e Ilhas Santo Antão Prejuízos: ~\$10 Milhões Perdas de Inundações</p>	<p>Furacão Fred (ago. 2015) Óbitos: 9 Afetados: Todas as ilhas Perdas: \$2,5 milhões</p>	<p>Seca (2017) Afetado: 70.000 (13% da população)</p>
<p>COVID-19 (março de 2020 em curso)</p>	<p>Inundações (setembro 2020) Mortes: 1 Afetado: 1.050 pessoas nas Ilhas Santiago e Brava Prejuízos: *</p>	



A RVA

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE

Fornecidos nesta secção estão os resultados da Avaliação de Risco e Vulnerabilidade (RVA) conduzidos pelo Centro de Desastres do Pacífico como parte da Avaliação de Bases de Preparação de Desastres de Cabo Verde. Para obter mais informações sobre a metodologia e conjuntos de dados utilizados, consulte o Anexo A.



FUNDO DE CABO VERDE

Cabo Verde é um país insular em desenvolvimento de rendimento médio que abrange um arquipélago de dez ilhas vulcânicas. Nove deles são habitados no Oceano Atlântico Norte, localizado a 620 km a oeste do Senegal. Cabo Verde é um pequeno país com uma área total de 4.033 quilómetros quadrados. A capital Praia, localizada na ilha de Santiago, no sul, é uma área urbana central com cerca de 170.000 habitantes onde reside quase um terço da população cabo-verdiana.¹⁸ Cabo Verde está dividida em 22 municípios (concelhos), formando a base para a comparação de dados da RVA.

COMPONENTES DE RISCO



Vulnerabilidade



Capacidade de Reação



Exposição Multi-Risco



A RVA

EXPOSIÇÃO MULTI- RISCO

EXPOSIÇÃO MULTI-RISCO

Cabo Verde está localizada na região do Sahel de África, a área ecoclimática e biogeográfica de transição que cobre o Saara a norte e a savana sudanesa a sul. A precipitação na região pode ser escassa, com longos períodos de seca. Os furacões são frequentemente originários das águas quentes do oceano que rodeiam Cabo Verde e movem-se para oeste através do Oceano Atlântico até às Caraíbas e à costa leste dos EUA. Embora Cabo Verde tenha sido afetado por ciclones tropicais no passado, a sua ocorrência nas ilhas é limitada, e o país tem sido poupado de impactos significativos de furacões nos últimos anos. As secas recorrentes estão ligadas a graves escassez de alimentos e incêndios florestais que afetam principalmente as ilhas do Fogo, Santo Antão e a ilha de Santiago.¹⁶ Fogo tem um vulcão ativo com uma caldeira que apresenta uma rica biodiversidade e solos férteis aptos para atividades agrícolas. A erupção do vulcão Pico de Fogo em 2014-2015 causou danos físicos a povoações e agricultura com perdas estimadas equivalentes a \$28 milhões de dólares.¹⁹

Posto Global de Exposição Multi-Risco de Cabo Verde

116 DE 216 PAÍSES/ÁREAS AVALIADOS

Posto de Cabo Verde entre nações da África Ocidental

6 DE 16 PAÍSES/ÁREAS AVALIADOS

ZONAS DE RISCO DE CABO VERDE

A Exposição Multi-Risco a nível municipal em Cabo Verde foi avaliada utilizando zonas de risco para suscetibilidade à seca, suscetibilidade às inundações, deslizamentos de terra induzidos por terremotos, deslizamentos de terras induzidos por precipitação, suscetibilidade a incêndios florestais e suscetibilidade a vulcões.



SECA

92.1%

Exposição Relativa da População

509,508

Exposição da População Bruta

\$5.5 Billion

Exposição Económica Bruta (USD)



INUNDAÇÃO

2.0%

Exposição Relativa da População

10,867

Exposição da População Bruta

\$31.1 Million

Exposição Económica Bruta (USD)



DESLIZAMENTOS DE TERRA INDUZIDOS POR TERRAMOTOS

2.3%

Exposição Relativa da População

12,848

Exposição da População Bruta

\$274.1 Million

Exposição Económica Bruta (USD)



PRECIPITAÇÃO-DESLIZAMENTOS DE TERRA INDUZIDOS

6.9%

Exposição Relativa da População

38,329

Exposição da População Bruta

\$1.1 Billion

Exposição Económica Bruta (USD)



INCÊNDIO FLORESTAL

29.5%

Exposição Relativa da População

163,041

Exposição da População Bruta

\$1.9 Billion

Exposição Económica Bruta (USD)



VULCÃO

6.7%

Exposição Relativa da População

37,108

Exposição da População Bruta

\$567.9 Million

Exposição Económica Bruta (USD)

EXPOSIÇÃO MULTI-RISCO

SUSCETIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA CRÍTICA POR TIPO DE RISCO



	Seca	Inundação	Deslizamentos de terra induzidos por terremotos	Precipitation-induced Landslides	Incêndio florestal	Vulcão
 Torres de Comunicação	3 (75%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (25%)	2 (50%)	0 (0%)
 Instalações de Águas e Águas Residuais	7 (88%)	0 (0%)	4 (50%)	4 (50%)	0 (0%)	0 (0%)
 Aeroportos	7 (100%)	0 (0%)	1 (14%)	0 (0%)	4 (57%)	1 (14%)
 Portos	9 (100%)	0 (0%)	5 (56%)	3 (33%)	3 (33%)	1 (11%)
 Pontes	342 (93%)	62 (17%)	42 (11%)	47 (13%)	110 (29%)	103 (28%)
 Barragens	32 (100%)	4 (13%)	5 (16%)	5 (16%)	15 (47%)	0 (0%)
 Abrigos	7 (100%)	0 (0%)	1 (14%)	0 (0%)	1 (14%)	0 (0%)
 Hospitais e Clínicas	67 (94%)	3 (4%)	3 (4%)	9 (13%)	4 (6%)	6 (8%)
 Bombeiros	6 (100%)	1 (17%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (17%)
 Esquadras de Polícia	23 (88%)	0 (0%)	1 (4%)	1 (4%)	1 (4%)	3 (12%)
 Schools and Universities	40 (85%)	0 (0%)	3 (6%)	6 (13%)	2 (4%)	3 (6%)
 Locais de Culto	83 (87%)	14 (15%)	13 (14%)	12 (13%)	6 (6%)	15 (16%)

EXPOSIÇÃO MULTI-RISCO POR MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ÍNDICE
1	São Filipe	0.748
2	Brava	0.570
3	Praia	0.560
4	Porto Novo	0.545
5	Santa Catarina Do Fogo	0.526
6	Mosteiros	0.483
7	Ribeira Grande	0.458
8	São Miguel	0.428
9	Tarrafal	0.422
10	Santa Catarina	0.413
11	São Vicente	0.407
12	Ribeira Grande De Santiago	0.400
13	São Salvador do Mundo	0.400
14	Tarrafal De São Nicolau	0.398
15	Ribeira Brava	0.363
16	São Domingos	0.339
17	Santa Cruz	0.292
18	Sal	0.248
19	Boa Vista	0.232
20	Paúl	0.162
21	São Lourenço dos Orgãos	0.148
22	Maio	0.147

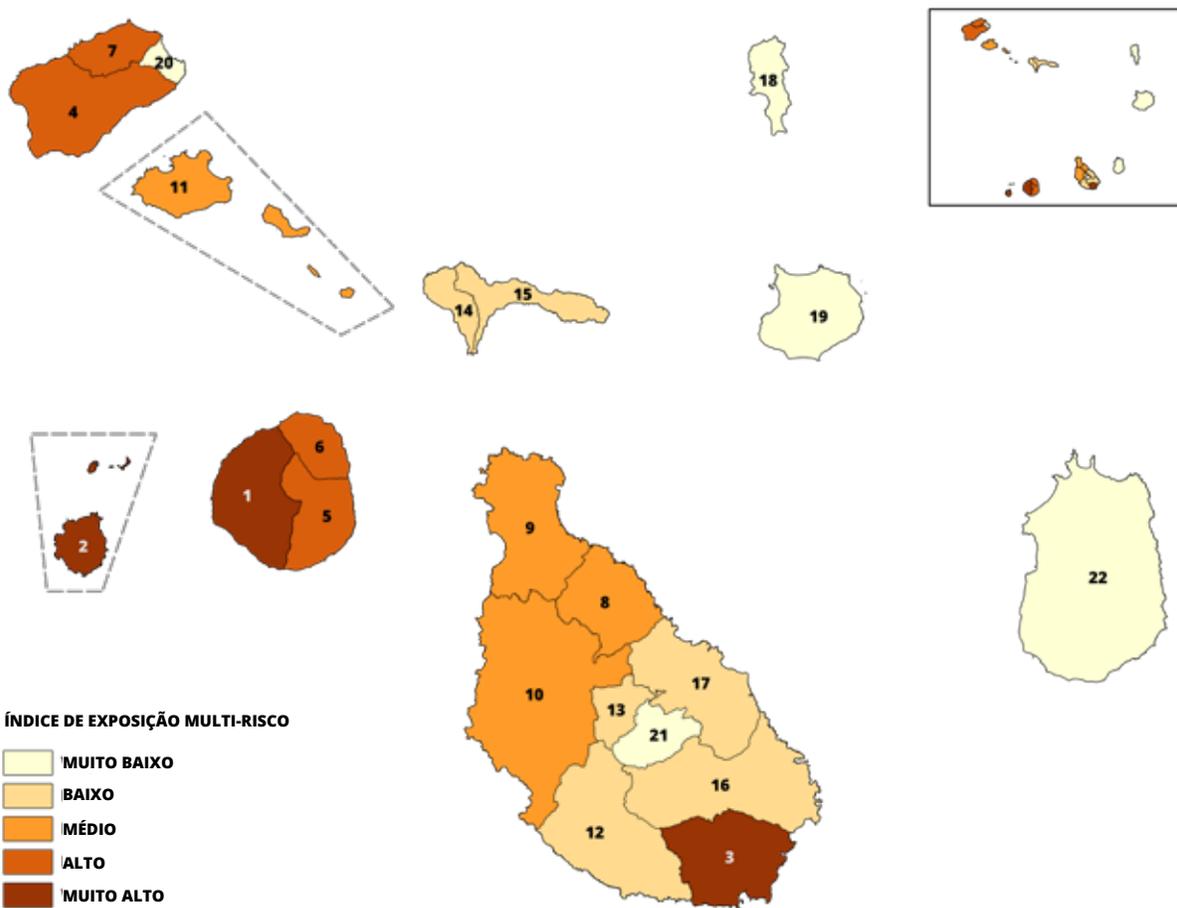
MUITO BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

MUITO ALTO





RVA

VULNERABILIDADE

VULNERABILIDADE

A vulnerabilidade mede as condições e processos físicos, ambientais, sociais e económicos que aumentam a suscetibilidade das comunidades e dos sistemas aos efeitos prejudiciais dos perigos. Os dados de vulnerabilidade destinam-se a capturar a natureza multidimensional da pobreza, a desigualdade no acesso aos recursos devido ao género e a capacidade de uma determinada área para apoiar adequadamente a população.

Em coordenação com as partes interessadas, foram selecionados os seguintes indicadores para medir os subcomponentes de vulnerabilidade em Cabo Verde. A explicação de cada subcomponente de vulnerabilidade ao nível indicador permite que os utilizadores identifiquem os principais motores da vulnerabilidade para apoiar os esforços de redução de riscos e decisões políticas.

Rank de Vulnerabilidade Global de Cabo Verde (do RVA global da PDC)

72 DE 204 PAÍSES/ÁREAS AVALIADAS

Posto de Cabo Verde entre as nações da África Ocidental

15 DE 16 PAÍSES/ÁREAS AVALIADOS

VULNERABILITY SUBCOMPONENTS AND INDICATORS



Pressões Populacionais

Taxa Média de Mudança Populacional
Taxa de Migração Líquida
Bulge Juvenil



Estado de Saúde Vulnerável

Taxa de mortalidade infantil
População com Deficiência
Incidência de HIV
Prevalência da Tuberculose



Desigualdade de Género

Paridade de Género na Inscrição no Ensino Secundário
Participação de Trabalho Feminino para Masculino
Assentos Femininos no Governo Local



Vulnerabilidade de Acesso à Água Limpa

Percentagem da População com Acesso à Água Limpa
Percentagem de Domicílios com Acesso ao Sistema de Águas Residuais
Tempo Médio para Recolher Água



Vulnerabilidade de acesso à informação

Taxa média de alfabetização de adultos
Anos de escolaridade
Percentagem de Domicílios com Acesso à Internet
Percentagem de Domicílios com Acesso à Televisão
Percentagem de Domicílios com Acesso à Rádio



Restrições Económicas

População abaixo do limiar de pobreza
Rácio de Dependência
Idade
Taxa de Desemprego
Índice Gini
Percentagem de Agregados Domésticos que Possuem um Veículo



Stress Ambiental

Densidade Pecuária por Hectare
Utilização de lenha para perda de combustível de cozinha primária na cobertura de árvore

VULNERABILIDADE POR MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ÍNDICE
1	São Salvador do Mundo	0.609
2	São Miguel	0.601
3	Santa Cruz	0.573
4	São Filipe	0.533
5	São Domingos	0.509
6	Paúl	0.498
7	São Lourenço dos Orgãos	0.493
8	Ribeira Grande De Santiago	0.488
9	Santa Catarina	0.485
10	Tarrafal	0.478
11	Mosteiros	0.444
12	Brava	0.441
13	Santa Catarina Do Fogo	0.438
14	Porto Novo	0.436
15	Boa Vista	0.417
16	Ribeira Grande	0.406
17	Tarrafal De São Nicolau	0.404
18	Ribeira Brava	0.398
19	Maio	0.365
20	São Vicente	0.359
21	Praia	0.335
22	Sal	0.328

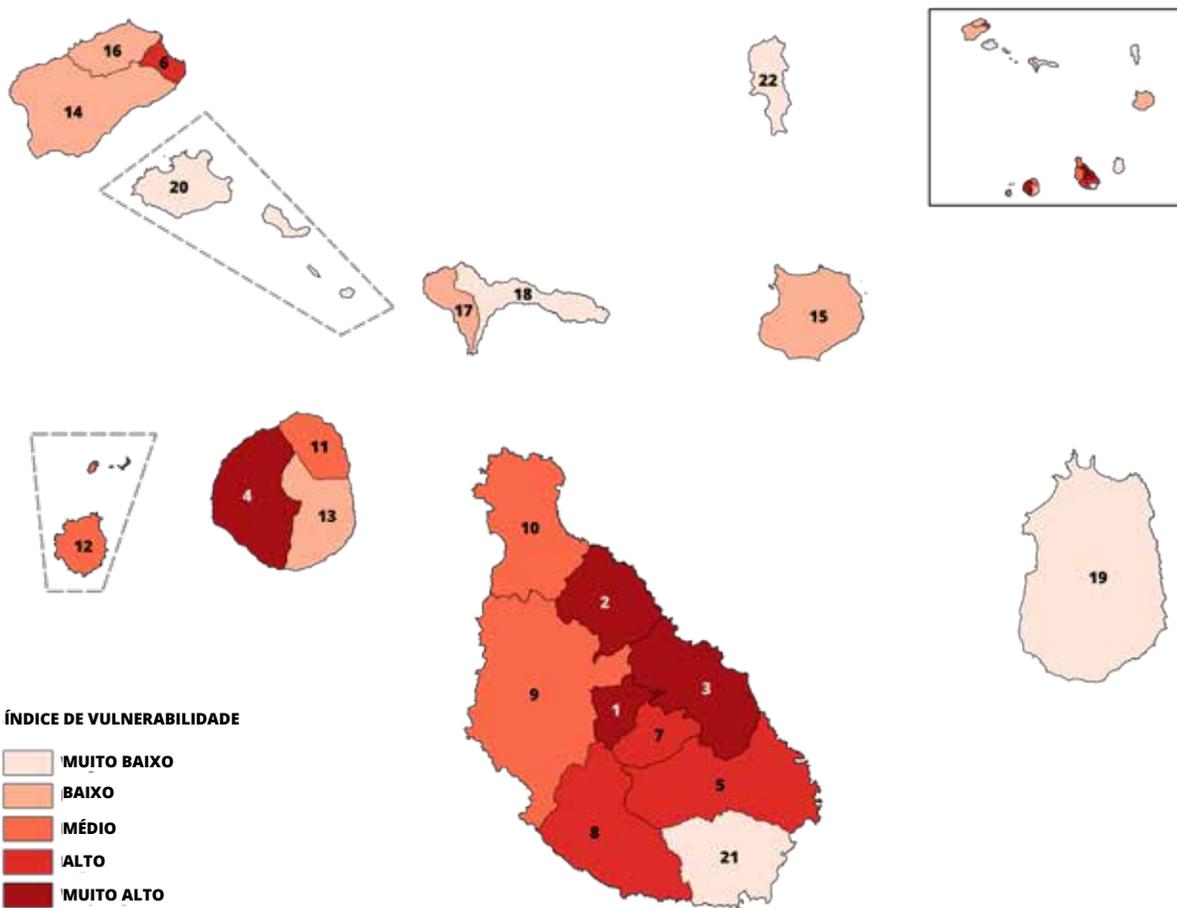
MUITO BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

MUITO ALTO





A RVA

CAPACIDADE DE REAÇÃO

CAPACIDADE DE REAÇÃO

A Capacidade de Reação descreve a capacidade das pessoas, organizações e sistemas, utilizando competências e recursos disponíveis, para enfrentar e gerir condições adversas, emergências ou desastres.

Foram selecionados os seguintes indicadores para medir os subcomponentes de capacidade de res-olução em Cabo Verde em coordenação com as partes interessadas. A explicação de cada subcom-ponente da capacidade de reacção ao nível do indicador permite aos utilizadores identificar os factores críticos da capacidade de reacção para apoiar os esforços de redução do risco e as decisões políticas.

Posto Global de Capacidade de Reação de Cabo Verde

92 DE 198 PAÍSES/ÁREAS AVALIADAS

Posto de Cabo Verde entre as nações da África Ocidental

1 DE 16 PAÍSES/ÁREAS AVALIADOS

SUBCOMPONENTES E INDICADORES DE VULNERABILIDADE



Capacidade Económica

Taxa de Atividade Económica
Despesas Médias Anuais Per Capita
Serviços Financeiros Por 10.000 Pessoas



Capacidade de transporte

Densidade rodoviária
Distância para o Porto ou Aeroporto



Governança

Participação dos eleitores
Taxa de Criminalidade
Adequada eliminação de resíduos



Capacidades de Saúde

Médicos por 10.000 Pessoas
Enfermeiras por 10.000 Pessoas
Hospitais por 10.000 Pessoas
Cobertura de imunização



Capacidade Ambiental

Área Protegida Natural



Capacidade de Energia

Acesso à Electricidade
Acesso ao Gás



Capacidade de Comunicação

Porcentagem de Agregados Familiares com Telefone Fixo
Porcentagem da População com Telefone Móvel



Capacidade de Serviços de Emergência

Distância média para bombeiros da esquadra por 10.000 pessoas
Distância ao hospital

CAPACIDADE DE REAÇÃO POR MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ÍNDICE
1	Ribeira Brava	0.678
2	Tarrafal De São Nicolau	0.659
3	Boa Vista	0.621
4	Sal	0.609
5	Santa Catarina Do Fogo	0.585
6	Maio	0.560
7	Paúl	0.530
8	Ribeira Grande	0.521
9	Praia	0.511
10	São Vicente	0.508
11	Mosteiros	0.456
12	Brava	0.451
13	Porto Novo	0.442
14	São Filipe	0.411
15	Tarrafal	0.404
16	São Lourenco Dos Orgaos	0.403
17	Santa Catarina	0.400
18	Ribeira Grande De Santiago	0.386
19	São Miguel	0.378
20	São Domingos	0.359
21	Santa Cruz	0.342
22	São Salvador Do Mundo	0.280

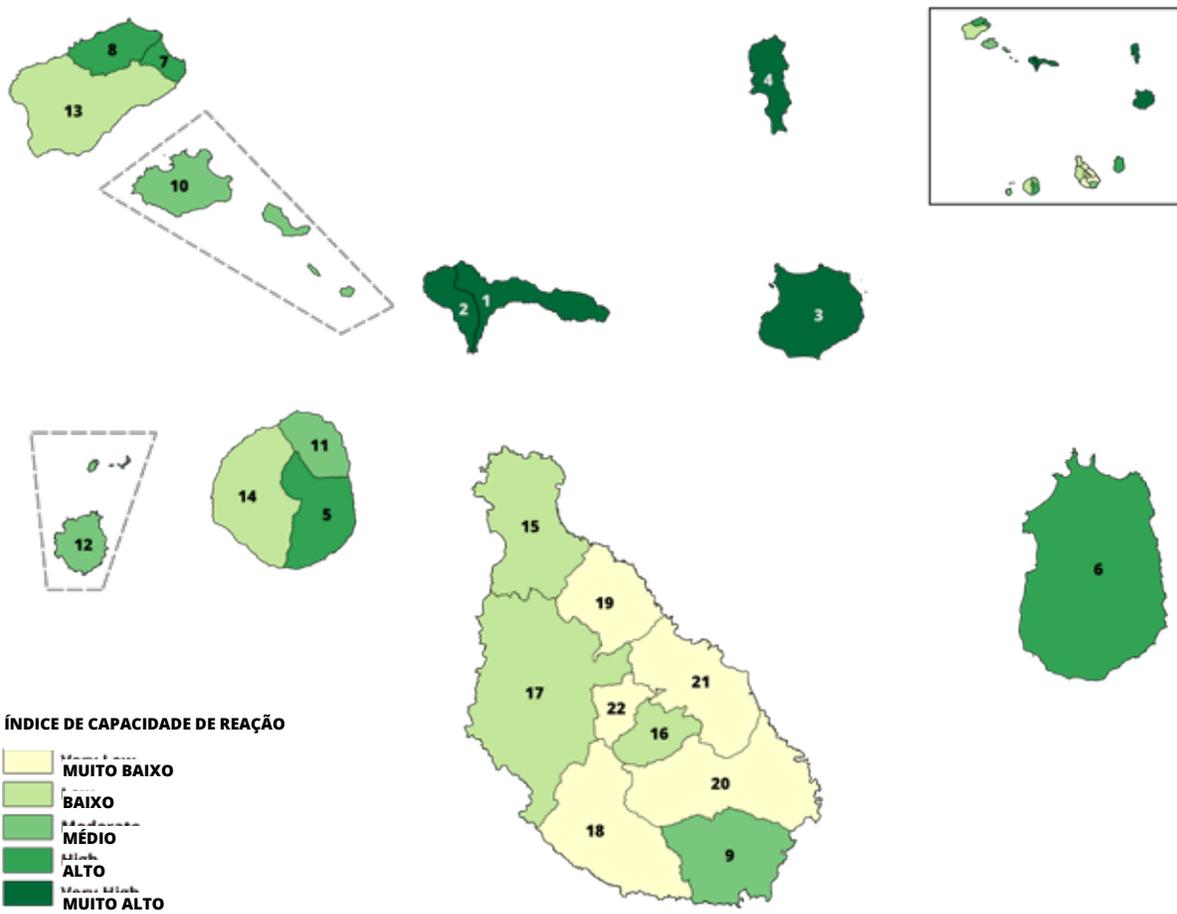
MUITO BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

MUITO ALTO





RVA

RESILIÊNCIA

RESILIÊNCIA

A resiliência em Cabo Verde foi calculada através da média de vulnerabilidade e capacidade de Reação. Os resultados são apresentados em cada concelho abaixo, enquanto os quatro principais impulsionadores da resiliência fornecem recomendações detalhadas nos perfis municipais individuais.

Posto de Resiliência Global de Cabo Verde

112 DE 194 PAÍSES/ÁREAS AVALIADAS

Posto de Cabo Verde entre as nações da África Ocidental:

1 DE 16 PAÍSES/ÁREAS AVALIADOS

APLICAÇÃO DE DADOS DE RESILIÊNCIA

Os dados de resiliência podem ser utilizados para:

-  Priorizar os esforços de resposta e recuperação durante os eventos de perigo.
-  Identificar os fatores sociais, culturais e económicos que influenciam o risco de desastres e a vulnerabilidade.
-  Fornecer a justificação necessária para apoiar decisões políticas que protejam vidas e reduzam as perdas resultantes de catástrofes.
-  Criar uma base municipal para monitorizar o risco e a vulnerabilidade ao longo do tempo.
-  Reforçar a tomada de decisão para iniciativas de redução de riscos de desastres.

COMPONENTES DE RESILIÊNCIA



Vulnerabilidade



Capacidade de Reação

RESILIÊNCIA POR MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ÍNDICE
1	Sal	0.640
2	Ribeira Brava	0.640
3	Tarrafal De São Nicolau	0.627
4	Boa Vista	0.602
5	Maio	0.598
6	Praia	0.588
7	São Vicente	0.574
8	Santa Catarina Do Fogo	0.573
9	Ribeira Grande	0.558
10	Paúl	0.516
11	Mosteiros	0.506
12	Brava	0.505
13	Porto Novo	0.503
14	Tarrafal	0.463
15	Santa Catarina	0.457
16	São Lourenço dos Orgãos	0.455
17	Ribeira Grande De Santiago	0.449
18	São Filipe	0.439
19	São Domingos	0.425
20	São Miguel	0.389
21	Santa Cruz	0.385
22	São Salvador Do Mundo	0.336

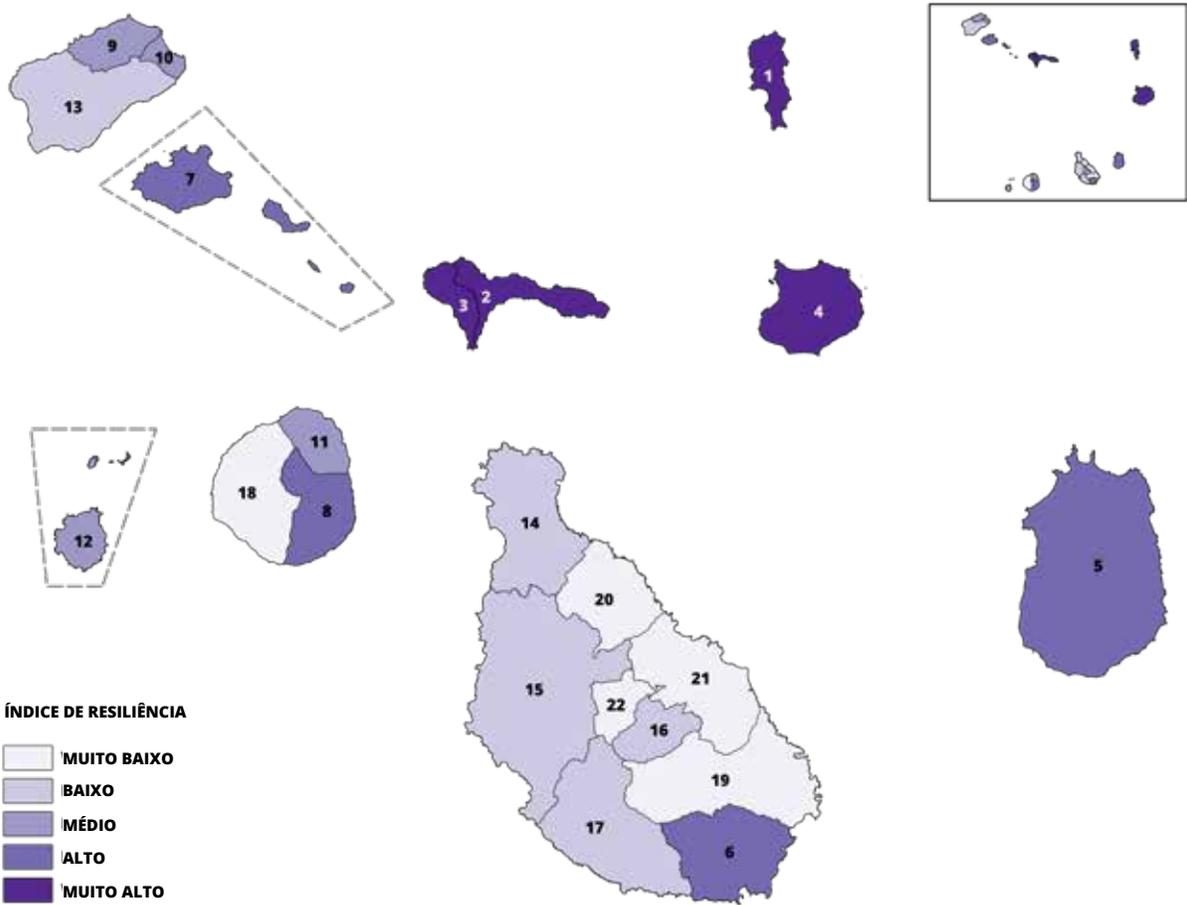
MUITO BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

MUITO ALTO





A RVA

RISCO ESPECÍFICO DE PEPRIGO

RISCO ESPECÍFICO DE PEPRIGO

Risco Específico de Perigo fornece uma ferramenta para os gestores de desastres anteciparem, planearem e mitigarem os resultados de eventos específicos de risco em Cabo Verde. Risco Específico de Perigo examina a exposição individual ao risco em combinação com a resiliência a nível municipal para fornecer uma compreensão clara dos condutores de risco para cada tipo de perigo. Os riscos específicos avaliados incluem seca, inundações, deslizamentos de terra induzidos por terremotos, deslizamentos de terra induzidos pela precipitação, incêndios florestais e vulcões.

APLICAÇÃO DE DADOS DE RISCO ESPECÍFICOS PARA RISCOS

Os dados de risco específicos podem ser utilizados para:

-  Examinar fatores socioeconómicos e culturais que tornem certas populações mais suscetíveis a resultados negativos de um risco específico.
-  Antecipar potenciais impactos de um risco específico na população de um município.
-  Melhorar o planeamento multi-risco nacional e subnacional.
-  Priorizar as ações de mitigação específicas do risco a nível nacional e municipal.
-  Fornecer uma justificação necessária para melhorar a monitorização dos riscos e implementar sistemas de alerta precoce.

RISCO DE RISCO COMPARADO



Seca



Vulcão



Inundação



Incêndio florestal



Deslizamento de terra induzido por terremotos



Deslizamento de terras induzido pela precipitação

RISCO DE SECA POR MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ÍNDICE
1	São Filipe	0.459
2	Tarrafal	0.457
3	Santa Cruz	0.410
4	São Domingos	0.388
5	Ribeira Grande De Santiago	0.355
6	Praia	0.355
7	Brava	0.332
8	Porto Novo	0.318
9	Mosteiros	0.314
10	Santa Catarina	0.311
11	Santa Catarina Do Fogo	0.301
12	Ribeira Grande	0.296
13	Ribeira Brava	0.291
14	Boa Vista	0.287
15	Maio	0.283
16	São Miguel	0.274
17	Sal	0.259
18	Tarrafal De São Nicolau	0.248
19	São Vicente	0.245
20	São Salvador do Mundo	0.209
21	São Lourenço dos Orgãos	0.200
22	Paúl	0.160

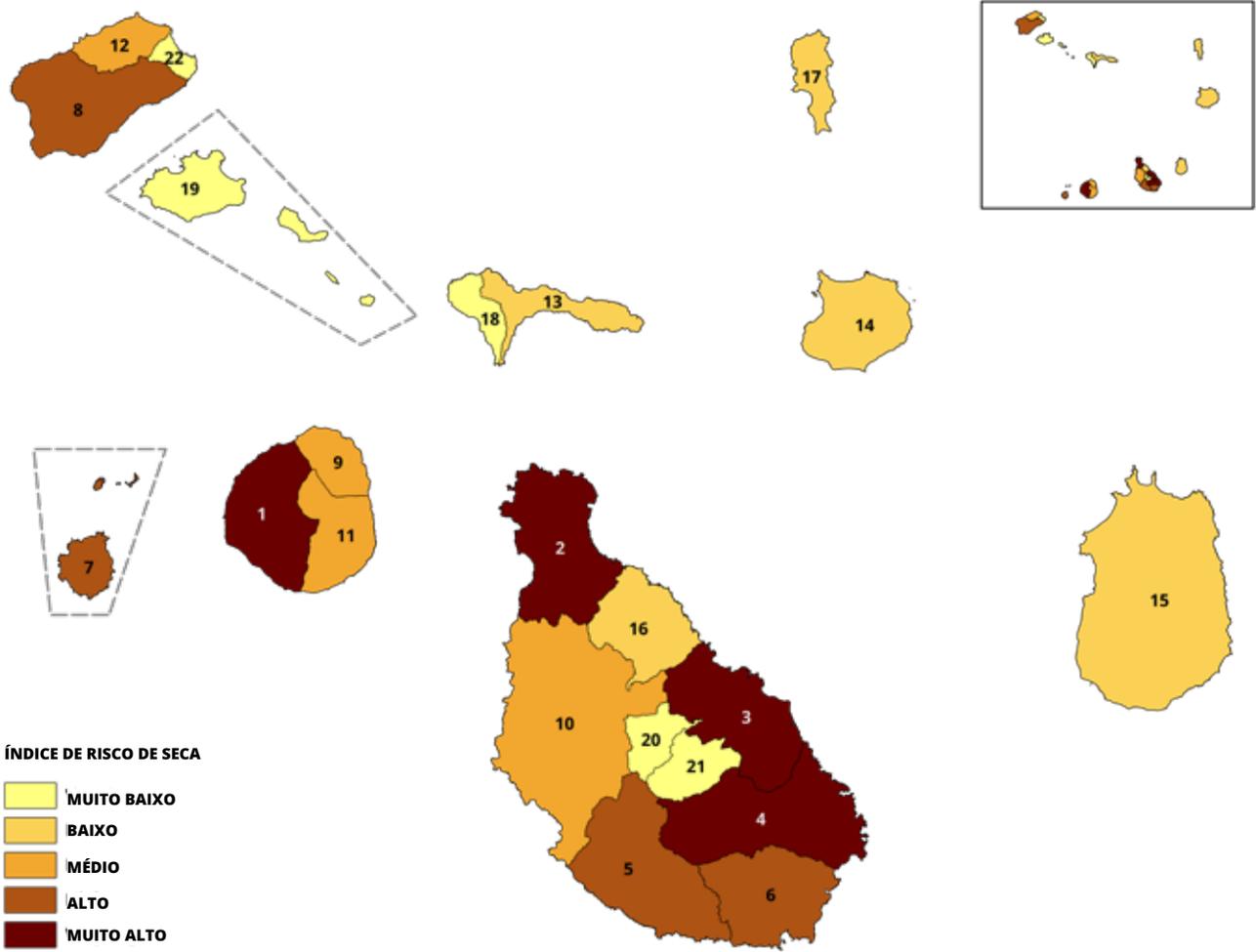
MUITO BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

MUITO ALTO



RISCO DE INUNDAÇÃO POR MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ÍNDICE
1	Santa Cruz	0.373
2	Praia	0.332
3	Ribeira Grande	0.277
4	Brava	0.181
5	São Miguel	0.173
6	Paúl	0.169
7	Porto Novo	0.167
8	Boa Vista	0.117
9	Ribeira Brava	0.110
10	São Filipe	0.110
11	Ribeira Grande De Santiago	0.102
12	Tarrafal	0.102
13	São Vicente	0.099
14	Maio	0.097
15	São Domingos	0.093
16	Santa Catarina	0.067
17	Tarrafal De São Nicolau	0.066
18	São Salvador Do Mundo	0.059
19	Santa Catarina Do Fogo	0.048
20	Sal	0.038
21	São Lourenço dos Orgãos	0.009
22	Mosteiros	0.000

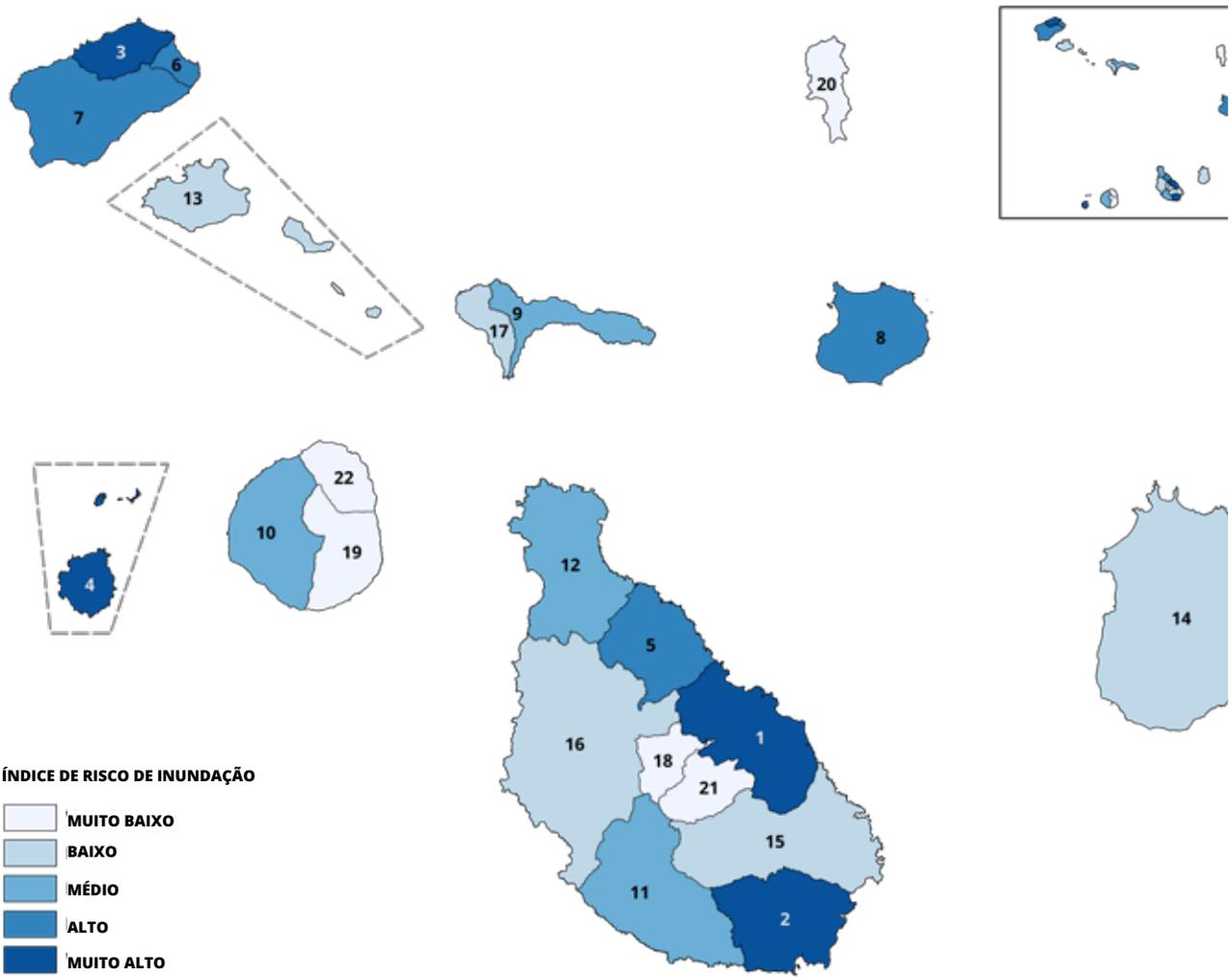
MUITO BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

VERY HIGH



RISCO DE DESLIZAMENTO DE TERRA INDUZIDO POR TERRAMOTO POR MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ÍNDICE
1	Porto Novo	0.488
2	Ribeira Grande	0.294
3	São Miguel	0.250
4	São Filipe	0.241
5	Ribeira Brava	0.221
6	São Vicente	0.206
7	Paúl	0.205
8	Tarrafal De São Nicolau	0.202
9	São Salvador do Mundo	0.200
10	Brava	0.174
11	Tarrafal	0.127
12	Ribeira Grande De Santiago	0.115
13	Boa Vista	0.111
14	Mosteiros	0.110
15	Santa Catarina	0.092
16	Santa Cruz	0.056
17	Santa Catarina Do Fogo	0.036
18	Praia	0.036
19	São Lourenço dos Orgãos	0.032
20	São Domingos	0.022
21	Maio	0.000
22	Sal	0.000

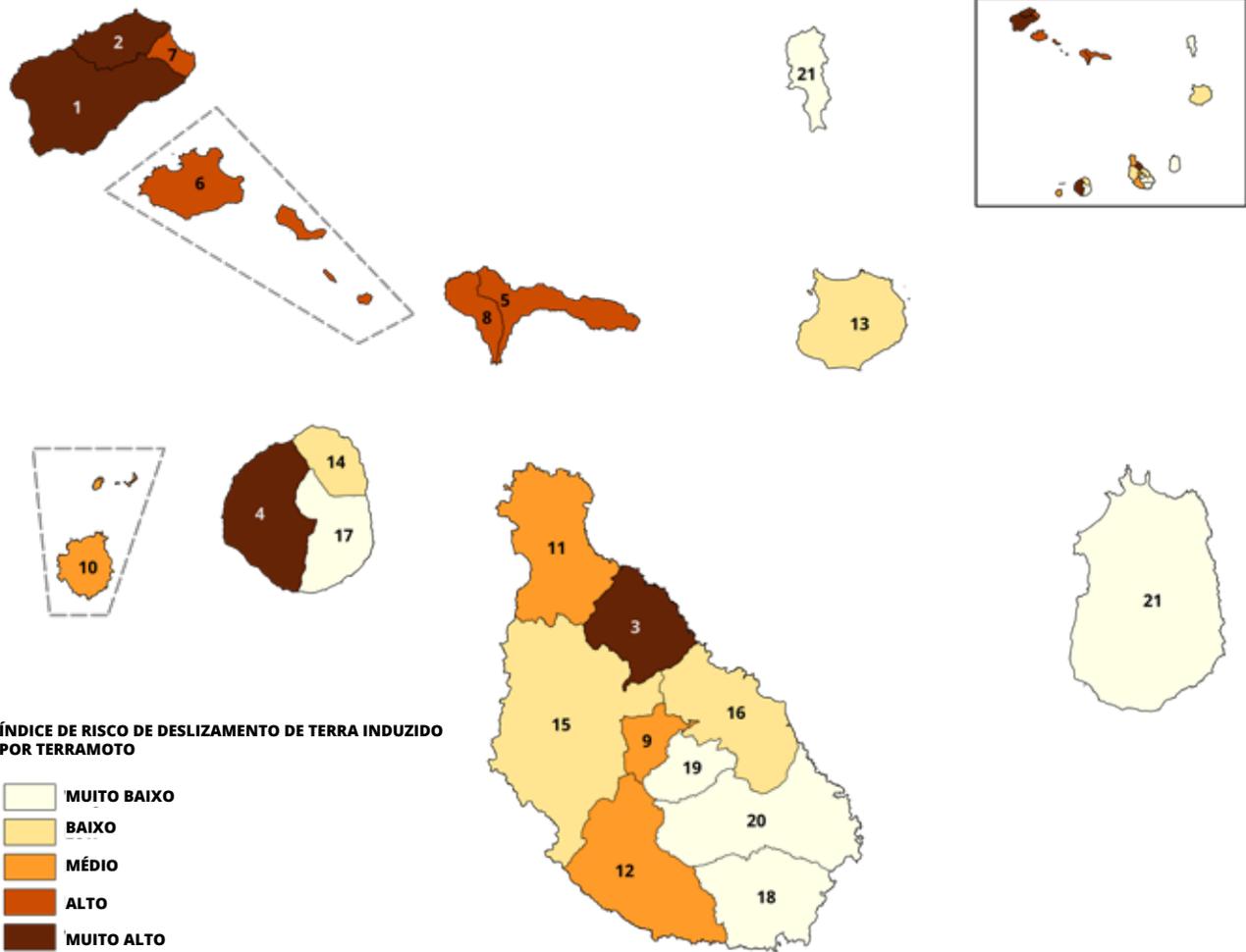
MUITO BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

MUITO ALTO



RISCO DE DESLIZAMENTO DE TERRA INDUZIDO POR PRECIPITAÇÃO POR MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ÍNDICE
1	São Salvador Do Mundo	0.556
2	Porto Novo	0.313
3	Paúl	0.308
4	Santa Catarina	0.306
5	Ribeira Grande	0.276
6	São Lourenço dos Orgãos	0.253
7	Tarrafal	0.229
8	São Miguel	0.189
9	São Domingos	0.178
10	Ribeira Grande De Santiago	0.158
11	São Filipe	0.133
12	Tarrafal De Sao Nicolau	0.097
13	Mosteiros	0.092
14	Ribeira Brava	0.082
15	Brava	0.076
16	Boa Vista	0.075
17	Santa Cruz	0.059
18	Santa Catarina Do Fogo	0.042
19	Praia	0.024
20	São Vicente	0.004
21	Maio	0.000
22	Sal	0.000

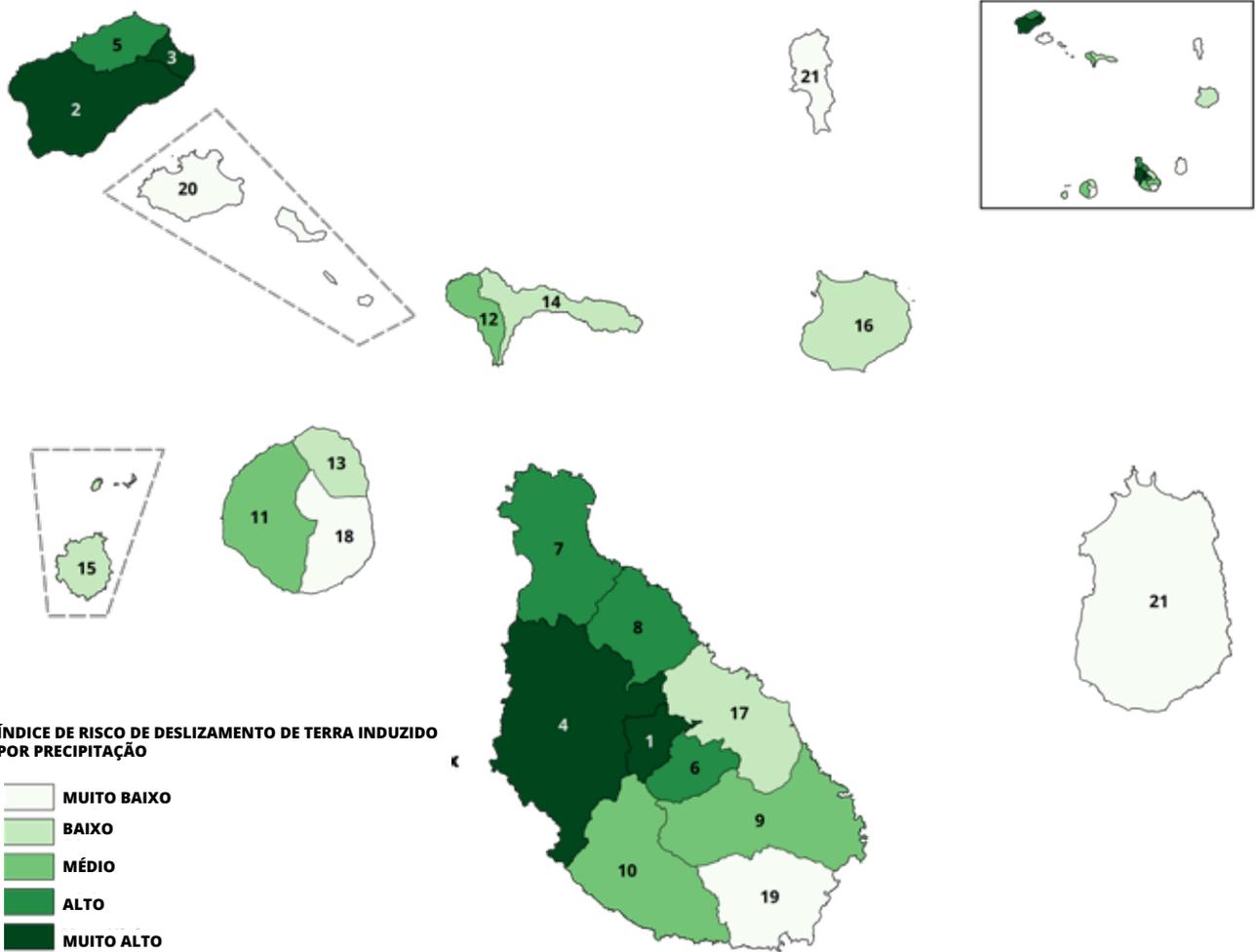
MUITO BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

MUITO ALTO



RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL POR MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ÍNDICE
1	Sao Salvador Do Mundo	0.556
2	Porto Novo	0.313
3	Paul	0.308
4	Santa Catarina	0.306
5	Ribeira Grande	0.276
6	Sao Lourenco Dos Orgaos	0.253
7	Tarrafal	0.229
8	Sao Miguel	0.189
9	Sao Domingos	0.178
10	Ribeira Grande De Santiago	0.158
11	Sao Filipe	0.133
12	Tarrafal De Sao Nicolau	0.097
13	Mosteiros	0.092
14	Ribeira Brava	0.082
15	Brava	0.076
16	Boa Vista	0.075
17	Santa Cruz	0.059
18	Santa Catarina Do Fogo	0.042
19	Praia	0.024
20	Sao Vicente	0.004
21	Maio	0.000
22	Sal	0.000

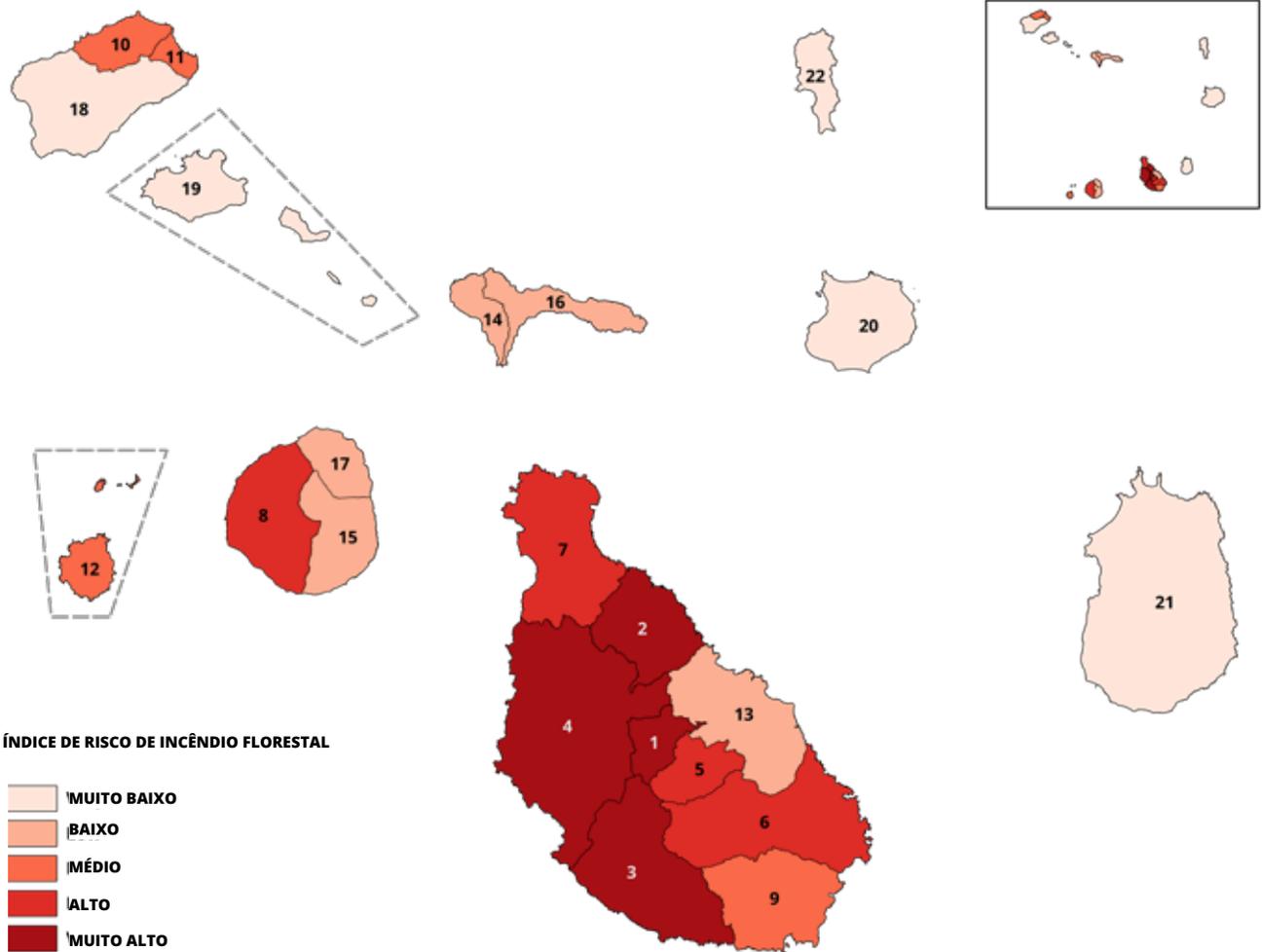
MUITO BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

MUITO ALTO



RISCO DE VULCÃO POR MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ÍNDICE
1	São Filipe	0.561
2	Mosteiros	0.461
3	Brava	0.459
4	Santa Catarina Do Fogo	0.405
5	Porto Novo	0.300
6	São Salvador Do Mundo	0.000
7	São Miguel	0.000
8	Ribeira Grande De Santiago	0.000
9	Santa Catarina	0.000
10	São Lourenco Dos Orgaos	0.000
11	São Domingos	0.000
12	Tarrafal	0.000
13	Praia	0.000
14	Ribeira Grande	0.000
15	Paúl	0.000
16	Santa Cruz	0.000
17	Tarrafal De São Nicolau	0.000
18	Ribeira Brava	0.000
19	São Vicente	0.000
20	Boa Vista	0.000
21	Maio	0.000
22	Sal	0.000

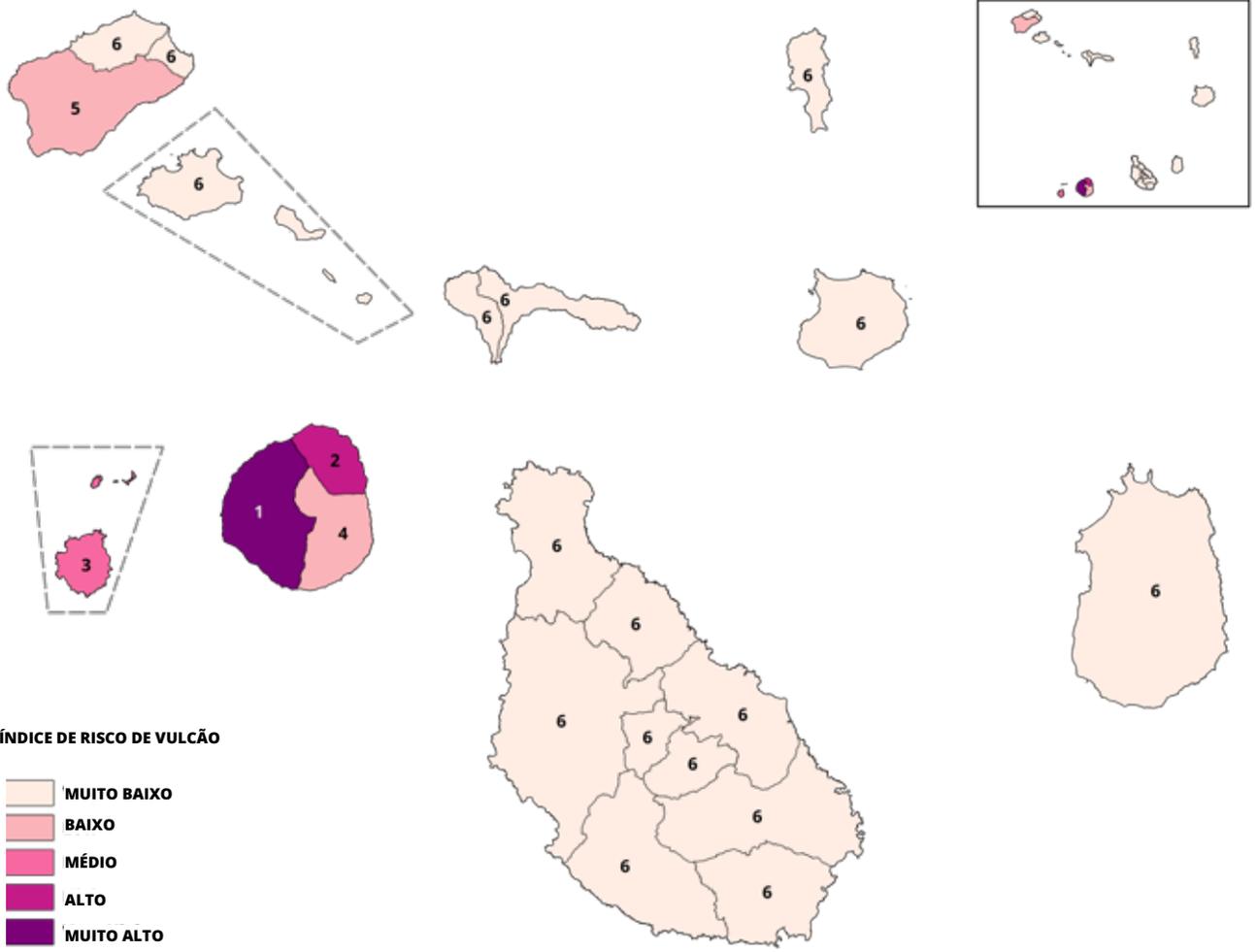
MUITO BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

MUITO ALTO





A RVA

RISCO MULTI-PERIGO

RISCO MULTI-PERIGO

O risco de risco em Cabo Verde foi calculado utilizando uma combinação de Exposição Multi-Risco, vulnerabilidade e capacidade de Reação. Os resultados são apresentados em cada concelho abaixo, enquanto detalhes adicionais sobre o risco a nível municipal são fornecidos nos perfis municipais individuais.

Rank Global de Resiliência de Reação de Cabo Verde (do RVA global da PDC)

101 DE 193 PAÍSES/ÁREAS AVALIADAS

Posto de Cabo Verde em Cabo Verde entre países da África Ocidental

16 DE 16 PAÍSES/ÁREAS AVALIADOS

COMPONENTES DE RISCO MULTI-PERIGO



Vulnerabilidade



Capacidade de Reação



Exposição Multi-Risco

RISCO MULTI-PERIGO POR MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO DO ÍNDICE
1	São Filipe	0.623
2	São Salvador do Mundo	0.576
3	São Miguel	0.550
4	Brava	0.520
5	Porto Novo	0.513
6	Santa Cruz	0.508
7	Ribeira Grande De Santiago	0.501
8	Santa Catarina	0.499
9	Tarrafal	0.498
10	São Domingos	0.496
11	Mosteiros	0.490
12	Praia	0.461
13	Santa Catarina Do Fogo	0.460
14	Ribeira Grande	0.447
15	São Vicente	0.420
16	São Lourenço dos Orgãos	0.413
17	Tarrafal De São Nicolau	0.381
18	Paúl	0.377
19	Ribeira Brava	0.361
20	Boa Vista	0.343
21	Sal	0.322
22	Maio	0.317

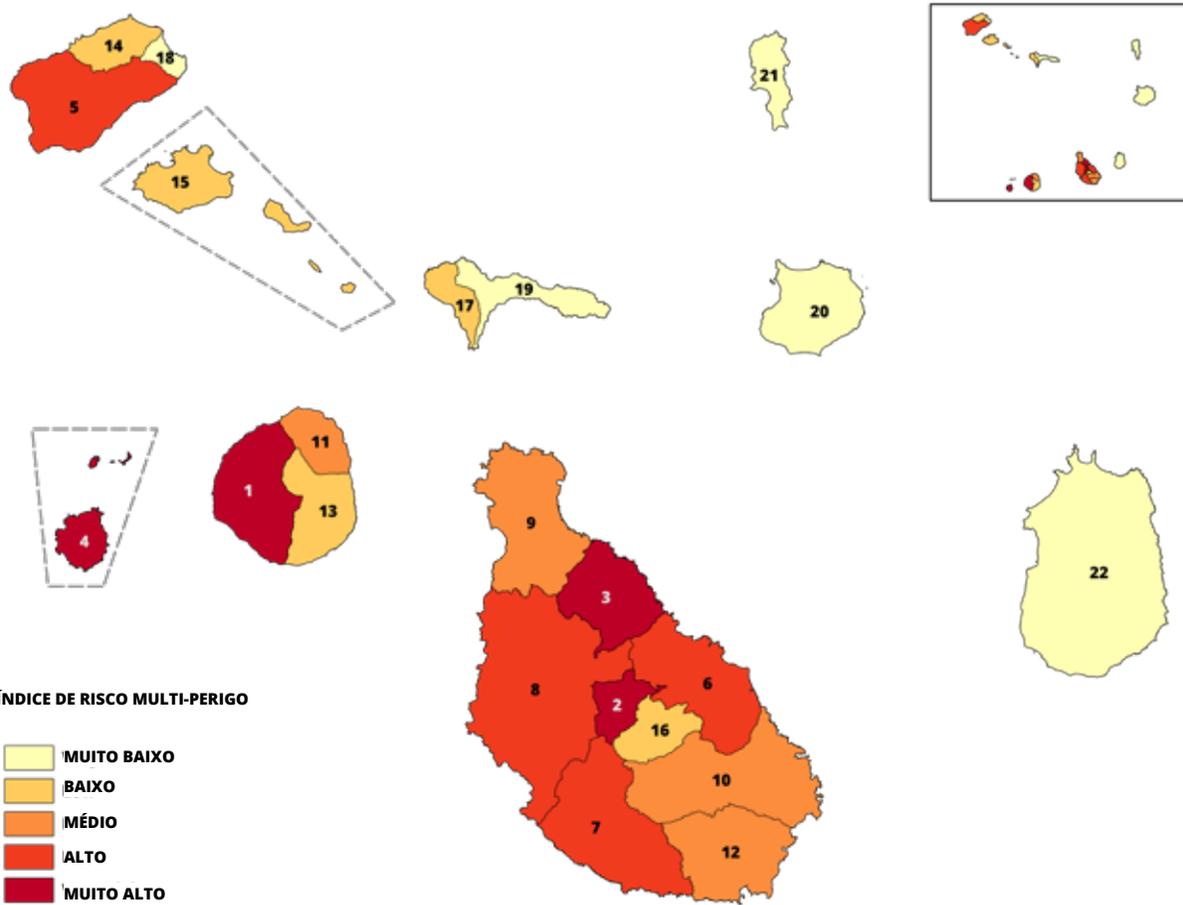
MUITO BAIXO

BAIXO

MÉDIO

ALTO

MUITO ALTO





DMA

ANÁLISE DE GESTÃO DE DESASTRES

RESUMO DAS CONCLUSÕES

DESASTRE ANÁLISE DE GESTÃO

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Fornecidos nesta secção estão os resultados da Análise de Gestão de Desastres (DMA) realizada no âmbito da Avaliação de Base de Preparação de Desastres De Cabo Verde. O resultado permite uma priorização mais eficaz das iniciativas de redução de riscos e de resiliência. Considerando as diversas necessidades comunitárias, os sucessos operacionais e as barreiras, os resultados do DMA permitiriam que as comunidades priorizassem as ações de redução de riscos de catástrofes e de governação de desastres a todos os níveis. A secção seguinte resume as principais conclusões em seis grandes domínios de análise: Disposições Institucionais; Habilitação de ambiente; Mecanismos de Governação de Desastres; Capacidades e Recursos; Capacidades; e Gestão de Comunicações e Informação.

TEMA DE ANÁLISE DE GESTÃO DE DESASTRES E SUBTES



Acordos Institucionais

- Estruturas Organizacionais
- Arranjos de liderança
- Mecanismos de Envolvimento das Partes Interessadas



Capacidades e Recursos

- Instalações e Recursos
- Recursos Humanos
- Inventário de Mercadorias e Suprimentos
- Capacidades Funcionais Orientadas



Habilitação Ambiental

- Instrumentos Legais
- Recursos Financeiros
- Estratégias
- Confiança Pública e Apoio político
- Atitudes e Experiência



Desenvolvimento de Capacidades

- Planos de Desenvolvimento de Capacidades e Estratégias Formação e Programas de Certificação de Instalações
- Relatório Pós-acção
- Processos e Sistemas de Monitorização e Avaliação



Mecanismos de Governação de Desastres

- Planos
- Procedimentos Operacionais Padrão
- Centros de Operações de Emergência
- Sistemas de Comando, Controlo e Coordenação



Comunicação e Gestão da Informação

- Sistemas de Análise de Perigos e Riscos Avaliação de Catástrofes
- Media e Assuntos Públicos
- Recolha, Gestão e Distribuição de Informação



DMA

DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

As estruturas organizacionais e institucionais através das quais se formam as capacidades de gestão de desastres indicam as disposições institucionais de um país. Ao examinar a organização e composição de diversas agências e indivíduos que constituem a capacidade de gestão de desastres de uma nação - detalhando as relações e colaboração entre eles - são frequentemente reveladas oportunidades tangíveis para uma maior eficácia. O DMA analisa sub-temas que caracterizam os arranjos institucionais.



Capacidade Limitada ou Sem Capacidade



Capacidade Avançada

Os atuais acordos institucionais de Cabo Verde para a DM têm realizações evidentes com algumas limitações.

Existe um acordo organizacional bem definido para as funções de DM do país que delega responsabilidades partilhadas em todas as camadas do governo. No entanto, os serviços de Proteção Civil não estão totalmente estabelecidos/operacionais a nível local/municipal, com a maioria dos serviços apoiados apenas pelos bombeiros. Estão a decorrer diligências legais para formalizar os deveres dos Bombeiros e dos Centros de Comando Regional que permitirão um melhor reforço e responsabilização. Cabo Verde tem tomado medidas essenciais para cumprir as suas obrigações no âmbito do Quadro Sendai, estabelecendo a sua plataforma DRR com orientação da ONU e sob a liderança do SNPC-B e emitindo a sua primeira Estratégia Nacional de Redução de Risco de Desastres, ENRRD, em 2017. De acordo com o seu compromisso com o Acordo de Paris, a Plataforma Nacional para as Alterações Climáticas também avançou com a emissão do Programa Nacional de Adaptação de Ação (NAPA) e desenvolvendo planos de adaptação climática proporcionais ao NAPA. No entanto, Cabo Verde conta com fundos externos para atingir os seus objetivos climáticos. O governo está a atualizar as principais políticas e planos que delineiem os papéis no seio da RDR e das organizações de resposta a desastres. Estes devem estar alinhados de perto com a ENRRD e com o Quadro Sendai e de forma integrada entre as políticas e as prioridades dos ODS.²⁰⁻²²

ESTATUTO DE SUBTEMA

DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

- Capacidade Limitada ou Sem Capacidade
- Desenvolvimento Precoce
- Realização com Limitações Significativas
- Progresso Substancial com Alguma Limitação
- Capacidade Avançada



Estruturas Organizacionais

- Organização de funções de gestão de desastres
- Desenvolvimento de gabinetes de gestão de desastres
- Capacidade regionalizada de gestão de desastres
- Envolvimento com atores bilaterais, internacionais e outros humanitários
- Plataforma/escritório nacional para gerir implementação do Quadro DRR e Sendai
- Plataforma/escritório nacional para gerir a ação/adaptação das alterações climáticas (CCA)
- Plataforma/escritório nacional para gerir agenda SD 2030
- Integração de DRR, CCA e SD
- Integração militar na estrutura civil do DM



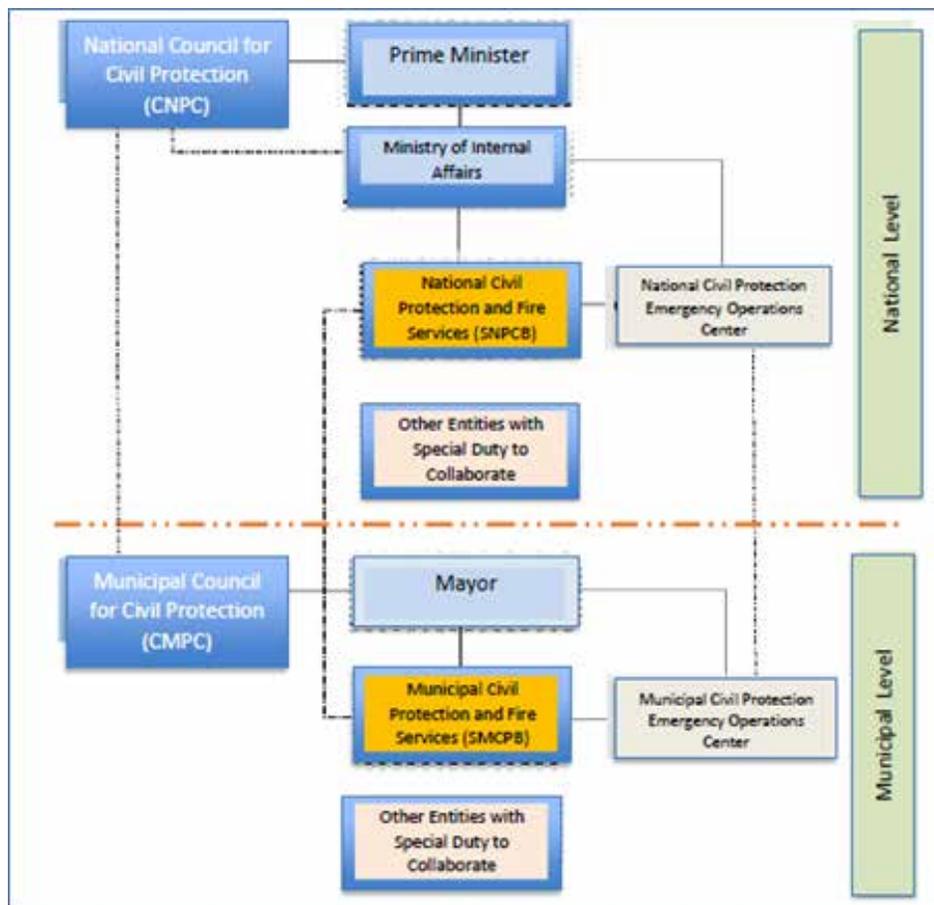
Acordos de Liderança

- Ligação da liderança da gestão de desastres à liderança política
- Acordos de liderança de gestão de desastres
- Percentagem de cargos de liderança preenchidos
- Requisitos para competências específicas do emprego para a liderança na gestão de desastres
- Estrutura de liderança durante grandes eventos de resposta a desastres
- Estrutura do comité de gestão de desastres para apoiar operações de resposta e recuperação
- Comités especiais de gestão de riscos de desastres
- Diversidade de grupos de interessados representados em comissões

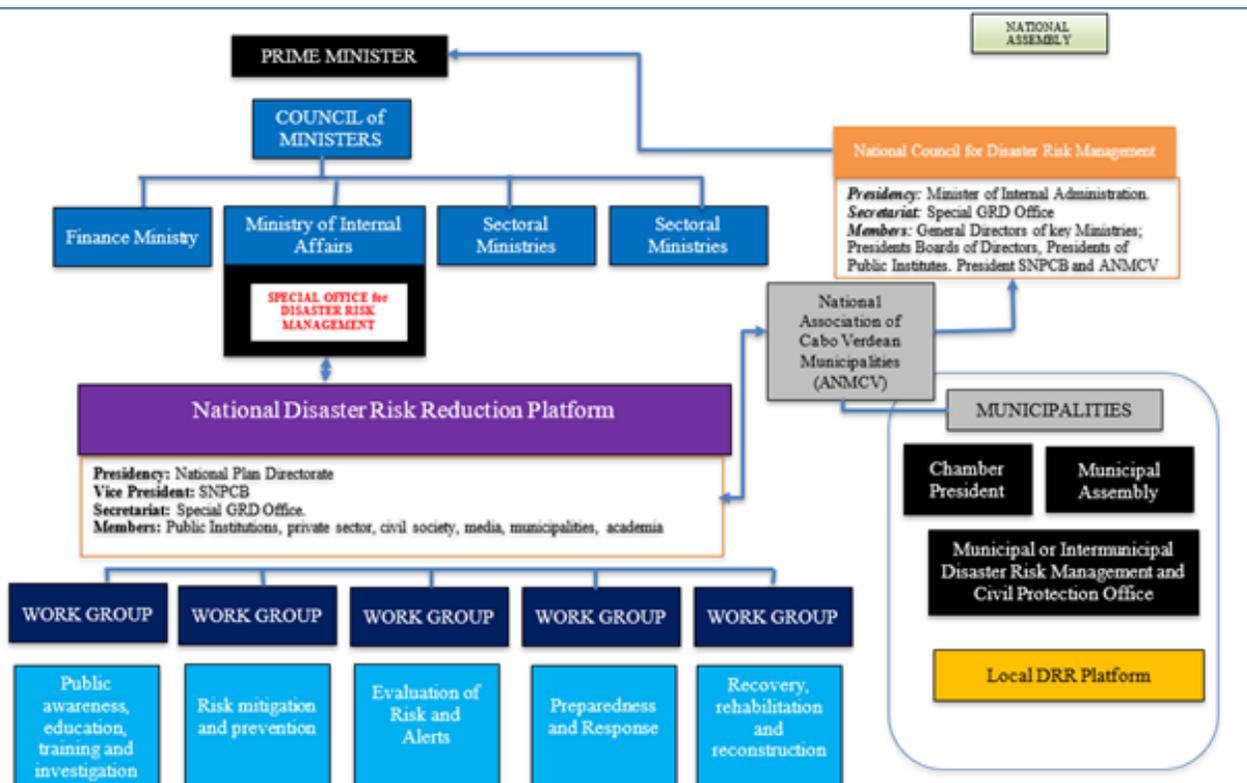


Mecanismos de Envolvimento das Partes Interessadas

- Partes interessadas não governamentais representadas em estruturas governamentais de gestão de desastres
- Parcerias Público-Privadas (PPPs)
- Inventário das capacidades de gestão de desastres de ONG e do sector privado
- Natureza do envolvimento de múltiplas partes interessadas
- Envolvimento do sector privado
- Acordos organizacionais utilizados pelas ONGs para apoiar os esforços de gestão de desastres
- Envolvimento académico na gestão de desastres do governo
- Relação entre governos nacionais, entidades regionais e organizações globais de gestão de desastres



Carta Organizacional do Sistema de Proteção Civil de Cabo Verde (Fonte: Adaptado do Banco Mundial-GFDRR, 201823)



Projeto de Quadro Institucional para Redução de Riscos de Desastres
(Fonte: Estratégia Nacional de Cabo Verde para a RDR 2017²⁰)

Adaptation contributions	Key strategic axes	<ul style="list-style-type: none"> Promoting integrated water resources management, guaranteeing stable and adequate water supply (for consumption, agriculture, ecosystems and tourism); Increasing adaptive capacities of agro-silvo-pastoral production systems in order to ensure and improve national food production and promoting Cabo Verde’s ocean-based (“blue”) economy; Protecting and preventing degradation of coastal zones and their habitat.
Proposed measures	Seek to ensure by 2030:	<ul style="list-style-type: none"> that every citizen has safe access to a minimum of 40l potable water per day; that all urban households are connected to the water supply network; that sewage collection system and proper disposal is extended to cover at least 90% for the cities of Praia and Mindelo and at least 50% of rural areas; the construction (or retrofitting/expansion) of at least 4 wastewater treatment plants and water re-use facilities.

Cabo Verde Climate Action Strategic Areas
(Source: Cabo Verde INDC, 2015, p.6.²⁴)

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS (AHBV)	COMBATE A INCÊNDIOS VOLUNTÁRIOS. BOMBEIROS DA AHBV SÃO REGULADOS POR DECRETO LEI 61/2020.25
CRUZ VERMELHA DE CABO VERDE	ATIVIDADES DE APOIO À COMUNIDADE, PARTICULARMENTE PRIMEIROS SOCORROS, E ASSISTÊNCIA MÉDICA, FORTE CONFIANÇA DA COMUNIDADE, MOBILIZAÇÃO DO PODER DENTRO DAS COMUNIDADES
IGREJAS	REPRESENTAÇÃO EM TODAS AS ILHAS, FORTE DIVULGAÇÃO DA COMUNIDADE, E CONFIANÇA, CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO COMUNITÁRIA EM CURSO, EXPERIÊNCIA ANTERIOR EM APOIO A DESASTRES (FOGO ERUPÇÃO 2014-2015)
AMIGOS DA COMUNIDADE SAFENDE	DIVULGAÇÃO A GRUPOS VULNERÁVEIS QUE VIVEM EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS, FORTE CONFIANÇA ENTRE GRUPOS VULNERÁVEIS, REPRESENTAÇÃO NA ILHA DE SANTIAGO
TRABALHADORES COMUNITÁRIOS E ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS (POR EXEMPLO, FAJÃ DE ÁGUA)	REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES COMUNITÁRIOS DENTRO DO GOVERNO, FORTE CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO DENTRO DAS COMUNIDADES, PRESENÇA EM TODOS OS MUNICÍPIOS CABO-VERDIANOS
ORGANIZAÇÃO FEMININA DE CABO VERDE (OMCV)	DIVULGAÇÃO A GRUPOS VULNERÁVEIS, FORTE CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO ENTRE MULHERES, REPUTAÇÃO POSITIVA EM TODA A SOCIEDADE CABO-VERDIANA, EXPERIÊNCIA ANTERIOR EM DESASTRES UPPORT (ERUPÇÕES DE FOGO 2014-2015)
ORGANIZAÇÃO FEMININA DE CABO VERDE (OMCV)	DIVULGAÇÃO A GRUPOS VULNERÁVEIS, FORTE CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO ENTRE MULHERES, REPUTAÇÃO POSITIVA EM TODA A SOCIEDADE CABO-VERDIANA, EXPERIÊNCIA ANTERIOR EM APOIO A DESASTRES (ERUPÇÕES DO FOGO 2014-2015)



ONGs ativas na divulgação comunitária (Fonte: Banco Mundial-GFDRR, 2020)



Compromissos de financiamento climático para o Oceano Índico e SIDS africano 2010-2015 (US\$ milhões) (Fonte: SEI, 2017, p.14)

DESCOBERTAS E AÇÕES

PARA ALCANÇAR CAPACIDADE AVANÇADA

- ★ **Cabo Verde tem um arranjo organizacional bem definido para as suas funções de DM que delega responsabilidades partilhadas em todas as camadas do governo.** No entanto, os serviços de Proteção Civil não estão totalmente estabelecidos/operacionais a nível local/municipal, com a maioria dos serviços apoiados apenas pelos bombeiros.²⁶
- ★ **Embora a Lei de Bases de 2012 descreva o comando regional como uma fase intermediária de coordenação através da criação de postos de Comando Regional de Operações de Socorro, não existe carta oficial que operacionalize os cinco comandos regionais.**²⁷ O projeto de decreto deverá fornecer uma carta organizativa detalhada para o SNPC-B e formalizar as funções dos Bombeiros e dos Centros de Comando Regional para permitir um melhor reforço e responsabilização.²⁸ recomendamos o seguinte:
 - ✓ Assegurar uma carreira de segurança civil estabelecida e a continuidade nas políticas e planeamento no SNPC-B para um DM e DRR eficazes.
 - ✓ Requerem diplomas de licenciatura e/ou mestrado relevantes para cargos-chave de liderança, associando-os a ofertas académicas relevantes e a mecanismos de financiamento adequados.
 - ✓ Responda às necessidades de pessoal de curto prazo em áreas funcionais críticas de DM.
 - ✓ Instituir e expandir os programas de formação e os requisitos de exercício e ligar-se às competências não apenas em posições-chave de liderança, mas para todos os funcionários relevantes do DM, incluindo os meios de comunicação.
 - ✓ Estabeleça lideranças de procuração específicas de incidentes dependendo da natureza do desastre.
- ★ **O Governo de Cabo Verde (GoCV) atualiza políticas e planos significativos que delineiem os papéis no seio da RDR e das organizações de resposta a desastres.** Estes devem estar bem alinhados com a Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres de 2017 (Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres, ENRRD) e o Quadro sendai e forma integrada entre políticas e prioridades ODS.²⁰ A plataforma existente na DRR é liderada pelo SNPC-B, mas está incompleta. Foi proposto um quadro organizacional eficaz através do ENRRD que capacita os municípios no âmbito da Plataforma Drr Local e envolve parceiros de ONGs, CSOs e do sector privado.
- ★ **Cabo Verde tem alterações climáticas consideradas na sua agenda de desenvolvimento e planos significativos como nação insular do arquipélago e um pequeno estado insular em desenvolvimento (SIDS), com elevada exposição a distúrbios oceânicos e atmosféricos.** A insegurança alimentar é uma preocupação significativa relacionada com as alterações climáticas, secas e condições de inundação.
- ★ **Cabo Verde conta com financiamento externo para a realização realista dos seus objetivos climáticos.**

★ **A Direção Nacional do Ambiente (DIREÇÃO Nacional do Ambiente de Cabo Verde, DNA), Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INSTITUTO Nacional de Meteorologia e Geofísica, INMG).** A 3.^a Comunicação Nacional em CC foi publicada em 2017, onde os eixos estratégicos permanecem os mesmos que os destacados no Programa Nacional de Adaptação 2008-2012 (NAPA). Estes são:

1. Promoção da gestão integrada dos recursos hídricos (IWRM),
2. Melhoria da produção alimentar nacional através da adaptação agrícola; e
3. Proteção da zona costeira contra a degradação.

★ **A Cruz Vermelha de Cabo Verde tem um papel ativo na RDR. Em 2015, a Cruz Vermelha de Cabo Verde comprometeu-se voluntariamente com o ODS Goal 1 (Adoção de vias de desenvolvimento informadas pelo risco que minimizam novos riscos de desastres) e agiu como a organização de implementação.**

★ **O Exército de Cabo Verde, com a Sua Guarda Nacional e Guarda Costeira, desempenha um papel ativo no DM. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas é membro do Conselho Nacional de Proteção Civil, órgão coordenador da política nacional de proteção civil.** O papel operacional dos militares é definido no âmbito do Plano Nacional de Contingência (NCP) de 2010 como uma agência participante chave com a sua capacidade para o planeamento de resposta a desastres, fornecimento logístico e armazéns, abrigo, SAR, segurança e evacuações.

As nossas recomendações gerais alinham-se com a ENRRD, que são:

- ✓ Garantir a coerência no desenvolvimento, reforço e implementação de políticas, planos, práticas e mecanismos legais e institucionais para uma agenda comum para o crescimento sustentável, a segurança alimentar, a saúde pública e a segurança, a gestão ambiental e a redução dos riscos de catástrofes.
- ✓ Integrar a DRR com a CCA de forma coerente nos planos e políticas de desenvolvimento nacional, sectorial e local.
- ✓ Concretizar a integração em instrumentos como o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, PEDS).
- ✓ Integrar DRR com CCA em:
 - Instrumentos fiscais, quadros e sistemas públicos de investimento;
 - Políticas estratégicas, planos e programas sectoriais
 - Quadros de descentralização e planos de desenvolvimento local
- ✓ Integrar a DRR com a CCA trabalhando com:
 - Organizações da sociedade civil
 - Os meios de comunicação e os jornalistas
 - Cientistas e académicos
 - Líderes comunitários

- ★ **A GoCV dispõe de disposições legais e incentivos para a criação de serviços voluntários na área da proteção civil em nome dos intervenientes governamentais. No entanto, a atual implementação é alegadamente ad hoc e carece de estrutura.**
A Lei de Bases da Proteção Civil de 2012 e o Plano Nacional de Contingência exigem várias partes interessadas de um vasto leque de grupos, incluindo o ministério, departamento ou agências (MDAs), o Exército, as ONGs e o setor privado. No entanto, os desafios permanecem na implementação à medida que o sistema nacional de Gestão de Emergências evolui. A Lei de Bases da Proteção Civil e o Plano Nacional de Contingência estão em vias de ser/precisam de ser atualizados. Devem dar uma ênfase mais forte à integração das partes interessadas e refletir os paradigmas atuais.
- ★ **As partes interessadas no Conselho Nacional de Proteção Civil (CNPC) incluem as partes interessadas no Conselho Nacional de Proteção Civil, CNPC, incluindo as que têm a experiência de avaliação de riscos e riscos e mitigação, como as organizações de investigação em saúde e científica, conforme estipulado pela Lei De Bases de 2012.**
Na prática, as políticas de gestão de riscos não produzem consistentemente conhecimentos especializados das instituições competentes; e os desafios continuam a existir.
- ★ **Como seria de esperar, a Cruz Vermelha de Cabo Verde (CVCV) desempenha um papel fundamental na DM e o papel principal em grupos de gestão de voluntariado e boa vontade responsáveis pela coordenação da mobilização e receção, gestão e integração de grupos de caridade e organizações da sociedade civil.**
- ★ **Os cabo-verdianos têm uma forte tradição de dever cívico, com várias organizações da sociedade civil ativas na divulgação.** (por exemplo, cerca de setenta e sete (77) por cento dos bombeiros de Cabo Verde são bombeiros voluntários; A Praia tem mais de 140 ONGs oficialmente registadas) No entanto, a sua integração nos esforços oficiais do DM governamental continua a ser ad hoc.
- ★ **Muitas ONGs têm missões no planeamento de ação ambiental e climática com acesso à financiamentos internacionais como a Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento (ADAD); Associação Cabo Verde para a Educação Ambiental, ACÁCEA, para citar alguns.**
- ★ **! O papel do sector privado no DM carece de definição e organização na prática. Faltam sobretudo planos específicos e sectoriais (exceto empresas de serviços públicos semi-públicos como a ENACOL que têm os seus planos internos) e não estão incorporadas nos planos nacionais. Embora existam parcerias público-privadas, são essencialmente informais.** Por exemplo, durante a Erupção do Fogo de 2014, foram utilizados equipamentos privados e camiões, mas as taxas acumularam-se uma vez que não havia contratos pré-escritos. As empresas cabo-verdianas tendem a pôr de lado as preocupações com os lucros quando as catástrofes atingem; no entanto, tanto as pessoas como as empresas devem ser protegidas.
- ★ **A Câmara Municipal do Mindelo manifestou interesse em ajudar externamente**

a criar planos de preparação local envolvendo coordenação civil-militar, civil-privada e voluntária.

- ★ **O Quadro Nacional de Recuperação e a ENRRD destacam o papel ativo da academia no desenvolvimento de um programa de investigação aplicada multidisciplinar** A Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) tem sido fundamental nos esforços de DM através do mapeamento e análise de perigos; no entanto, a escassez de recursos inibe a implementação.
- ★ **Cabo Verde é uma nação signatária tanto do Quadro de Ação de Sendai como do Acordo de Paris.** Cabo Verde também faz parte de redes e parcerias regionais, incluindo a Iniciativa de Preparação para Catástrofes na África Ocidental (WADPI), que é apoiada pelo Programa de Preparação de Desastres da AFRICOM em colaboração com o Centro Internacional de Formação de Manutenção de Paz kofi Annan (KAIPTC), a CEDEAO e a Organização Nacional de Gestão do Gana. Os progressos realizados por Cabo Verde em direção ao Objetivo F-7 (aumento do número de programas e iniciativas internacionais, regionais e bilaterais para a redução de capacidades relacionadas com a redução de desastres nos países em desenvolvimento) são notáveis.
- ★ **Recomendamos o seguinte para promover as ações significativas de Cabo Verde para reforçar o envolvimento das partes interessadas na DM e na DRR:**
 - ✓ Reforçar as políticas destinadas a assegurar que as ONGs, os parceiros do sector privado e outras organizações sectoriais se empenham globalmente nos esforços de gestão de catástrofes governamentais de forma coordenada e complementar. Formalizar e construir relações com parceiros-chave nestes sectores. Integrá-los formalmente em planos.
 - ✓ Desenvolver/reforçar os planos municipais de resposta ao nível. Assegurar a coordenação do plano.
 - ✓ Envolver plenamente as instituições de ensino superior nos comités técnicos através do Memorando de Entendimento (MOUs) e mecanismos de financiamento adequados e ligue-as à agenda da Ciência e Tecnologia (S&T).
 - ✓ Alargar as atividades das ONGs e dos parceiros do sector privado e formalizá-las para operar a nível subnacional para dar resposta às necessidades específicas das populações.
 - ✓ Criar uma Associação formal de ONG cujas áreas de programa/missão têm DM. Documentem as suas atividades anteriores para alavancar os seus recursos para os incorporar em planos de preparação, eliminando despedimentos nos serviços.
 - ✓ Alavancar as ONGs na sensibilização para o risco de desastres nas comunidades locais que emulam os trabalhos anteriores da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV)
 - ✓ Incluir a academia em DM através da ligação da pesquisa de DM, e as necessidades de formação para os programas académicos.
 - ✓ Leverage NGOs in raising disaster risk awareness in local communities emulating on the previous work of The Women Organization of Cabo Verde (Organização das Mulheres de Cabo Verde, OMCV)
 - ✓ Include academia in DM through linking DM research, and training needs to academic programs.



DMA

AMBIENTE FAVORÁVEL

AMBIENTE FAVORÁVEL



ESTADO ATUAL AMBIENTE FAVORÁVEL

- Capacidade Limitada ou Sem Capacidade
- Desenvolvimento Precoce
- Realização com Limitações Significativas
- Progresso Substancial com Alguma Limitação
- Capacidade Avançada

Capacidade
Limitada ou Sem
Capacidade



Capacidade
Avançada

O ambiente favorável de Cabo Verde para a DM tem conquistas claras com algumas limitações.

Como país signatário do HFA e sendai, as políticas de desenvolvimento de risco sinistro de Cabo Verde foram moldadas através do financiamento e transferência de conhecimento de agências externas de empréstimos e desenvolvimento, como o Banco Mundial e a ONU, que têm sido fundamentais para o reforço das capacidades. Como tal, a legislação existente em Cabo Verde baseia-se numa visão estratégica alargada e abrange todas as fases do DM (mitigação, preparação, resposta e recuperação). A Lei de Bases da Proteção Civil de 2012, a Lei do Plano Nacional de Contingência 2010, e o Decreto Regulamentar n.º 18/99 que organiza o SNPC-B regem os assuntos do DM em Cabo Verde. Embora Cabo Verde gose de um sistema legislativo relativamente bem desenvolvido e funcional na Região da África Ocidental e as disposições legais relativas ao DM são abrangentes, estão em vias de ser renovadas, conforme indicado na sua Estratégia Nacional de RDR (ENRRD). Dois dos principais obstáculos a um sistema abrangente de gestão de desastres que funciona bem são a escassez de orçamento decorrente do grande problema da dívida do país e a escassez de mecanismos para socializar os regulamentos de construção de capacidades DM/DRR, especialmente a nível subnacional. O sistema DM cabo-verdiano continua focado na preparação e resposta com fundos nacionais limitados para a RM. Embora a participação das partes interessadas na formulação de políticas, especialmente das principais organizações do sector público e privado, seja forte em Cabo Verde, é necessário uma maior inclusão, especialmente dos grupos mais vulneráveis, incluindo a população rural, as mulheres e outros desfavorecidos.

Em suma, o Governo de Cabo Verde tem um historial de desafios no alinhamento da implementação dos quadros jurídicos com as agendas nacionais e municipais com orçamentos limitados.

ESTATUTO DE SUBTEMA AMBIENTE FAVORÁVEL

- Capacidade Limitada ou Sem Capacidade
- Desenvolvimento Precoce
- Realização com Limitações Significativas
- Progresso Substancial com Alguma Limitação
- Capacidade Avançada



Instrumentos Jurídicos

- Disposições legais para os requisitos de gestão de catástrofes
- Completude da legislação de apoio a todas as fases de gestão de desastres
- Base nacional para o processo legislativo de gestão de desastres
- Calendário de execução da legislação
- Fundamento jurídico para a criação de instituições de gestão de catástrofes
- Estabelecimento jurídico de orçamentos de gestão de catástrofes
- Nível de socialização da legislação de gestão de desastres em todo o governo
- Processo legislativo formalizado, mecanismos de cooperação e meios para adquirir recursos humanos e materiais durante as catástrofes.
- Âmbito de prescrições legislativas relativas a declaração de Estado de Emergência
- Autoridade jurídica dos militares em apoio a atividades de gestão de desastres
- Fundamento jurídico do envolvimento internacional e transfronteiriço da gestão de desastres para incluir a participação em quadros regionais e internacionais de gestão de desastres
- Requisitos legais para estruturas de gestão de desastres a níveis subnacionais do governo
- Orientação legislativa e apoio a atividades e requisitos de redução de risco de catástrofes



Recursos Financeiros

- Modalidades orçamentais para a gestão de catástrofes
- Cumprimento dos objetivos de financiamento de gestão de desastres e de legislação
- Âmbito do orçamento para a gestão de desastres
- Existência de fundos de emergência ou de contingência dedicados
- Nível atual de apoio ao orçamento de gestão de desastres
- Restrições existentes do fundo de reserva de desastres
- Papel dos programas de subvenção para apoiar programas de preparação e redução de riscos de desastres em todos os níveis subnacionais e locais do governo
- Inclusão da formação, educação e investigação e desenvolvimento no orçamento de gestão de desastres
- Inclusão do financiamento para apoiar o desenvolvimento da capacidade em níveis jurisdicionais mais baixos
- Estatuto de um mercado de seguros de risco catastrófico
- Papel do sector público na regulação do mercado dos seguros para fazer face à solvabilidade do mercado
- Disponibilidade de disponibilidade de empréstimos a juros baixos para apoiar famílias, empresas ou recuperação de ONG
- Apoio governamental ao microfinanciamento de desastres
- Orientações para a disponibilização de fundos de ajuda a catástrofes para jurisdições com impacto.



Estratégias

- Existência de planos estratégicos de gestão de desastres e redução de risco de desastres
- Envolvimento das partes interessadas de gestão de desastres no desenvolvimento de planos estratégicos
- Nível de orientação e supervisão fornecidos às partes interessadas na gestão de desastres
- Apoio político à integração da redução do risco de catástrofe
- Integração das políticas de redução de riscos de desastres e de gestão de desastres em todo o governo
- Integração do planeamento de mitigação em instrumentos políticos da RDR
- Inclusão de grupos de género e vulneráveis em estratégias e políticas de DM e DRR



Confiança Pública e Apoio Político

- Nível de apoio dos altos funcionários do governo para os esforços de gestão de desastres e redução de riscos de desastres
- Comitês existentes para abordar a gestão de desastres e redução do risco de desastres
- Integração dos contributos inter-agências e múltiplas partes interessadas no processo legislativo
- Apoio público às disposições relativas à redução dos riscos de catástrofes
- Confiança pública nas capacidades da agência de gestão de desastres
- Influência das classificações de aprovação política nas decisões de gestão de desastres



Atitudes e Experiência

- Experiência prática de gestão de desastres a nível subnacional e nacional
- Experiência prática de gestão de catástrofes no(s) principal(is) funcionário(s)
- Nível de envolvimento público com esforços de gestão de desastres
- Participação do sector privado nos esforços de gestão de desastres
- Avaliações da preparação do agregado familiar

RESOLUÇÕES

Resolução n.º 3/IX/2020 (Aprova Plano de Contingência COVID-19)

Resolução n.º 114/2018 (Aprova a Estratégia Nacional de RDR)

Resolução n.º 10/2015 (Aprova Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento, PLENOS)

Resolução n.º 11/2010 (Aprova o NCP)

Decreto-Lei 2021 (pendente)

Decreto-Lei n.º 61/2020 (Define o regime legal aplicável aos Bombeiros de Cabo Verde)

Decreto-Lei 36/2020 (Declaração do Estado de Emergência COVID-19)

Decreto-Lei n.º 5/2019 (Contrato de Empréstimo com o IBRD)

Decreto-Lei n.º 29/2018 (Cria Fundo Nacional de Emergência FNE)

Decreto-Lei n.º 14/2016 (Aprova Planos de Gestão do Mar Costeiro e Adjacente, POOC_M)

Decreto-Lei n.º 11/2013 (Regula o Quadro Interior do MAI)

Decreto Regulamentar n.º 13/2009 (Aprova os novos estatutos da INMG)

Decreto Regulamentar n.º 3/2002 (Regula a CNPC)

Decreto Regulamentar n.º 18/99 (Conselho Nacional de Proteção Civil, Quadro Orgânico do SNPC)

Decreto Regulamentar n.º 5/99 (Regula CNPC, CNEOEP, CMOEP, substituído)

Constituição de Cabo Verde aprovada em 1980 (com alterações até 1992) Substituído por 2010 (4ª) edição

As Peças Chave da Legislação Relacionada com o DM em Cabo Verde (Fonte: Pesquisa de secretária do PDC)

DESCOBERTAS E AÇÕES PARA ALCANÇAR CAPACIDADE AVANÇADA

Ninguém é melhor e conhecedor da realidade dos riscos do que os residentes da zona local. Queremos chegar a cada cidadão e proporcionar formação e sensibilização na DRR. Quanto mais investirmos na prevenção, menos será gasto na fase de reconstrução se ocorrer uma catástrofe. Esta é a mudança que queremos. - **Capitão Renaldo Rodrigues, SNPC-B29**

- ★ O sistema de gestão de desastres de Cabo Verde rege-se por três legislações fundamentais:
 - ✓ O Decreto-Lei sobre o SNPC (Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 20 de Dezembro de 1999)
 - Cartas do Serviço Nacional de Protecção Civil (SPNC) que foi posteriormente alterado para Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPC-B) - Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros
 - ✓ O Plano Nacional de Contingência (NCP) (Resolução n.º 11/2010, 15 de março de 2010)
 - delimita a estrutura de resposta para eventos de catástrofe e operacionaliza o Centro Nacional de Operações de Emergência e Protecção Civil (CNOEPC)
 - ✓ A Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 12/VIII/2012, 7 de março de 2012) - identifica todos os principais intervenientes e as suas funções, estabelece os princípios da responsabilidade descentralizada e o apoio interpartidário em todos os mesmos.
- ★ A Estratégia Nacional rege o Sistema Nacional de Gestão de Riscos de Desastres (SINAGERD) para a DRR 2018-2030 (ENRRD), assinado em lei em 2018. A ENRRD apela a uma revisão da Lei de Bases para reforçar a integração da DRR através do reforço dos sistemas de alerta precoce, da sensibilização do público e da gestão da informação.
- ★ A legislação em vigor abrange todas as fases de DM (mitigação, preparação, resposta e recuperação) e baseia-se numa visão estratégica alargada.
- ★ Cabo Verde está a ter dificuldades em alinhar a implementação do quadro legal com as agendas nacionais e municipais com orçamentos limitados.
 - ✓ Reforçar os Comandos Operacionais Regionais para impulsionar o alinhamento (solução WB-GFDRR)
- ★ O ENRRD promove as seguintes áreas prioritárias com os resultados-chave correspondentes a serem alcançados:
 - ✓ Revisão, promoção e execução de códigos técnicos para a construção de infraestruturas, instalações e edifícios críticos – No entanto, o Conselho Internacional de Código (TPI) informa a ausência do código de construção cabo-verdiano publicado online e afirmou que a autoridade reguladora não era clara.

- Reforçar os mecanismos de execução do código de construção, apoiando plenamente a Sociedade de Engenheiros e Arquitetos e a Câmara de Construção de Cabo Verde.
- ✓ Integração transversal da RDR em planos estratégicos nacionais para o desenvolvimento sustentável a longo prazo para uma recuperação resiliente pós-desastre.
- ✓ Integração das questões de género e DRR nos planos de desenvolvimento sustentável - Enquanto as políticas abordam o género (incluindo ENRRD, o Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento, PLENAS), O Plano Nacional para a Igualdade de Género (Plano Nacional para Igualdade de Género, PNIG) e o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género (Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género, ICIEG) trabalham para melhorar a igualdade de género, há margem para melhorias.
- ✓ Desenvolvimento de mecanismos financeiros para integrar a DRR e a governação do risco de desastres em planos estratégicos de desenvolvimento sustentável.
- ★ Os objetivos políticos de DM e DRR são integrados, mas não amplamente socializados. Muitos dos parceiros governamentais, as ONGs, as empresas e outros precisam de orientação para compreender o seu papel nestes esforços. A orientação jurídica é inadequada para os parceiros sectoriais. São necessárias orientações para as partes interessadas na comunicação dos esforços de DM e DRR.
- ★ Cabo Verde tem os instrumentos legais adequados para orientar o uso da terra e o planeamento urbano e continua a atualizar o quadro legislativo através de alterações às leis existentes. No entanto, a nossa pesquisa no ambiente de trabalho não revelou um aumento dos regulamentos de terras depois de ter adotado a Estratégia de DRR de 2017.
- ★ Devido à sua localização geográfica e património cultural únicos, Cabo Verde goza de parcerias internacionais e regionais formalizadas através de vários tratados e leis, muitos dos quais apoiam o DM/ DRR através de empréstimos a juros baixos, programas de investimento, e projectos.
- ★ O Conselho Nacional de Proteção Civil (CNPC) é o comité legislativo e consultivo permanente com foco central em DM e/ou DRR de acordo com as disposições da Lei de Bases de 2012.
- ★ A Constituição garante os direitos dos cidadãos durante o estado de emergência. Existem disposições pormenorizadas para os poderes de emergência através da emissão de decretos-leis em função da situação de catástrofe.
- ★ Os Bombeiros foram transportados para o serviço de Proteção Civil. No entanto, a constituição e responsabilização legalmente definidas pelos Bombeiros não foram clarificadas⁶ Os Bombeiros continuam a ser maioritariamente um serviço de voluntariado em Cabo Verde, com exceção da Praia (Praia assinou os seus bombeiros através do Regulamento 14/2010 que define as funções e responsabilidades do pessoal técnico e administrativo). Por isso, recomendamos a alteração/ criação da legislação em DM para:
 - ✓ Definir legalmente o papel dos Bombeiros (que foi movido no âmbito do Serviço de Proteção

Civil) para garantir a responsabilização e profissionalização dos Bombeiros e com fluxos de financiamento dedicados.

- ★ A Lei De Bases de 2012 introduziu os Centros de Comando Regional de Desastres como as organizações intermediárias que compõem os Serviços de Proteção Civil. No entanto, a lei não elabora sobre as funções exatas e os poderes executivos dos Comandantes Regionais. Tem havido dificuldades em equipar os Centros de Comando Regional. Por isso, recomendamos a alteração/criação da legislação em DM para:
 - ✓ Criação/carta dos Centros de Comando Regional da Proteção Civil para dotar mais autoridade e autonomia com orçamentos dedicados.
 - ✓ Agendas de implementação de endereços.
- ★ A escassez de recursos inibe a assistência técnica no reforço das capacidades locais. São necessários melhores mecanismos de financiamento para ensinar e formar os trabalhadores que desempenham as funções de proteção civil a nível local do governo.
- ★ O SNPC-B submeteu ao Ministério da Administração Interna, MAI um Projeto de Lei para aprofundar a colaboração e cooperação entre e entre parceiros nacionais e internacionais, horizontal e verticalmente. Também detalha os papéis de:
 - ✓ Estrutura do Comando Nacional e Regional
 - ✓ Conselho Nacional dos Bombeiros
 - ✓ Departamento de Planeamento de Risco e Emergência
 - ✓ Os Bombeiros
 - ✓ O Departamento de Recursos Humanos e Gestão Financeira
 - ✓ Proteção Civil e Inspeção de Incêndios
- ★ Os orçamentos do DM ficam aquém da necessidade real.
- ★ O orçamento da Proteção Civil apenas cobre os custos administrativos e operacionais (o orçamento de 2019 é de cerca de 300 mil dólares).
- ★ O Fundo Nacional de Emergência (FNE), instituído através do Decreto-Lei n.º 59 2018, cobre os custos de resposta e de socorro. Trata-se de um fundo de contingência autónomo que permite mobilizar fundos internos e externos através de agências governamentais específicas; no entanto, não fornece fundos de nível subnacional.
- ★ Os municípios não são obrigados a deter uma certa percentagem dos seus orçamentos para atividades de DM, pelo que, no caso de um evento extremo, acedem aos seus orçamentos regulares e, quando a capacidade é excedida, solicitam ajuda ao governo central. 10% do Orçamento do Estado vai para os municípios através de mecanismos regulados (população, terra e taxas de pobreza). Não existem orientações claras para o financiamento estatal dos esforços de ajuda humanitária ou para o desenvolvimento da capacidade a nível subnacional.

- ★ O Fundo Soberano de Emergência (FSE) prevê financiamento de recuperação de desastres. O fundo foi criado com um capital inicial de 10 milhões de euros e atingiu um limite máximo de 50 milhões de euros pelo Decreto-Lei.
- ★ Um aumento de 0,5% no Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) foi utilizado para financiar a Recuperação da Erupção do Fogo de 2014; é também a fonte de financiamento projetada para a FNE. A criação da FNE permite a Cabo Verde entrar em acordos de empréstimo com agências de ajuda internacional, como o Banco Mundial.
- ★ O Governo de Cabo Verde complementou com sucesso os fundos de desastres através de dotações de emergência em eventos anteriores, atingindo 2% do PIB. O governo tem uma flexibilidade relativa para financiar ações de resposta através de mecanismos de financiamento externos sem a aprovação do Parlamento.
- ★ A Erupção Vulcânica do Fogo resultou em cerca de 28 milhões de dólares em danos (75% de perdas diretas e 15% indiretas). No entanto, o Governo cabo-verdiano tem um elevado rácio da dívida. A dívida pública nominal foi de 130% do PIB em 2017 para Cabo Verde, um país de baixo rendimento médio com uma taxa de crescimento moderada.
- ★ Não existem orientações claras para a disponibilização de fundos de ajuda às catástrofes às jurisdições afetadas por catástrofes.
- ★ Não existe um mercado de seguros de risco catastrófico em Cabo Verde.
- ★ Os programas de empréstimos são fornecidos apenas a um público limitado; e não estão bem estabelecidos.
- ★ Existe uma estratégia de microfinanciamento apoiada pelo governo. No entanto, é cedo e não visa especificamente o crédito a desastres.
- ★ Os fundos são limitados para a educação, formação e sensibilização nos orçamentos oficiais do DM. Os programas de subvenção existem, mas são financiados externamente com âmbito limitado e não são recorrentes. Por isso, recomendamos:
 - ✓ (Rever a legislação relativa aos orçamentos nacionais e subnacionais do DM que prevê:
 - Financiamento adequado para melhorar a capacidade operacional DM/DRR de Cabo Verde,
 - Vinculado à Lei de Bases da Proteção Civil através de uma alteração,
 - Necessidades programáticas, administrativas e operacionais abordadas,
 - A formação, a educação e a I&D precisam de ser abordadas,
 - Fundos de desenvolvimento da capacidade a nível nacional e subnacional,
 - Orientações para o acesso e utilização,

¹ The budget provided through the National Contingency Plan (NCP) 2010 for preparedness and response (that had a total provision of ~\$3 million USD) has been superseded by National Emergency Fund.

- Orientações para a disponibilização de fundos de ajuda às vítimas de catástrofes,
- Disposição mecanismos de transferência de fundos de calamidade da FNE para governos de nível subnacional.
- ✓ Desenvolver um mercado catastrófico de seguros de risco com mecanismos regulamentares adequados para prémios acessíveis e solvabilidade do mercado e trabalhar com bancos regionais e companhias de seguros privadas. Requerer a modelação científica baseada no risco de perigos.
- ✓ Criar mecanismos formais de microfinanciamento a preços acessíveis através de PPPs. Alavancar os programas de financiamento de desastres existentes.
- ✓ Estabelecer empréstimos a juros baixos disponíveis para apoiar os custos de recuperação das famílias, das empresas ou das ONG não elegíveis ao abrigo de outros fluxos ou opções de financiamento.
- ★ A liderança do SNPC-B tem um apoio público sólido com base em relatórios mediáticos e visitas e entrevistas da equipa do PDC.
- ★ A confiança pública nas entidades DM e DRR não foi avaliada. As classificações de aprovação política não são recolhidas em Cabo Verde. A preparação do agregado familiar é avaliada pela Agência Nacional de Estatística (INECV).
- ★ Enquanto o público está envolvido em esforços de preparação para desastres, as brigadas de cidadãos organizados não são comuns. O envolvimento público nos esforços de DM não está nos níveis desejados. Recomendamos:
 - ✓ Recolher periodicamente as classificações de aprovação política; combinar resultados com níveis de preparação das famílias para avaliar as necessidades e lacunas fundamentais da DRR/DM dentro das comunidades, e medir, aumentar a perceção pública das atividades de DM e angariar a participação dos cidadãos através de exercícios
 - ✓ Realizar periodicamente inquéritos para avaliar as necessidades de DRM/DRR das populações vulneráveis em cada jurisdição.
 - ✓ Melhorar/incutir programas de formação/educação pública para a sensibilização pré-desastre.
 - ✓ Responder às necessidades, capacidades de contribuição de recursos e participação de todos os grupos interessados, incluindo AS ONGs e do sector privado.
 - ✓ Alinhar planos estratégicos e políticas para integrar SD, DM e DRR através do apoio e entrada das partes interessadas para todas as fases.
 - ✓ Reforçar a participação das partes interessadas através da criação de comités.
 - ✓ Através de disposições legais, estabelecer uma base de governação robusta para atividades relacionadas com a preparação de emergência.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAR DA POBREZA



2 ERRADICAR A FOME



3 SAÚDE DE QUALIDADE



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



5 IGUALDADE DE GÉNERO



6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



DMA

MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO DE DESASTRES

MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO DE DESASTRES



Capacidade Limitada ou Sem Capacidade



Capacidade Avançada

Os atuais mecanismos de governança de desastres de Cabo Verde têm conquistas evidentes com algumas limitações.

O ENRRD prevê um sistema nacional de gestão de riscos de desastres (SINAGERD) até 2030 que integra os planos baseados no estudo de risco e análise de riscos do PNUD-UNICEF-UNFPA que abrange secas, inundações, inundações, terremotos e erupções vulcânicas.^{20,30} A realização requer a atualização dos planos de nível nacional existentes, todo o desenvolvimento e integração de planos de nível municipal baseados em estudos e planejamento de risco de risco, e definição de prioridade. A coordenação e a responsabilização em níveis verticais e a incorporação de normas internacionais em termos de assistência e gestão de catástrofes são um trabalho em curso. Embora as estruturas e sistemas de comando de incidentes (ICS) sejam projetados e estejam a funcionar na prática, existem desafios de implementação com o Plano Nacional de Contingência.³¹ Nomeadamente, o Centro Nacional de Operações de Emergência (CNOEPC) e os níveis de alerta não estão totalmente implementados. No que diz respeito ao ICS, as responsabilidades das agências, incluindo a polícia e a coordenação dos incêndios, são informais/ad hoc. O novo CNOEPC está totalmente operacional desde 2021, com o centro de despacho multi-agências co-localizado com vigilância 24 horas por dia. A Marinha de Cabo Verde tem o seu Centro de Operações Marítimas com o apoio da Marinha dos EUA. A Agência de Aviação Civil (AAC) opera CECs a 24/7/365 nos aeroportos internacionais. O CNOEPC alternativo está no Mindelo.

O projeto de SOP para o Centro Nacional de Operações de Emergência que detalha as declarações e o processo de ativação não foi formalizado.³² A interoperabilidade das comunicações e a formação de resposta e credenciação em todas as agências de socorro continuam a ser um problema. Foi criado um quadro organizacional para as operações de recuperação.

Cabo Verde não tem um plano ou estratégia de continuidade de Governo (COG) ou de Continuidade de Operações (COOP).

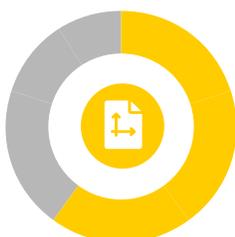
ESTATUTO DE SUBTEMA MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO DE DESASTRES

- Capacidade Limitada ou Sem Capacidade
- Desenvolvimento Precoce
- Realização com Limitações Significativas
- Progresso Substancial com Alguma Limitação
- Capacidade Avançada



Planos e Procedimentos Operacionais Padrão

- Inclusão de todas as fases de gestão de desastres em planos e procedimentos
- Inclusão da Continuidade das Operações e Continuidade do Governo nos planos e procedimentos
- Nível de coordenação entre o governo para apoiar planos de gestão de desastres
- Clareza de funções e responsabilidades nos planos e procedimentos existentes
- Definição do Processo de Declarações
- Nível de acessibilidade dos planos e SOPs
- Coordenação e passadeira de requisitos mínimos de gestão de desastres em todos os níveis do governo.
- Adoção e implementação de acordos formalizados de ajuda mútua a todos os níveis do governo para apoiar os esforços de gestão de catástrofes
- Clareza no processo e protocolos para ativar e integrar assistência externa a desastres
- Clareza e funcionamento dos protocolos existentes para processar, aceitar e utilizar bens doados e recursos voluntários



Sistemas de Comando, Controlo e Coordenação

- Operacionalização dos sistemas de comando de incidentes existentes em resposta a operações de catástrofe
- Existência de instrumento jurídico e de planeamento explícito para definir os sistemas e estruturas de comando e gestão de incidentes
- Clareza dos planos e procedimentos sobre as funções e responsabilidades, incluindo as autoridades de decisão e as hierarquias de informação do sistema de coordenação de incidentes
- Adoção de uma abordagem funcional ao planeamento, coordenação e apoio à resposta
- Facilitação da coordenação inter-agências em todas as fases de gestão de catástrofes



Centros de Operações de Emergência

- Apoio e existência de CEO de utilização exclusiva e jurisdicional
- Existência de instalações dedicadas do EOC
- Normas mínimas para equipamentos e operacionalização EOC
- Proteção de mitigação implementada para o CEO primário de riscos conhecidos
- Acessibilidade do CEO nacional a funcionários-chave do governo
- Política e prática para o tempo mínimo para a ativação completa do EOC
- Duração das operações da EOC com pessoal, equipamento e recursos existentes
- Existência de EOCs primários e secundários
- Criação de centros de coordenação a nível de campo
- Criação e clareza de planos e procedimentos de apoio à recuperação comunitária a longo prazo
- Interoperabilidade das comunicações que foi estabelecida e validada em todo o governo
- Existência de um sistema de formação e credenciação que permita o rastreio e a fácil notificação dos recursos humanos para que possam ser chamados em momentos de catástrofe.

I	Azul	Planeamento, Operações e Diretor de Telecomunicações	O Alerta Azul caracteriza emergências de rotina.	Mínimo
II	Amarelo	Presidente do SNPC-B/ CNOEPC	O Alerta Amarelo é declarado em caso de ocorrência ou previsão de ocorrência grave ou acidente.	Intermediário
III	Laranja	Presidente do SNPC-B/ MAI	O Alerta Laranja é declarado em uma emergência.	Alto
IV	Vermelho	MAI/Primeiro-Ministro	O Alerta Vermelho é o nível máximo do CNOEPC e significa que a situação do CNOEPC foi ativado.	Máximo

Estrutura do Centro Nacional de Emergência e Proteção Civil (CNOEPC) (Fonte: Plano Nacional de Contingência 2010, Secção 6.1.5)

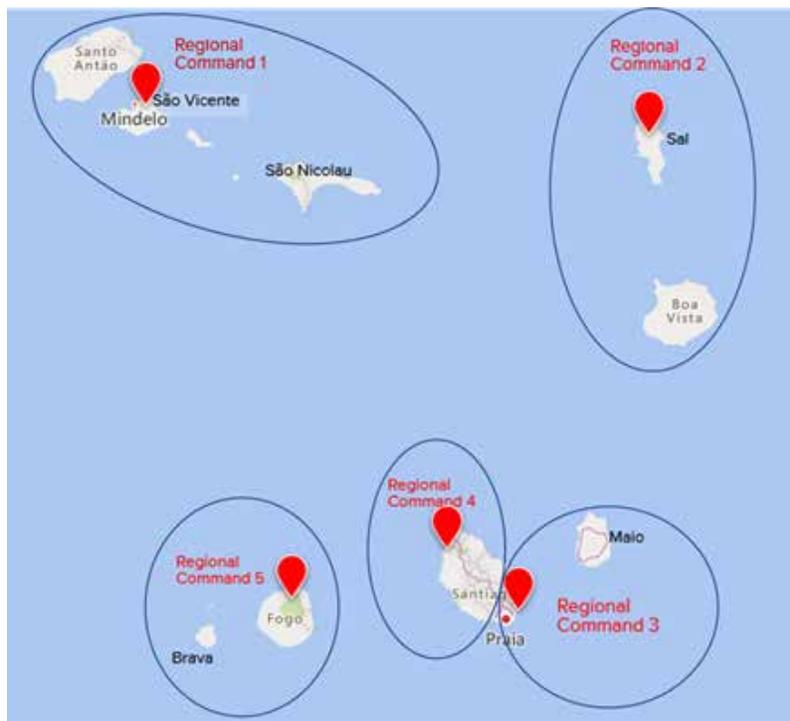
NÃO.	ATIVIDADES	AGENTES
Primeiras 24 horas		
1	Declara emergência, convoca reunião de emergência para partilha de informação e mobilização	MAI
2	Ativar a célula de emergência	SNPC-B
3	Ativar o Plano de Contingência e outras estruturas	CNOEPC
4	Enviar uma missão de avaliação ao nível das áreas afetadas	CNOEPC
5	Iniciar socorro de emergência com base na avaliação	CNOEPC
Primeiras 48 horas		
6	Mobilizar fundos e stocks de emergência disponíveis	MAI
7	Decida-se sobre o pedido de reforço da coordenação de apoios internacionais. Contacte a SNU.	GOVERNO
8	Apresente os resultados da avaliação rápida à célula de emergência.	EQUIPAS DE AVALIAÇÃO
9	Rever o plano estratégico de intervenção e a partilha de papéis e responsabilidades	CNOEPC
10	Convocar reuniões sectoriais	CNOEPC
11	Implementação de uma resposta multissetorial de acordo com as prioridades identificadas	CNOEPC
12	Recolher e consolidar dados para boletins (relatórios de situação e análise de necessidades)	CNOEPC
13	Estabelecer uma estratégia de informação dirigida às populações	CNOEPC
14	Avaliar a situação da "segurança"	CNOEPC
15	Propor tratamento pós-traumático, se necessário	CNOEPC
Primeiras 2 semanas		
16	Consolidar informação sobre quem faz o quê e onde. Analisar lacunas e fluxos de assistência material	CNOEPC
17	Efetuar avaliações aprofundadas e planear uma resposta de 6 meses, identificar consequências imediatas e efeitos induzidos	CNOEPC
18	Manter os meios de comunicação informados	CNOEPC
19	Identificação de centros de acolhimento para sem-abrigo	CNOEPC

Matriz de Declaração e Resposta de Desastres
 (Fonte: Lei do Plano Nacional de Contingência 2010, Secção 4.4.4)

SECTOR	ENTIDADE PARTICIPANTE
Coordenação	SNPC-B, Novo C.S.
Comida	Agência Nacional de Segurança Alimentar
Agricultura	Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos/ Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP)
Refugiados/Pessoas Deslocadas	Ministério da Administração Interna (MAI)
Educação	Ministério da Educação e Ensino Superior
Água/Saneamento	Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos/ Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (INGRH)
Nutrição	INGRH
Saúde	Ministério da Saúde
Abrigos	MAI
Gestão de Campo	MAI (SNPC-B)
Recuperação Precoce	Ministério do Trabalho e Solidariedade
Proteção	Ministério da Justiça
Telecomunicações	Ministério das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações
Logística	MAI (SNPC-B)
Segurança	MAI
Meios de comunicação (meios de comunicação, populações)	Vice-Ministro do Primeiro-Ministro
Gestão de Informação	Presidência do Conselho de Ministros e do Parlamento

MDAs líderes do sector

(Fonte: Plano Nacional de Contingência, Secção 7.2.1) 31



Mapa dos Comandos Regionais (Fonte: DisasterAWARE®)

DESCOBERTAS E AÇÕES PARA ALCANÇAR CAPACIDADE AVANÇADA

- ★ O ENRRD prevê um sistema nacional de gestão de riscos de desastres (SINAGERD) até 2030 que integra os planos baseados no estudo de risco e análise de riscos do PNUD-UNICEF-UNFPA que abrange secas, inundações, inundações repentinas, terremotos e erupções vulcânicas.
- ★ Enquanto as Estruturas e Sistemas de Comando de Incidentes são projetados e estão a funcionar, na prática, existem desafios de implementação com o Plano Nacional de Contingência, sendo o mais importante o Centro Nacional de Operações e Proteção Civil (Centro Nacional de Operações de Emergência, CNOEPC) e os níveis de alerta não estão a ser implementados na totalidade. O ICS, incluindo quem faz o quê, quando, e no que diz respeito à coordenação policial e de incêndios, é, por vezes, informal.
- ★ O novo CNOEPC foi operacionalizado em 2020, e o centro de despachos multi-agências com vigilância 24 horas por dia. Estão co-localizados no mesmo edifício. A Marinha de Cabo Verde tem o seu Centro de Operações Marítimas com o apoio da Marinha dos EUA. A Agência de Aviação Civil (AAC) opera CECs a 24/7/365 nos aeroportos internacionais. O CNOEPC alternativo (CNOEPCAL) está no Mindelo.
- ★ O projeto DEP para o Centro Nacional de Operações de Emergência que detalha as declarações e o processo de ativação ainda não foi formalizado. (National Emergency Operations Center Standard Operating Procedures (SOP) Esboço inicial de fevereiro de 2017 (34 pp.)
- ★ O Plano Nacional de Contingência detalha os processos de declaração e os mecanismos de cooperação vertical. O CNOEPC é ativado em alerta vermelho, o que significa que o âmbito da emergência requer uma declaração nacional de desastre pelo Primeiro-Ministro ou pelo Ministro da Educação quando o PM delega a autoridade. No entanto, na prática, a criação do CNOEPC e a delegação vertical de autoridade entre os níveis nacional, regional e municipal têm sido lentas devido à falta de recursos e à ausência de orientações claras.
- ★ A NCP deverá apresentar uma atualização para refletir os crescentes acontecimentos relacionados com o clima (secas, inundações, maus anos agrícolas), erupções vulcânicas, epidemias de Dengue e Zika, Pandemia COVID-19, e os avanços na RDR e DM, incluindo os planos e quadros globais, regionais e locais.
- ★ Não há um calendário de revisão de políticas, planos ou estratégias.
- ★ Ainda não existe uma rede de comunicações de rádio fiável para ligar a Polícia, os bombeiros e os Serviços Municipais de Proteção Civil. Os bombeiros utilizam equipamento antigo com problemas de compatibilidade. (Ver capacidades e recursos abaixo) O Banco Mundial-GFDRR identificou a necessidade de criar uma rede de comunicações via satélite para melhorar as comunicações com ODM.

- ★ O sistema de credencial de resposta não existe.
- ★ Cabo Verde não tem um plano ou estratégia de continuidade de Governo (COG) ou de Continuidade de Operações (COOP).
- ★ O Quadro pós-recuperação de desastres (PDRF) emitido em 2018 incorpora as lições aprendidas com a erupção do Vulcão fogo 2014-2015, o furacão Fred, e as epidemias de Zika e Dengue. Existe um Gabinete de Recuperação localizado dentro do AMI, e existe um acordo institucional. No entanto, o fluxo de finanças adequadas durante a recuperação parece ser um problema. O PNUD planeia terminar a segunda fase do projeto "Capacitação para a Recuperação Resiliente" para a África Ocidental em 2021, que poderá identificar ainda mais os desafios relacionados com a recuperação.
- ★ A Cidade da Praia (onde reside quase um terço da população de Cabo Verde) tem vindo a preparar a prevenção, preparação, recuperação e reabilitação de desastres que envolve uma equipa composta por Proteção Civil e Bombeiros, Ambiente e Saneamento, Guarda Municipal, Infraestruturas e Transportes, Ação Social e Género da Câmara Municipal. Foram financiados cerca de 300 mil dólares.
- ★ Os Municípios do Mindelo e São Vicente têm planos de preparação baseados no desempenho durante a estação chuvosa relacionadas com medidas como a adequação das condições de drenagem do canal na ilha. Os SOPs municipais não são formalizados no Mindelo. Brava tem um plano de resposta de emergência que aborda os perigos sísmicos e vulcânicos e tem um plano de evacuação. Há um plano atualizado, mas ainda não foi aprovado.
- ★ Funcionário Municipal do Mindelo & São Vicente Sénior. Carlos afirmou que é necessário um quadro formalizado de capacidade de resposta, com planos, procedimentos, formação e exercícios envolvendo o setor militar, privado, organizações de voluntariado e o público. Sr. Carlos mencionou a existência de um micro-plano que podia partilhar.
- ★ O planeamento do perigo do vulcão é necessário ou precisa de ser atualizado.
- ★ Para apoiar a visão para ENRRD e SINAGERD, recomendamos o seguinte:
 - ✓ Atualizar o Plano Nacional de Contingência (Quadro/Plano De Resposta Nacional) e planos municipais e específicos de risco para refletir as realidades atuais, incluindo catástrofes recentes, espectro de ameaças de risco, conclusões dos principais estudos de risco, incluindo o risco e a análise de riscos do PNUD-UNICEF-UNFPA (Avaliação Sistemática de Inventário para Avaliação de Riscos – SIERA 2013, Avaliação Detalhada do Risco Urbano 2014; Avaliação e Mapeamento Abrangente de Riscos em Cabo Verde 2014; Perfis de Risco Urbano da Ribeira Brava, Mosteiros e Praia - 2018 que foram supervisionados pelo SNPC-B, conduzido pela Uni-CV, INMG, entre outros, e financiado pela ONU, JICA e outras grandes organizações internacionais de ajuda.
 - ✓ Estabelecer estruturas e protocolos de sistemas e protocolos de comando de incidentes

escaláveis e flexíveis (ICS) aplicáveis aos protocolos e normas internacionais. Atualizar e formalizar o CNOEPC (NEOC) SOP. Criar SOPs subnacionais compatíveis com o ICS nacional.

- ✓ Desenvolver e exigir a utilização de planos de COOP e COG.
 - ✓ Atualizar e formalizar periodicamente o SOP e os quadros de resposta para responder às necessidades atuais, criando e de acordo com os procedimentos de avaliação padrão e alinhando-se com as políticas de DRM. Incorporar lições aprendidas.
 - ✓ Tornar os planos de preparação subnacionais acessíveis ao público.
 - ✓ Testar e exercitar planos governamentais que abordam as necessidades de recuperação de desastres a curto e longo prazo, incluindo a recuperação psicossocial. Alavancar os resultados encontrados no projeto do PNUD para incluir no planeamento.
 - ✓ Preparar e legislar um Plano Nacional de Evacuação, Plano Nacional de Comunicações de Emergência, Uma Política Nacional de Voluntariado e Planos Municipais de Preparação de Desastres.
 - ✓ Integrar planos e políticas em todos os sectores governamentais e subnacionais nacionais e subnacionais e infraestruturas críticas.
 - ✓ Assegurar a entrada de planos de outras partes interessadas, incluindo ONGs, CSOs e empresas.
 - ✓ Fornecer orientação de plano para localidades e exercer os planos.
 - ✓ Criar sistemas de credencial de resposta.
- ★ Realiza-se regularmente um fórum nacional para as partes interessadas em 20 dos 22 municípios de Cabo Verde. No entanto, a coordenação dos planos municipais horizontal e verticalmente não existe ou tem desafios.
 - ★ Os acordos de ajuda mútua existem a nível subnacional e local, mas não são formais. Existem bons exemplos, como um plano regional com a FAO e a Proteção Civil para fazer face aos desafios dos incêndios florestais.
 - ★ Estão em vigor acordos internacionais de ajuda mútua com a CEDEAO. A Associação Nacional de Municípios tem acordos de parceria direto com Itália, Brasil, Portugal através de acordos formais, mas não têm mandato para uma resposta intra-municipal. O seu website é gerido remotamente a partir de Portugal.
 - ★ Existem desafios no que diz respeito à coordenação da assistência externa a desastres com questões relacionadas com a falta de exposição às normas internacionais, incluindo inconsistência do serviço, documentação, monitorização de respostas, enquadramento operacional e supervisão. Por isso, em conformidade com as recomendações do GFDRR, recomendamos o seguinte:

- ✓ Expandir a adesão de Cabo Verde a redes internacionais de DM e de coordenação,
 - ✓ Preparar planos de operações de emergência escaláveis (EOPs) que incluam cenários de emergência em larga escala que exijam ajuda internacional; (ver recomendação anterior)
 - ✓ Implementar formação e exercícios de coordenação internacional de apoio;
 - ✓ Estabelecer um melhor sistema de armazenagem e logística e gestão de stocks de artigos de socorro, bem como protocolos pormenorizados para organizar a prestação de ajuda a comunidades remotas com difícil acesso
- ★ Cabo Verde preparou/adaptou quadros para combater os riscos relacionados com as alterações climáticas, principalmente:
- ✓ Plano de Ação Nacional para o Meio Ambiente, PANA I, II),
 - ✓ Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação, PAN-LCD
 - ✓ Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade, NBSAP
 - ✓ Plano de Ação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos, PAGIRH
 - ✓ Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ENSAN
 - ✓ Plano Nacional de Investimento Agrícola, PNIA, Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, PEDDA 2005-2015 - Plano de Ação Nacional para as Energias Renováveis (2015/2020/2030). Recomendamos:
 - Certificar de que estes planos estão estrategicamente alinhados com outros grandes planos de gestão de desastres, incluindo a resposta e a recuperação.
- ★ Observou-se que as ONGs com programas e missões relevantes para a gestão de desastres coordenam através de redes informais em vez de sistemas totalmente estruturados que requerem membros ativos e sistemas de registo. Além das recomendações acima indicadas no âmbito do Envolvimento das Partes Interessadas, recomendamos:
- ✓ Definir papéis e responsabilidades claras em cada nível de governo em SOPs e planos, incluindo todos os intervenientes relevantes e alavancar recursos do sector privado e das ONGs.



DMA

CAPACIDADES E RECURSOS

CAPACIDADES E RECURSOS



ESTADO ATUAL CAPACIDADES E RECURSOS

-
 Capacidade Limitada ou Sem Capacidade
-
 Desenvolvimento Precoce
-
 Realização com Limitações Significativas
-
 Progresso Substancial com Alguma Limitação
-
 Capacidade Avançada

Capacidade
Limitada ou Sem
Capacidade



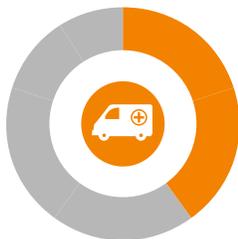
Capacidade
Avançada

As atuais capacidades e recursos de Cabo Verde para a DM estão numa fase de desenvolvimento precoce da capacidade com limitações significativas.

Os serviços de emergência de Cabo Verde, tanto a nível nacional como subnacional, não estão equipados com recursos materiais ou humanos adequados para gerir riscos conhecidos devido à grave/crónica falta de financiamento. O SNPC-B tem dificuldade em comprar os seus stocks de desastres. O sistema depende de financiamento externo e doações.⁶ Os recursos materiais designados para a gestão de catástrofes são insuficientes e são mantidos a padrões mínimos em todas as jurisdições. O pessoal tem equipamento limitado e principalmente antigo e doado. Alguns dos veículos remontam a 1975. O quartel dos Bombeiros Municipais da Praia está mais perto de ser o mais moderno com viaturas novas. O equipamento SAR é inadequado e muito abaixo dos padrões mínimos. A escassez de EPI prevaleceu, mas todos os bombeiros receberam EPI e botas através de um programa de aquisição até ao final de 2021. Não existem quadros legais ou mecanismos de aquisição de recursos materiais de emergência. Não existem contratos com fornecedores de matérias-primas relevantes para a DM. O sistema depende de material doado que cria problemas de manutenção e reparação. O acesso universal a serviços de saúde de Cabo Verde ainda não está assegurado, com uma particular falta de ênfase nas pessoas com deficiência nas ilhas remotas.³³ O progresso da melhoria da capacidade de saúde está em curso com a conhecida escassez de pessoal e de formação de pessoal.

ESTATUTO DE SUBTEMA CAPACIDADES E RECURSOS

- Capacidade Limitada ou Sem Capacidade
- Desenvolvimento Precoce
- Realização com Limitações Significativas
- Progresso Substancial com Alguma Limitação
- Capacidade Avançada



Instalações e Equipamentos Dedicados

- Capacidade das instalações de serviço de emergência jurisdicional
- Estatuto dos recursos materiais mantidos designados para responder eficazmente a emergências e desastres conhecidos na jurisdição dada
- Requisitos de acesso à recursos suplementares de gestão de desastres
- Manutenção e gestão ativa de inventários de gestão de desastres
- Estado das operações de abrigo (adequação, manutenção, acesso e equipamento)
- Capacidade de saúde e integração de instalações médicas e de saúde pública no âmbito do sistema nacional de gestão de desastres



Recursos Humanos

- Pessoal dedicado de gestão de emergência
- Planeamento dedicado a desastres/catástrofes e pessoal da proteção civil
- Plano e processo de integração de pessoal suplementar de gestão de desastres de emergência/emergência
- Fontes e níveis de pessoal de aumento existentes
- Lista acessível e atualizada de profissionais críticos pós-impacto (por exemplo, inspetores de construção, engenheiros, remoção de detritos, etc.)
- Mecanismos para ativar facilmente pessoal técnico relacionado com desastres



Inventário de mercadorias e fornecimentos

- Processo e métodos para gerar estimativas de necessidades de matérias-primas pós-desastre
- Manutenção de reservas de mercadorias
- Localização de reservas de mercadorias
- Política e processo de distribuição de mercadorias em áreas de serviço
- Prática corrente e manutenção de contratos de emergência com prestadores de produtos relacionados com a gestão crítica
- Política para manter os recursos de gestão de desastres e inventários de fornecimento
- Atualizar a frequência dos inventários de gestão de desastres e de fornecimento
- Gestão de desastres e oferta de propriedade e responsabilidade de inventário
- Estatuto de programa nacional de logística de desastres

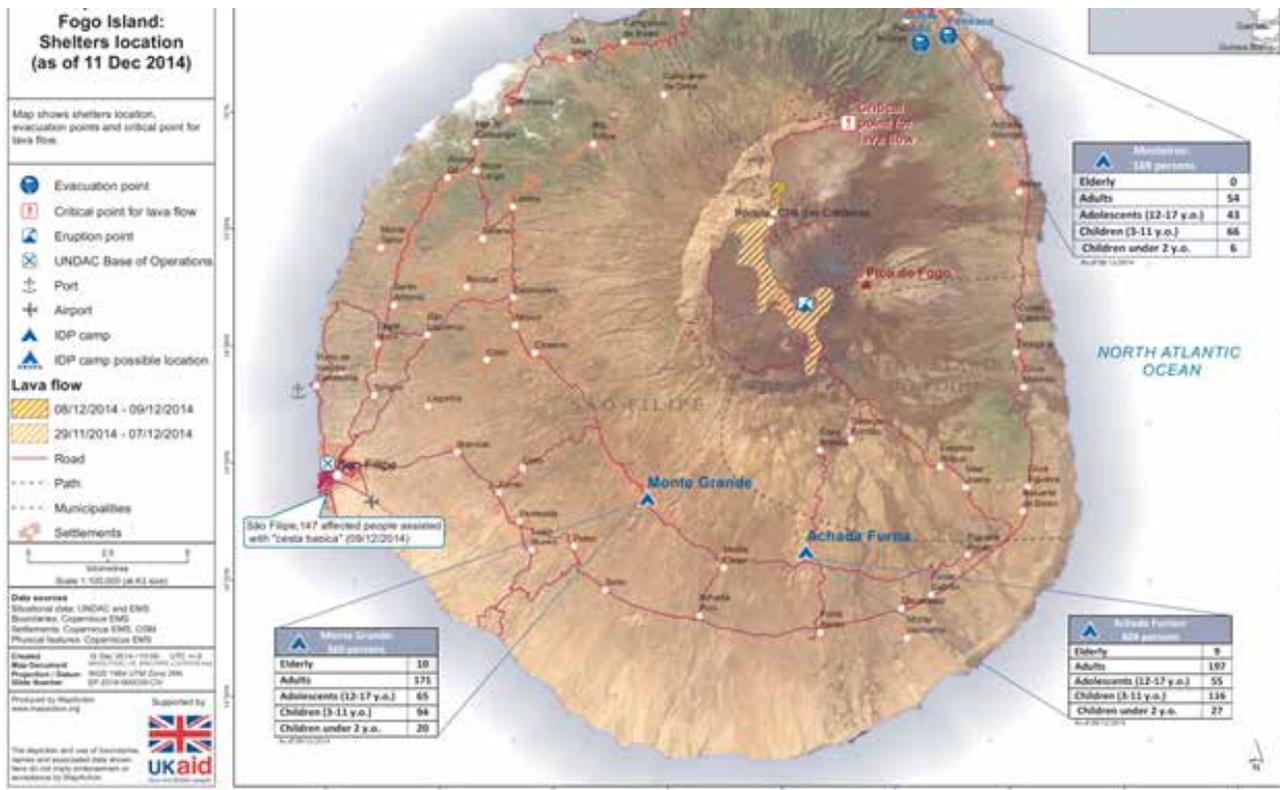


Capacidades Funcionais Direcionadas

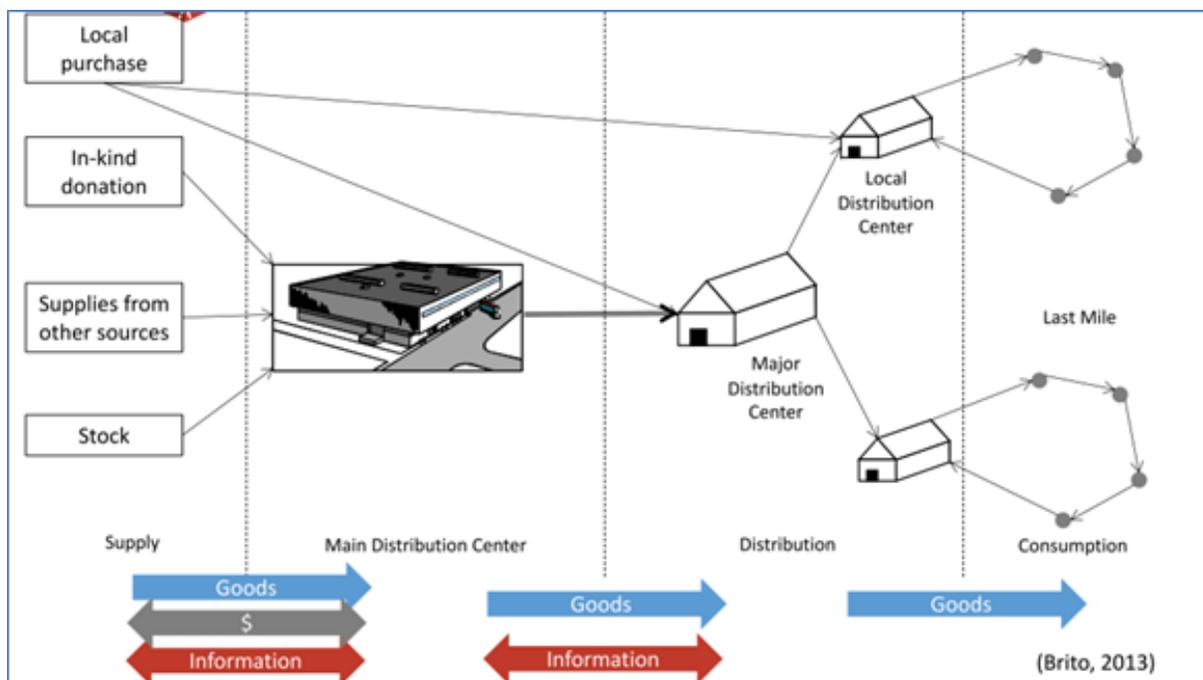
- Apoio à recuperação psicossocial
- Capacidade do governo nacional para apoiar evacuações
- Política e capacidades atuais para fazer face às necessidades de água, saneamento e higiene pós-desastre (WASH)
- Gestão da segurança e segurança das populações afetadas por catástrofes
- Capacidade de resposta de materiais perigosos (HAZMAT)
- Capacidades nacionais de busca e salvamento
- Preparação, resposta e recuperação agrícola



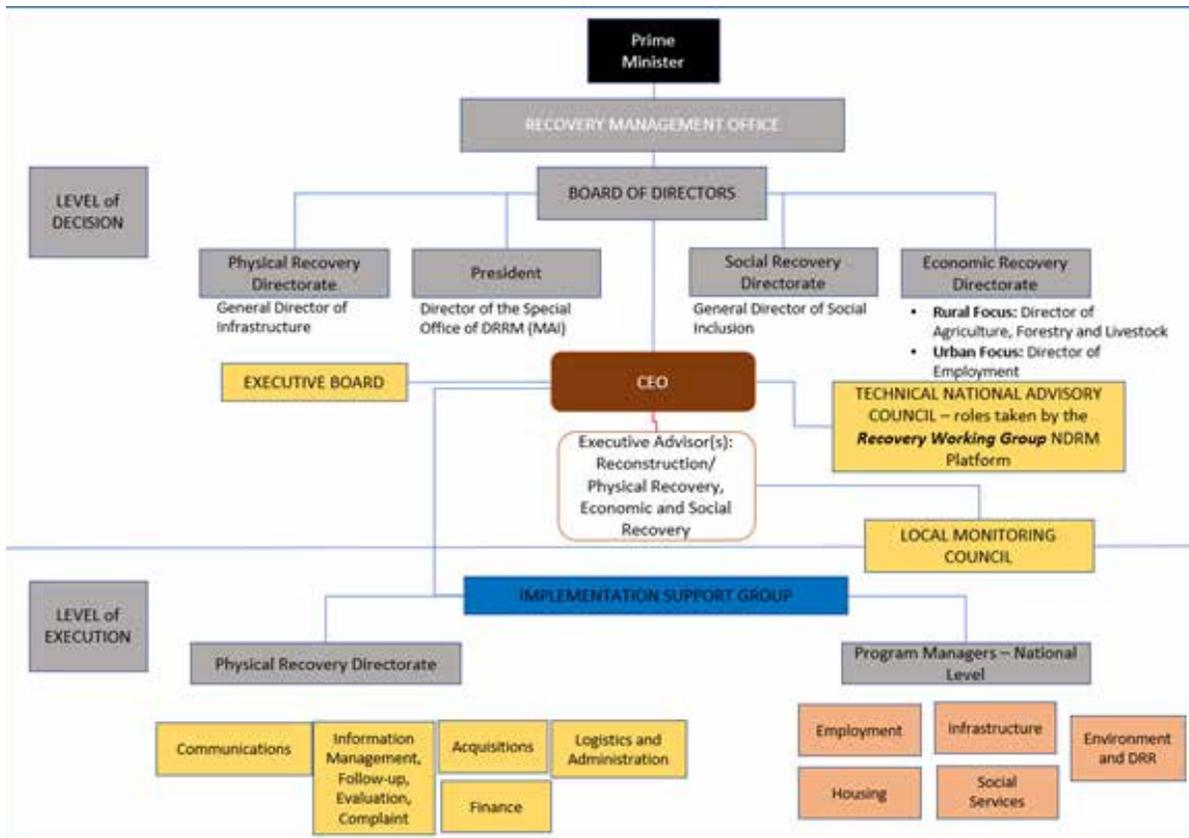
Caminhão municipal de bombeiros na Praia (Foto: Joel Myhre, PDC, 2019)



2014 Pico de Fogo Abrigos de Erupção Vulcânica e Pontos de Evacuação (Fonte: MapAction, UKaid)



Criação sugerida da cadeia de fornecimento humanitário (Fonte: Banco Mundial-GFDRR, 2020)



Gabinete de Gestão de Recuperação
 (Fonte: Quadro de Recuperação pós-desastre, Resolução 115/2018, p.1682)

DESCOBERTAS E AÇÕES PARA ALCANÇAR CAPACIDADE AVANÇADA

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS:

- ★ Os serviços de emergência de Cabo Verde, tanto a nível nacional como a nível subnacional, não estão equipados com recursos materiais ou humanos adequados para gerir os perigos conhecidos devido a uma grave e crónica falta de financiamento. O SNPC-B tem dificuldade em comprar os seus stocks de desastres. O sistema depende de financiamento externo e doações.
- ★ Os recursos materiais destinados à gestão de catástrofes são insuficientes e são mantidos abaixo dos padrões mínimos em todas as jurisdições. O pessoal tem equipamento limitado e principalmente antigo e doado. Alguns dos veículos remontam a 1975. O quartel dos Bombeiros Municipais da Praia está mais perto de ser o mais moderno com viaturas novas. O equipamento SAR foi inadequado e muito abaixo dos padrões mínimos. A escassez de EPI prevaleceu, mas todos os bombeiros receberam EPI e botas através de um programa de aquisição até ao final de 2021.
- ★ A Guarda Costeira tem estado em processo de aquisição de um avião no valor de 5,5 milhões de dólares para utilizar em operações de resgate financiadas através do Fundo Soberano de Emergência de Cabo Verde (FSE).
- ★ Não existem quadros legais ou mecanismos de aquisição de recursos materiais de emergência. Não existem contratos com fornecedores de matérias-primas relevantes para a DM. O sistema depende de material doado que cria problemas de manutenção e reparação.
- ★ Não existe um sistema de informação central digital para manter os recursos DM e os inventários de fornecimento.
- ★ Os arranjos de abrigo são ad-hoc e improvisados. Não há base de dados oficial para abrigos. Os abrigos existentes são insuficientes em capacidade. Durante a Erupção do Fogo, em 2014, 2.500 pessoas foram deslocadas internamente e colocadas em abrigos. O UNDAC e outros ajudaram a identificar locais de abrigo, incluindo escolas. O Governo de Cabo Verde quer usar as escolas como abrigos como último recurso, não para perturbar a educação. A avaliação da UNDAC de Brava revelou a necessidade de abrigar até 6.000 residentes no caso de uma erupção de vulcão. Parques, terrenos baldios e espaços verdes precisam de ser identificados para pessoas evacuadas/IDP.
- ★ Em caso de perigos vulcânicos, é necessário uma instalação mais extensa e mais recursos. A atual instalação utilizada para a monitorização de riscos vulcânicos pelo INMG é de dupla utilização com a Aviação Civil do Mindelo.

- ★ Há, em geral, uma ausência de espaço de armazém e uma falta de um armazém central. A capacidade de armazenagem é fraca e os inventários de equipamentos de catástrofe não são mantidos atualizados e não são mantidos como base de dados nacionais.
- ★ Existe uma duplicação dos esforços na coordenação do stock de ajuda à entrada (entre a Cruz Vermelha, a Proteção Civil, entre outros).
- ★ O transporte de material de socorro da capital para as ilhas é um problema relatado (caso em ponto erupção do Fogo).
- ★ Com base nestas descobertas, recomendamos:
 - ✓ **POSTOS DE BOMBEIROS:** Considere aumentar o número de instalações de serviços de emergência através da construção de postos de bombeiros adicionais que cubram as necessidades de resposta baseadas em dados científicos que alavancam os estudos e plataformas existentes, incluindo o recém-povoado sistema DisasterAWARE® do PDC.
 - ✓ **INSTALAÇÕES DE MONITORIZAÇÃO DE PERIGOS:** Considere expandir a construção de instalações de monitorização de perigo vulcânico e os seus recursos materiais e de pessoal.
 - ✓ **LOGÍSTICA:** Criar um sistema de armazéns logísticos a nível nacional, incluindo centros e redes (conforme recomendado pela WB-GFDRR) através do departamento logístico existente do SNPC-B:
 - Contratar e treinar pessoal para a instalação e manutenção do sistema logístico
 - Calcular o prazo normal de entrega das encomendas com base em meios de transporte e geolocalização das ilhas para uma resposta eficiente de emergência
 - Estimar os números do consumo mensal para reabastecer as reservas.
 - Dado o elevado risco, os stocks de contingência para resposta imediata são mantidos com prioridades dadas às Ilhas Brava, Santa Antão e Fogo.
 - Estabelecer um sistema digital de armazenamento de dados e partilha de informação para representar minuciosamente todo o material, equipamento e inventário de fornecimento de todos os parceiros com recursos DM.
 - Deconflitar a Cruz Vermelha e da Proteção Civil na receção e armazenamento de recursos de catástrofes. Incorporar processos transparentes em planos.
 - Atribuir uma ligação SNPC-B para avaliar os recursos materiais necessários para a resposta de emergência e estabelecer mecanismos de aquisição e manutenção a nível regional e subnacional.
 - Endereçar os requisitos de recursos DM através de acordos/contratos formalizados que envolvam PPPs, sector de ONG e outras partes interessadas.
 - ✓ **ABRIGOS:** Estabelecer inventário de abrigo que aborde a adequação para utilização através de uma avaliação abrangente.

- Manter o inventário de abrigo para responder às necessidades de capacidade total para desastres previstos.
- Aproveitar os cenários de risco existentes e os resultados da avaliação do PDC NDPBA para determinar as necessidades de abrigo.
- Realizar inspeções de três em três anos para a adequação, especialmente localização, saneamento, segurança e segurança.
- Integrar o Manual da OIM para a Gestão do Abrigo Temporário em planos e políticas nacionais de gestão de desastres.
- Fazer do Fogo e da Brava a prioridade máxima para o planeamento de abrigos. (Recomendação GFDRR)

RECURSOS HUMANOS:

- ★ Não há nenhuma academia de combate a incêndios em Cabo Verde. E há uma grave escassez de bombeiros, com algumas das ilhas e concelhos perto de nenhum bombeiro, o que faz com que menos de um bombeiro por cada 1.000 habitantes nas ilhas Sal, Boa Vista e Santiago. O SNPC-B treina carreira e bombeiros voluntários. Recomendamos:
- ★ Existe atualmente um geofísico no Mindelo, instalação de monitorização do vulcão São Vicente (Dr. Bruno Faria), monitorizando todos os 5 vulcões localizados em 5 ilhas diferentes. É necessário recrutar mais pessoal com credenciais científicas para ajudar o Dr. Faria.
- ★ O Comando Regional de Santiago Norte (um dos 5 Comandos Regionais) carece de recursos materiais e humanos, conforme noticiado nos media.²⁶
- ★ Mais de 70% dos cargos de técnico não foram preenchidos em Sedes snpc-B a partir de outubro de 2020.
- ★ O SNPC-B pede apoio militar para aumentar os desafios do pessoal.
- ★ Os plantéis de profissionais treinados para necessidades críticas pós-desastre não são mantidos para necessidades críticas pós-desastre.
- ★ Os municípios por lei são obrigados a ajudar-se mutuamente com o pessoal e as necessidades materiais de recursos. A Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde, ANMCV, não tem mandato para coordenar.
- ★ Recomendamos:
 - ✓ BOMBEIROS: Como recomendado anteriormente na análise do Ambiente Habilitatório, o papel dos Bombeiros deve ser definido legalmente para garantir financiamento, prestação de contas e profissionalização dedicados aos bombeiros.
 - ✓ PESSOAL DA PROTEÇÃO CIVIL:

- Contratar e formar pessoal dedicado exclusivamente ao planeamento da proteção civil.
 - Formar e manter pessoal e recursos qualificados suficientes para gerir as necessidades de avaliação de riscos.
 - Contratar e treinar pessoal para resposta HAZMAT.
 - Criar/atualizar e manter listas de profissionais treinados para necessidades críticas pós-desastre.
 - Aumentar a capacidade de combate a incêndios através de formação, contratação e credenciação de bombeiros, incluindo voluntários.
 - Alavancar os acordos existentes de ONG, sector privado e partes interessadas voluntárias para responder às necessidades de pessoal de aumento.
- ✓ EQUIPA CIENTÍFICA: Recrutar geofísicos e cientistas da Terra para monitorização de riscos vulcânicos.

CUIDADOS DE SAÚDE:

- ★ As instalações médicas e de saúde pública estão informalmente integradas no sistema de DM do país.
- ✓ O Sistema de Emergência Médica não está legalmente regulamentado. Há falta de pessoal qualificado para atender chamadas médicas de emergência, falta de pessoal e equipamento adequados para cada gravidade da circunstância, e tempo de resposta inconsistente/longo para as ambulâncias. Por exemplo, uma avaliação de 2019 da Preparedness International concluiu que a Brava não tinha uma única ambulância operacional, e que a ilha não estava equipada para responder a incidentes de cuidados em massa.⁶
 - ✓ A capacidade de recuperação psicossocial é abordada no Quadro de Recuperação pós-desastre. A escassez de recursos impede a capacidade. O Hospital de São Filipe tem servido esta função durante a Erupção do Fogo.
 - ✓ O Instituto Nacional da Saúde Pública - Epidemiologia e Formação (Instituto Nacional da Saúde Pública, INSP) dispõe de uma base de dados ArcGIS de recursos de saúde, incluindo hospitais e pessoal de saúde. No entanto, não é mantido atualizado: (<https://www.insp.gov.cv/index.php/observatorio-saude/sistemas-de-informacao-geografica-em-saude#dash>).
 - ✓ Com base nestas descobertas, recomendamos o seguinte:
 - Criar instrumentos legais para regular o sistema de cuidados de saúde de emergência com responsabilidade, credibilidade e qualidade do serviço.
 - Integrar as instalações médicas e de saúde pública do país no sistema DM através de treinos, exercícios e políticas para melhorar as capacidades do sistema nacional de gestão de desastres.
 - Criar/atualizar planos de preparação hospitalar e coordenar aqueles com os quadros

de resposta a nível local e nacional.

- Aproveitar a experiência do Hospital de São Filipe para criar e potenciar uma capacidade de recuperação psicossocial a nível nacional.
- Atualizar, manter e alavancar o sistema INSP e integrá-lo numa base de dados central para efeitos de tomada de decisão.

EVACUAÇÃO, LAVAGEM, SEGURANÇA:

- ★ Fogo, Santa Antao, maio e São Tiago têm sido historicamente propensos a tsunamis. São Vicente está sujeito a deslizamentos de terra. São Vicente tem a Guarda Costeira de Cabo Verde com um excelente histórico de evacuação de pessoas em devido tempo (ver também resultados da RVA). Outros desafios são que os migrantes de Santa Antao e São Nicolau venham a São Vicente à procura de trabalho. As estradas são estreitas, e
- ★ populações costeiras estão em risco. A ENACOL está a testar ativamente os protocolos de evacuação da vizinhança.
- ★ Os CSOs relataram a falta de protocolos de evacuação para deficientes.
- ★ 86% dos cabo-verdianos têm acesso para melhorar a água potável. Embora a WASH seja abordada em alguns planos estratégicos, as disposições são vagas e não são definidos mecanismos de apoio.
- ★ Os abrigos temporários não têm acesso à lavagem adequada.
- ★ O governo nacional não mantém uma capacidade de resposta hazmat. Não existe equipamento HAZMAT nem formação especializada para o HAZMAT de acordo com as conclusões do GFDRR.
- ★ O Serviço Marítimo Aeronáutico coordena um Centro de Coordenação Conjunta SAR no Mindelo (JRCC). A Guarda Costeira contribui com pessoal e equipamento para operações marítimas, aéreas e terrestres na RAE, incluindo emergências nacionais e apoio a desastres.
- ★ O município do Mindelo carece de equipamento SAR. Em geral, o equipamento SAR está muito abaixo dos padrões mínimos.
- ★ Embora a preparação agrícola seja abordada nos planos, note-se que 90% (90%) dos alimentos são importados de outros países, como a China e Portugal.
- ★ Assim, no que diz respeito a capacidades funcionais como segurança, evacuação, SAR, WASH, Cabo Verde está numa fase parcialmente desenvolvida com algumas barreiras de implementação geralmente girando em torno de questões de financiamento.
- ★ Com base nestas descobertas, recomendamos o seguinte:
 - ✓ Melhorar/atualizar os planos de evacuação e as necessidades de LAVAGEM, segurança e

segurança das populações afetadas por catástrofes, com especial ênfase nas populações vulneráveis - incluindo idosos, deficientes, mulheres, crianças, refugiados e cidadãos de baixo rendimento, a nível nacional subnacional.

- ✓ Integrar os vários planos de evacuação locais num plano nacional de evacuação autónoma.
- ✓ Integrar e alavancar os planos de evacuação sectoriais (por exemplo, ENACOL) no plano nacional de evacuação.
- ✓ Realizar exercícios regulares de evacuação e treinar antes de eventos sazonais antecipados.
- ✓ Criar planos de aquisição para corrigir a escassez de equipamentos para HAZMAT e SAR.
- ✓ Continuar a aumentar a capacidade de preparação, resposta e recuperação do sector agrícola



DMA

DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE

DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE



O atual estatuto de desenvolvimento de capacidade de Cabo Verde para a DM mostra algumas realizações evidentes com limitações significativas.

A formação e os exercícios são áreas de grande lacuna. Não existem exercícios estruturados a nível nacional, instalações de formação, horários de formação, catálogo de formação, normas de avaliação de exercícios, manutenção de registos de formação, requisitos de participação no exercício, formalidades para incluir as partes interessadas na formação. Não há um orçamento dedicado para estes. Não há academia de bombeiros. A Lei de 1992 sobre a Proteção Civil que a Lei de Bases de 2012 substituiu mais tarde a Proteção Civil obrigava à criação de instalações de formação, mas não foi implementada.^{27,34}

O projeto de decreto-lei de reorganização da Proteção Civil 2021 cria um gabinete de planeamento no âmbito do SNPC-B que designa o SNPC-B como agência de formação e capacitação. A capacidade de DM e DRR e as avaliações de recursos são realizadas sem qualquer processo de planeamento deliberativo. A formação externa, terceira parte, está disponível, mas de forma irregular. São conduzidas campanhas de sensibilização, preparação e resiliência do público, ainda que esporadicamente.

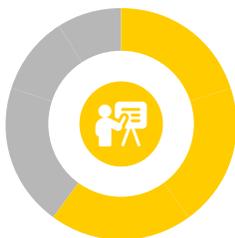
ESTATUTO DE SUBTEMA DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE

- Limited or No Capacity
- Early Capacity Development
- Achievement with Significant Limitations
- Substantial Progress with Some Limitation
- Advanced Capacity



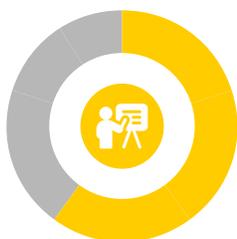
Planos e Estratégias de Desenvolvimento de Capacidade

- Requisitos de formação e exercício formalizados e estabelecidos
- Requisitos de competências formalizados e estabelecidos em termos de posição
- Processo de coordenação para o desenvolvimento da capacidade de gestão de desastres
- Planos de gestão de desastres e de redução de risco de desastres existentes
- Processo de avaliação dos recursos de capacidade de gestão de desastres e de redução de riscos de catástrofes
- Coordenação dos esforços de gestão de desastres e redução de riscos de catástrofes com esforços regionais e globais
- Inclusão da gestão de desastres e redução do risco de desastres na agenda nacional de ciência e tecnologia



Programas e Instalações de Formação e Educação

- Formação de gestão de desastres/redução de risco de desastres jurisdicional
- Âmbito de gestão de catástrofes/formação de redução de riscos de desastres
- Métodos padrão de entrega de formação
- Existência de horários de formação e/ou catálogo
- Manter registos de treino
- Nível de implementação e pessoal do programa de exercício
- Exercício de normas de avaliação
- Calendário de exercícios anuais estruturado
- Exercícios a nível nacional
- Apoio nacional aos esforços de exercício provincial e regional
- Participação de agências governamentais com funções de gestão de desastres no processo de exercício
- Envolvimento das partes interessadas na gestão de desastres nos exercícios de formação e desastres
- Apoio ao ensino superior para a gestão de desastres
- Ofertas de ensino superior
- Apoio nacional à preparação do público através de um currículo de gestão de desastres estabelecido
- Existência de programas formalizados de sensibilização pública e de construção de resiliência



Processos e Sistemas de Monitorização e Avaliação

- Procedimentos para orientar a avaliação e revisões de planos, estratégias e SOPs
- Planos de períodos de revisão estabelecidos, estratégias e SOPs
- Processo estabelecido para rever e atualizar a legislação em termos de gestão de desastres
- Requisitos para revisão e avaliação pós-desastre
- Incorporação de avaliações em planos, políticas e SOPs

INSTITUIÇÃO DE OFERTA	NOME DA ÁREA	LICENCIATURA OFERECIDA
Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)	Gestão e Políticas Ambientais ³⁵	Doutoramento e Mestrado
	Gestão da Informação Agrícola e Agricultura de Precisão ³⁶	Mestrado
	Saúde Pública ³⁷	Especialização de Pós-Graduação
Universidade Técnica do Atlântico (UTA)	Ciências Económicas, Jurídicas e Políticas com especialização em Desenvolvimento Local e Agenda 20/30 ²	Especialização pós-graduada
Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (UniPIAGET)	Geografia e Ordenamento do Território ³⁹	Licenciatura
	Engenharia Ambiental e Recursos Naturais ⁴⁰	
Universidade de Santiago (EUA) Universidade Lusófona de Cabo Verde	Engenharia Florestal ⁴¹	Licenciatura
	Oceanografia e Gestão de Recursos Marinhos ⁴²	Doutoramento e Mestrado
	Administração Pública e Local/Municipal ^{43,44}	Mestrado e Solteiro
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS)	Saúde Pública e Comunitária ⁴⁵	Mestrado
	Doenças infecciosas e tropicais ⁴⁶	Mestrado
	Análise Clínica e Saúde Pública	
	Política Pública e Desenvolvimento Local ⁴⁷	Licenciatura
	Gestão de Segurança e Segurança ⁴⁸	Mestrado
	Ciência Política & Administração Pública ⁴⁹	Licenciatura
Licenciatura		
Licenciatura		

Graus de Ensino Superior oferecidos pertinentes a DM e RDR em Cabo Verde Fonte: Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES)¹⁴

DESCOBERTAS E AÇÕES PARA ALCANÇAR CAPACIDADE AVANÇADA

- ★ Cabo Verde não dispõe de exercícios estruturados a nível nacional, instalações de formação, programação de formação, catálogo de formação, padrões de avaliação de exercícios, manutenção de registos de formação, requisitos de participação no exercício ou formalidades para incluir os interessados na formação.
- ★ ! A Lei de Proteção Civil de 1992 que a Lei de Bases de 2012 substituiu mais tarde a Proteção Civil ordenou a criação de instalações de formação. No entanto, não foi totalmente implementado.
- ★ ! O Projeto de Lei de Reorganização da Proteção Civil 2021 cria um gabinete de planeamento no âmbito do SNPC-B, atribuindo o SNPC-B como agência de formação e capacitação.
- ★ ! A capacidade de DM e DRR e as avaliações de recursos são realizadas sem qualquer processo de planeamento deliberativo.
- ★ ! Os municípios são significativamente menos organizados devido à falta de informação sobre os perigos.
- ★ ! Foram identificadas competências específicas de posições, mas não estão associadas a estratégias de formação ou de educação. Recomendamos:
 - ✓ Institucionalizar a formação de DRM com um orçamento, pessoal e instalações dedicados.
 - ✓ Desenvolver um programa formal de exercício com pessoal dedicado.
 - ✓ Desenvolver um calendário de exercícios anual estruturado.
 - ✓ Manter registos de treino num sistema centralizado.
 - ✓ Criar um vasto currículo de formação e educação de DRM que rastreie de perto as necessidades emergentes e as partes interessadas inclusivas e abra oportunidades para aumentar a capacidade entre indivíduos e organizações entre sectores.
 - ✓ (Criar mecanismos de apoio material, técnico e pessoal à formação e exercícios a nível subnacional.
 - ✓ (Manter padrões de avaliação de exercício comuns em todas as áreas.
 - ✓ Avaliar periodicamente a capacidade de DRM e as necessidades de recursos através de planeamento deliberativo.
 - ✓ Criar/melhorar os programas formais de sensibilização do público para a preparação e a construção de resiliência.

- ✓ Facilitar a plena participação dos centros/organizações comunitárias na promoção da consciencialização, preparação e formação de desastres.
 - ✓ Estabelecer/atualizar protocolos de formação para os requisitos de competências já estabelecidos e usá-los como credenciais de contratação de pessoal.
 - ✓ Através de câmaras de comércio e outras organizações profissionais, fornecer e integrar o setor privado em programas de preparação para desastres.
- ★ Existem agências estruturadas e regularmente realizadas e formação e exercícios específicos do sector:
- ✓ Cabo Verde Militar realiza a sua formação anual e exercícios com um orçamento atribuído através do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Os cenários anuais de exercício vão do crime ao furacão ao terramoto.
 - ✓ CVCG e Agência de Aviação Civil (AAC) têm exercícios de mesa e formação pelo menos duas vezes por ano. O pessoal de segurança deles recebe treino de combate a incêndios.
 - ✓ A ENACOL Fuel realiza exercícios conjuntos simulados com a Polícia Nacional e os Bombeiros para cumprir os requisitos internacionais.
 - ✓ A Polícia Nacional dispõe de um centro de formação para os agentes da polícia treinarem até 120 participantes de cada vez.
 - ✓ Devido à falta de formadores certificados em Cabo Verde, os treinadores vêm do estrangeiro.
 - Recomendação: Integrar planos específicos do sector nos planos de resposta nacionais e municipais. Há uma necessidade reconhecida de formação nas seguintes áreas:
 - Técnicos de emergência médica (EMTs) (OMS). (Ver também os resultados da capacidade dos cuidados de saúde acima)
 - Gestão da mortalidade (GFDRR).
 - Gestão da informação, tecnologia de comunicação e utilização de equipamentos (especialmente rádio) entre os socorristas (GFDRR).
 - Salvamento de águas superficiais (durante inundações) (GFDRR).
 - Resposta a acidentes (GFDRR).
 - HAZMAT (GFDRR).
 - SAR (GFDRR).
 - Treino específico de perigo (GFDRR).
 - Utilização de camiões de resgate, tais como operações de extricação (GFDRR).
 - Salvamento de cordas em regiões montanhosas como na montanha Tope da Coroa, na ilha de Santa Antão, onde a elevação é de 1.979 metros (6.493 pés) (GFDRR).
 - Incidentes envolvendo colisões de navios, incêndios ou outras emergências em navios (GFDRR).
 - Formação e Exercícios do ICS para o Município do Mindelo (PDC).

- ★ A formação externa está disponível, mas não regularmente:
 - ✓ Os bombeiros portugueses realizam formação irregular.
 - ✓ Cabo Verde participou no Programa de Preparação de Desastres da Africom em colaboração com a KAIPTC e a CEDEAO. Wadpi tem um currículo de formação. Em 2017 o treino de 2 semanas
 - ✓ Consistia em 50 efetivos interagências cabo-verdianos, incluindo cuidados de saúde, cientistas ambientais, bombeiros, forças policiais. A formação abrangeu a gestão do EOC, o ICS e as comunicações estratégicas, logística, segurança, coordenação civil-militar, educação de sensibilização para o Ébola e Zika, formação de socorristas e vigilância da One Health.
 - ✓ Guarda Costeira de Cabo Verde participa em exercícios franceses e de Dakar envolvendo segurança marítima.
 - ✓ Cabo Verde (com o seu CVCG) é um dos sete países beneficiários de parte da Rede Inter-Regional do Golfo da Guiné (GoGIN), que visa construir capacidade de segurança marítima na região.
 - Recomendação: Utilizar a formação externa para treinar os fins do treinador.
- ★ O governo cabo-verdiano ainda não tem uma agenda oficial nacional da S&T. Em 2017, foi criada uma nova secretaria de Estado em Matéria de Inovação e Formação Profissional, ao abrigo do Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro. Em 2018, o governo promoveu a primeira ciência, tecnologia e inovação nacionais chamada "CV Next", que promoveu a inovação digital.
- ★ A Uni-CV é a principal universidade que contribui para a investigação, inovação e transferência de conhecimento para a prática. São 10 universidades acreditadas pela ARES, a agência reguladora do ensino superior de Cabo Verde.
 - ✓ Uni-CV criou o Projecto MAKAVOL em conjunto com o Instituto Vulcanológico das Canárias (INVOLCAN) - Instituto de Meteorologia e Geofísica (INMG) está a utilizar activamente os produtos de vigilância vulcânica MAKAVOL.
 - ✓ Observatório Vulcanológico de Cabo Verde (Observatório Vulcanológico de Cabo Verde, OVCV) observou escassez de pessoal e equipamentos científicos (ver instalações de monitorização de perigos e pessoal acima).
 - ✓ Os programas de licenciatura relevantes da DM são limitados.
 - ✓ Sem simpósias nacionais para DM/DRR.
 - ✓ Com base nestas descobertas, recomendamos o seguinte:
 - Realizar um simpósio nacional/internacional regularmente em DM e DRR com o Uni-CV como anfitrião com o apoio de MAI-SNPC-B e MDAs relevantes e outros patrocinadores externos.

- Capacitar/integrar os esforços da academia (especialmente a Uni-CV) para oferecer programas de ensino superior relevantes ao nível da licenciatura, no mínimo, que apoie a profissionalização do DM e o acolhimento de simpósias.
- ★ O Instituto da África Ocidental (WAI) foi criado na Praia "para fornecer o elo perdido entre a política e a investigação no processo de integração regional". É apoiado pelo GoCV, UNESCO, CEDEAO, União Económica e Monetária da África Ocidental (WAEMU) e pelo Ecobanco Pan-Africano. WAI não tem foco em DRR ou DM. Recomendamos o seguinte:
- ✓ Rever a missão e o papel da WAI e explorar formas de servir como investigação política da S&T focada na DM e NAR como parte da sua missão em curso.
- ★ Ainda não existem currículos de K-12 DRM.
- ★ A sensibilização do público, a preparação e a construção de resiliência são levadas a cabo, ainda que esporadicamente. Recomendamos o seguinte:
- ✓ Desenvolver estratégias para envolver o público em campanhas de preparação e resiliência.
 - ✓ Alavancar as ONGs no processo de campanhas de advocacia.
 - ✓ DRR mainstream, consciência de risco e preparação nos currículos escolares.



THE DMA

GESTÃO DA COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO

GESTÃO DA COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO



Capacidade
Limitada ou Sem
Capacidade



Capacidade
Avançada

A capacidade de comunicação e gestão da informação de Cabo Verde para a DM está em desenvolvimento precoce de capacidade com limitações significativas.

As avaliações de risco não são realizadas regularmente, embora os requisitos sejam guiados por documentos legislativos e de planeamento em Cabo Verde. Existem desafios significativos, incluindo a falta de procedimentos normalizados, mecanismos de aplicação deficientes e lacunas na disponibilidade de recursos. Cabo Verde conta com a ajuda externa de organizações internacionais como a ONU e o Banco Mundial para a realização de avaliações de risco. As avaliações de vulnerabilidade não são incorporadas com sucesso nos protocolos formais de avaliação dos riscos, a inclusão das alterações climáticas e dos conhecimentos locais e indígenas é limitada. Não existe um sistema de alerta precoce multi-perigo; a monitorização do perigo ocorre apenas para alguns perigos, e o país não tem radar Doppler. O INMG e o SNPC-B conduzem principalmente a monitorização e coordenação de riscos. A capacidade da EWS também tem desafios que incluem a falta de procedimentos padrão e testes, tecnologia básica, falta de formação comunitária e direcionamento para populações vulneráveis.

É utilizado um quadro de avaliação autorizado a nível nacional, denominado Avaliação das Necessidades Pós-Desastre, mas não é totalmente utilizado no planeamento de acções de incidentes.¹⁹ Existem normas nacionais para a recolha e partilha de dados, mas é necessário implementar uma plataforma de dados centralizada para racionalizar a partilha de dados de informação de DM. O principal PIO tem de ser nomeado em todas as agências de DM, e a formação dos meios de comunicação social e a informação pública devem ser mais amplamente fornecidas. As estratégias de comunicação de catástrofes devem ser formalizadas, documentadas e rastreadas para se concentrarem nas populações vulneráveis.

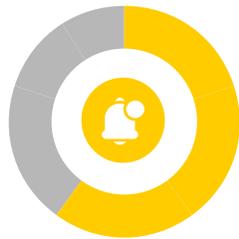
ESTATUTO DE SUBTEMA GESTÃO DA COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO

- Capacidade Limitada ou Sem Capacidade
- Desenvolvimento Precoce
- Realização com Limitações Significativas
- Progresso Substancial com Alguma Limitação
- Capacidade Avançada



Sistemas de Análise de Riscos e Riscos

- Processos e normas de avaliação de risco
- Requisitos para avaliações de riscos para a gestão de catástrofes e esforços de planeamento de redução de riscos de catástrofes
- Pessoal qualificado e recursos necessários para gerir as necessidades de avaliação de riscos
- Inclusão de vulnerabilidade nas avaliações de risco
- Inclusão das alterações climáticas nas avaliações de risco
- Inclusão de conhecimentos locais e indígenas em avaliações de risco
- Sistemas de reporte de avaliação de riscos
- Requisitos de mapeamento de risco
- Capacidade de mapeamento de risco
- A relação atual entre a avaliação de risco e a tomada de decisões de desenvolvimento



Monitorização e Notificação

- Monitorização de perigos
- Responsabilidades pelas atividades de controlo de riscos
- Métodos e tecnologias para os esforços de monitorização de riscos
- Coordenação da monitorização dos riscos
- Cobertura populacional da monitorização de riscos
- Cobertura do Radar Doppler
- Agência designada para a consolidação e notificação de comunicação de alerta precoce
- Procedimento padrão de notificação e alerta precoce
- Comunicação de avisos precoces
- Capacidades de alerta precoce direcionadas para o risco
- Cobertura do sistema de alerta precoce
- Protocolos de teste de sistemas de alerta precoce
- Educação e formação das populações servidas por sistemas de alerta precoce
- Inclusão das populações vulneráveis na notificação do sistema de alerta precoce



Avaliação de Desastres

- Capacidades de avaliação de desastres
- Inclusão dos requisitos de avaliação de desastres no processo de declaração
- Metodologia nacional de avaliação
- Capacidade de realização de avaliações no rescaldo dos grandes eventos
- Plano de ação para incidentes orientados para os resultados
- Envolvimento de todas as partes interessadas relevantes na gestão de desastres em avaliações



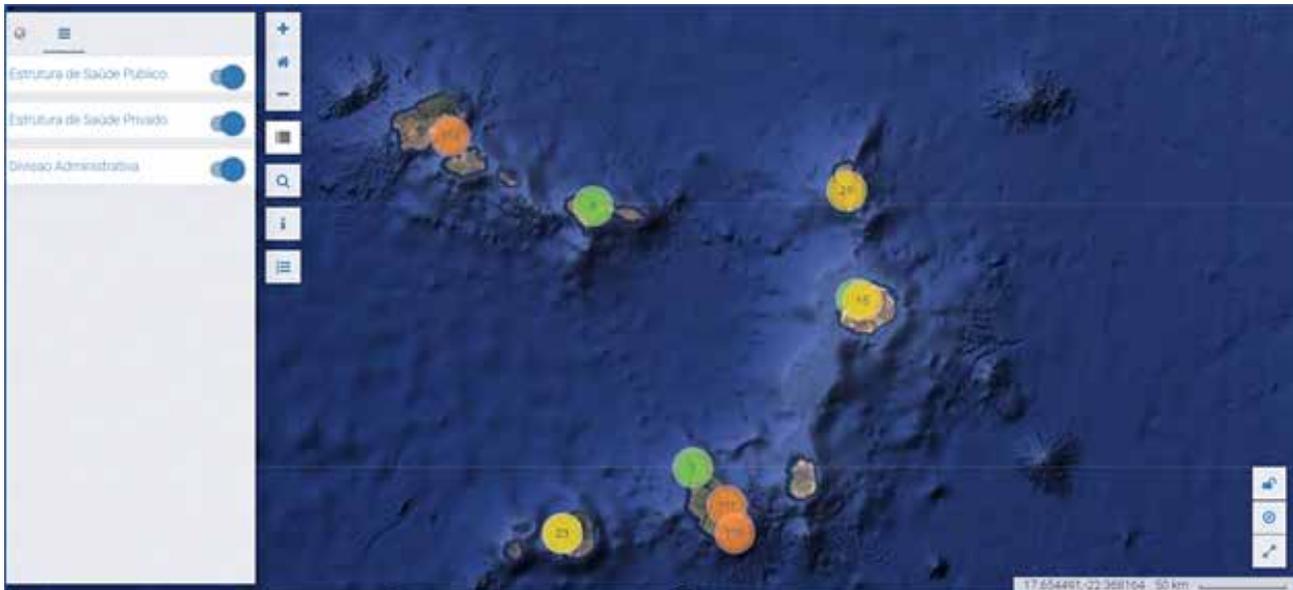
Recolha, Gestão e Distribuição de Informação

- Normas de recolha e armazenamento de dados
- Formato de dados
- Partilha de dados
- Utilização de um sistema de gestão de dados baseado em SIG para uma imagem operacional comum (COP)
- Ligação entre base de dados de perdas de desastres e agência nacional de estatística
- Partilha de informação sobre gestão de desastres

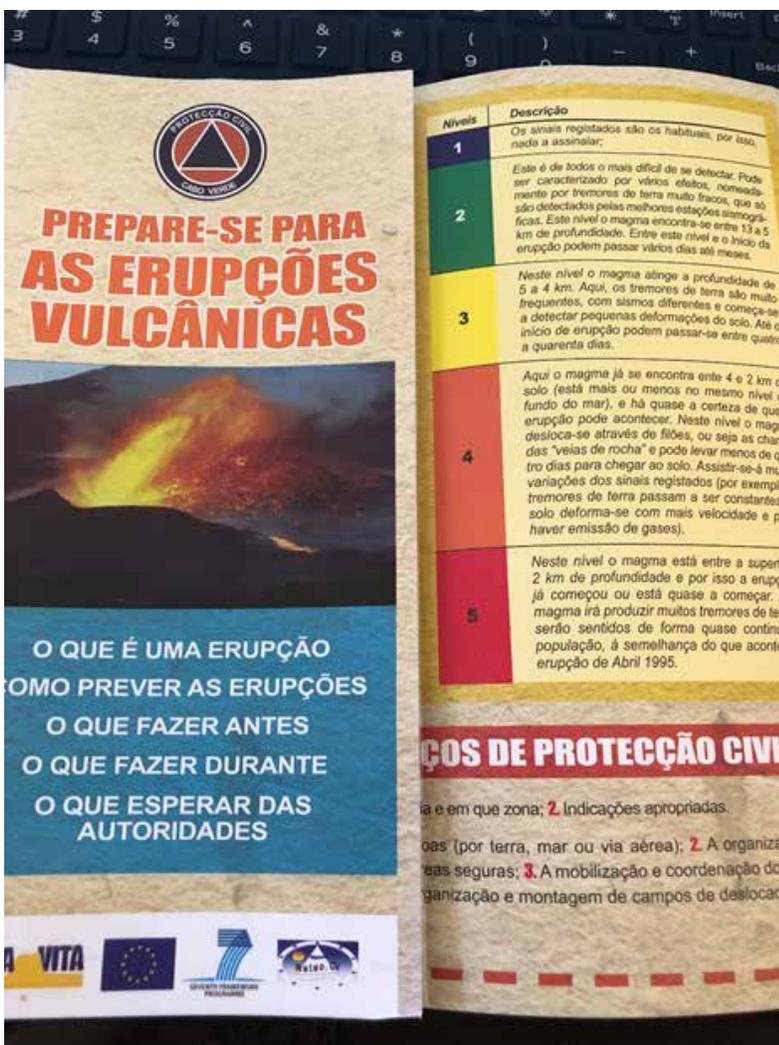


Imprensa e Assuntos Públicos

- Posição designada de Oficial de Informação Pública (PIO) nas agências de gestão de desastres
- Estratégia de comunicação documentada
- Espaço dedicado de briefing mediático
- Formação mediática para pessoal envolvido em briefings
- Processos para obter e divulgar informação pública em múltiplos formatos e canais
- Desenvolvimento e implantação de boletins de informação pré-escritos
- Âmbito do público para capacidades de informação pública
- Rastreio de informação gerada publicamente (redes sociais)



Ferramenta GIS do INSP na Rede de Infraestruturas de Saúde
(Website Source: INSP)



Esmolas de preparação para níveis de alerta vulcânico (Fonte: SNPC-B, 2019)

DESCOBERTAS E AÇÕES PARA ALCANÇAR CAPACIDADE AVANÇADA

- ★ As avaliações de risco não são realizadas regularmente, e os requisitos são guiados por documentos legislativos e de planeamento em Cabo Verde. No entanto, existem desafios significativos, incluindo a falta de procedimentos normalizados, mecanismos de aplicação deficientes e lacunas na disponibilidade de recursos.
- ★ Cabo Verde conta com a ajuda externa de organizações internacionais como a ONU e o Banco Mundial para a realização de avaliações de risco.
- ★ As avaliações de vulnerabilidade não são incorporadas com sucesso nos protocolos formais de avaliação dos riscos, a inclusão das alterações climáticas e dos conhecimentos locais e indígenas é limitada.
- ★ Há também a falta de um sistema centralizado e uma capacidade insuficiente para produzir e hospedar avaliações de riscos e dados de mapeamento.
- ★ Cabo Verde não dispõe de um sistema de alerta precoce multi-perigo, e a monitorização de perigo ocorre apenas para alguns perigos. Atualmente não há nenhum radar Doppler.
- ★ O INMG e o SNPC-B conduzem principalmente a monitorização e coordenação de riscos.
- ★ A capacidade da EWS também tem desafios que incluem a falta de procedimentos padrão e testes, tecnologia básica, falta de formação comunitária e direcionamento para populações vulneráveis.
- ★ Um quadro de avaliação autorizado a nível nacional, denominado Pós-Desastres Desaupeção (PDNA), é utilizado, mas não é totalmente utilizado no planeamento de ações de incidentes (IAP).
- ★ Existem normas nacionais para a recolha e partilha de dados, mas uma plataforma de dados centralizada precisa de ser implementada para simplificar a partilha de dados de informação de DM.
- ★ O principal PIO tem de ser nomeado em todas as agências de DM, e a formação dos meios de comunicação social e a informação pública devem ser mais amplamente fornecidas. Além disso, as estratégias de comunicação de catástrofes devem ser formalizadas, documentadas, rastreadas e dirigidas a populações vulneráveis.

- ★ Com base nestas descobertas, recomendamos o seguinte:
- ✓ Estabelecer e incorporar processos e normas de avaliação de riscos, incluindo avaliações de vulnerabilidades, alterações climáticas e conhecimentos indígenas a nível nacional e subnacional.
 - ✓ Incorporar e exigir uma avaliação de risco para os esforços de planeamento de DM e DRR. (Ver também legislativa)
 - ✓ Aumentar as capacidades para realizar avaliações de catástrofes através do desenvolvimento e utilização de metodologia de avaliação autorizada a nível nacional, obrigando-a a apresentar um requisito nos termos do processo das declarações,
 - ✓ atribuição de recursos adequados através de uma formação adequada, e envolvimento de todas as partes interessadas relevantes do DM.
 - ✓ Criar/adotar normas nacionais para a recolha, gestão, armazenamento e partilha de dados de DM num formato inteiramente digitalizado que pode ser totalmente partilhado entre ONGs governamentais e outras partes interessadas para a tomada de decisões.
 - ✓ Institucionalizar um sistema centralizado de gestão de dados baseado em SIG para uma imagem operacional comum e esforços de planeamento em todas as partes interessadas do DM, a incluir avaliações de risco e vulnerabilidade, mapas e outros dados relevantes gerados pelo estudo uni-CV, avaliação de risco da ONU.
 - ✓ Estabelecer/manter a capacidade de mapeamento de riscos e um sistema SIG centralizado para apoiar a avaliação dos riscos a nível nacional e subnacional, com formação adequada do pessoal.
 - ✓ Criar/atualizar/manter uma base de dados nacional de perdas de desastres ligada à agência nacional de estatística, INECV.
 - ✓ Centralizar a coordenação da monitorização de riscos para notificação/alerta de alerta, mantendo/atribuindo agências governamentais de Cabo Verde para monitorização especializada de perigos.
 - ✓ Investigar opções de aquisição do Doppler Radar através de estudos de viabilidade e estudos de perigo.
 - ✓ Atualizar/adquirir tecnologias para monitorizar os perigos e promover a adoção e utilização de tecnologias de informação e comunicação (TIC) entre subsectoriais da população, como idosos, deficientes e pessoas socialmente isoladas para facilitar a receção e divulgação oportunas e eficazes da informação antes, durante e após uma catástrofe.

- ✓ Expandir protocolos de alerta comum em todas as agências governamentais de Cabo Verde para incluir alertas específicos para a ilha e localização para os perigos locais. Incluir a capacidade de divulgar alertas específicos da localização.
- ✓ Garantir/melhorar o EWS para atingir mais de 75% da população e adaptar-se às populações vulneráveis.
- ✓ Expandir os esforços de monitorização de riscos para cumprir os compromissos de Sendai ("Espera-se que toda a população seja servida por esforços de monitorização de riscos até 2024.")
- ✓ Implementar práticas padronizadas para testar regularmente sistemas de alerta precoce para todos os perigos.



RECOMENDAÇÕES NACIONAIS

RECOMENDAÇÕES NACIONAIS

As seguintes recomendações nacionais são apresentadas com base na Avaliação De Bases de Preparação de Desastres de Cabo Verde, conduzida pelo Centro de Desastres do Pacífico em coordenação com o Ministério da Administração Interna e o seu Gabinete de Proteção Civil e Bombeiros (SNPC-B). As recomendações centram-se no reforço da cultura de redução do risco de catástrofes através de uma gestão abrangente das catástrofes e de uma boa governação de risco de catástrofes.

As recomendações a seguir focam-se no reforço da cultura de redução do risco de catástrofes através de:

- A promover a formalização e a integração dos planos DRM/DRR.
- Reforço dos mecanismos de financiamento de catástrofes.
- Integrar os atores das ONG/sector privado nas principais atividades DRM/DRR.
- Atualizar programas e políticas para abordar as populações vulneráveis diretamente.
- Centralizar o papel de coordenação da formação e da educação para o desenvolvimento de capacidades.
- Expansão do aviso precoce, monitorização de riscos e capacidade de gestão da informação.
- Investir em projetos de infraestruturas e desenvolvimento para reforçar a resiliência aos perigos e aos impactos climáticos a longo prazo.
- Reavaliar os progressos realizados em relação aos objetivos da DRM/DRR para construir uma nação mais segura e resiliente a desastres.

Estas recomendações, juntamente com o plano de cinco anos, podem ser usadas como um roteiro para reforçar os esforços de DM e DRR em Cabo Verde, para cumprir o seu compromisso com os seus cidadãos e residentes, e para avançar com metas internacionais no âmbito do Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres.

1

FORMALIZAR COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DE DESASTRES DENTRO DO SNPC-B.

- Assegurar uma carreira de segurança civil estabelecida e a continuidade nas políticas e planeamento em SNPC-B para DM e DRR eficazes.
- Requerem diplomas de licenciatura e/ou mestrado relevantes para cargos-chave de liderança, associando-os a ofertas académicas relevantes e a mecanismos de financiamento adequados.
- Responda às necessidades de pessoal de curto prazo em áreas funcionais críticas de DM.
- Instituir e expandir os programas de formação e os requisitos de exercício e associar-se a todas as competências relevantes do pessoal da DM, incluindo os meios de comunicação social.
- Estabeleça uma liderança de procuração específica de incidentes, dependendo da natureza do desastre.
- Definir legalmente o papel dos Bombeiros (que foi movido no âmbito do Serviço de Proteção Civil) para garantir a responsabilização e profissionalização dos Bombeiros e com fluxos de financiamento dedicados.

2

REFORÇAR OS COMANDOS OPERACIONAIS REGIONAIS.

- Legalmente estabelecer/fretar os Centros de Comando Regional da Proteção Civil para fornecer mais autoridade e autonomia com orçamentos dedicados.
- Endereço de horários de implementação.
- Alinhar com as políticas e procedimentos do SNPC-B.

3

IMPLEMENTAR TOTALMENTE UM SISTEMA PADRÃO DE GESTÃO DE INCIDENTES EM TODOS OS NÍVEIS DO GOVERNO.

- Incluir o treino do Sistema de Comando de Incidentes para a gestão do NEOC.
- Treine os gestores do EOC em operações de EOC e estabeleça um calendário de funcionamento e relatórios consistente.
- Implementar uma estrutura semelhante ao ICS para todas as ilhas normalizar os procedimentos de funcionamento e de reporte.

4

DESENVOLVER UM MECANISMO FORMAL PARA AVALIAR OS PROGRESSOS ALCANÇADOS NA CONSECUÇÃO DOS OBJECTIVOS DE DRR E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

- Garantir a coerência no desenvolvimento, reforço e implementação de políticas, planos, práticas e mecanismos legais e institucionais para uma agenda comum para o crescimento sustentável, a segurança alimentar, a saúde pública e a segurança, a gestão ambiental e a redução dos riscos de catástrofes.
- Integrar a DRR com a CCA de forma coerente nos planos e políticas de desenvolvimento nacional, sectorial e local.
- Concretizar a integração da DRR com a CCA em instrumentos como o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, PEDS).
- Integrar DRR com CCA em:
 - Instrumentos fiscais, quadros e sistemas públicos de investimento.
 - Políticas estratégicas, planos e programas sectoriais.
 - Quadros de descentralização e planos de desenvolvimento local.
 - Integrar os esforços da RDR com a CCA através de parcerias com organizações da sociedade civil, meios de comunicação e jornalistas, cientistas e académicos e líderes comunitários.
 - Exigir a participação de todos os ministérios afetados na avaliação de RDR e ODS.
 - Agendar revisões trimestrais dos progressos realizados nos ODS com as partes interessadas.

5

ATUALIZAR AS POLÍTICAS PARA ASSEGURAR AS ONGS, OS PARCEIROS DO SECTOR PRIVADO, OUTRAS ORGANIZAÇÕES SECTORIAIS E A ACADEMIA ESTÃO A ENGATAR ESFORÇOS DE GESTÃO DE DESASTRES GOVERNAMENTAIS DE FORMA COORDENADA E COMPLEMENTAR.

- Integrá-los formalmente em planos. Formalizar e construir relações com parceiros-chave nestes sectores.
- Desenvolver/reforçar os planos de resposta a nível municipal. Assegurar a coordenação do plano em todos os níveis do governo.
- Envolver plenamente as instituições de ensino superior nos comités técnicos através de Memorandos de Entendimento (MOUs) e mecanismos de financiamento adequados e vindá-las a agenda da Ciência e Tecnologia (S&T).

- Alargar as atividades das ONGs e dos parceiros do sector privado e formalizá-las para operar a nível subnacional para dar resposta às necessidades específicas das populações.
- Criar uma Associação formal de ONG cujas áreas de programa/missão incluem a DM. Documente as suas atividades anteriores e aproveite os seus recursos para incorporá-las em planos de preparação, eliminando os despedimentos nos serviços prestados.
- Definir papéis e responsabilidades claras em cada nível de governo em SOPs e planos, incluindo todos os intervenientes relevantes e aproveitando recursos do sector privado e das ONGs.
- Alavancar AS ONGs na sensibilização para o risco de desastres nas comunidades locais emulando o trabalho anterior da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV)
- Incluir a academia em DM através da ligação da pesquisa de DM, e as necessidades de formação para programas académicos.

6

REVER A LEGISLAÇÃO RELATIVA AO ORÇAMENTO NACIONAL E SUBNACIONAL DO DM.

- Por exemplo, garantir financiamento adequado para melhorar a capacidade operacional da DM/DRR e formação, educação e necessidades de I&D.
- Rever a legislação relativa aos orçamentos nacionais e subnacionais do DM que prevê:
 - Financiamento adequado para melhorar a capacidade operacional DM/DRR de Cabo Verde.
 - Vinculado à Lei de Bases da Proteção Civil através de uma alteração.
 - Necessidades programáticas, administrativas e operacionais abordadas.
 - A formação, a educação e a I&D precisam de ser abordadas.
 - Fundos de desenvolvimento de capacidades a nível nacional e subnacional.
 - Diretrizes de acesso e utilização.
 - Orientações para a disponibilização de fundos de ajuda às vítimas de catástrofes.
 - Disponibilização de mecanismos de transferência para distribuir fundos de calamidade da FNE aos governos de nível subnacional.

7

DESENVOLVER UMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TRANSFERÊNCIA DE RISCOS PARA RISCOS NATURAIS.

- Desenvolver um mercado de seguros de risco catastrófico com mecanismos regulamentares adequados para prémios acessíveis e solvência do mercado, trabalhando com bancos regionais e companhias de seguros privadas.
- Melhorar as capacidades de recolha de dados e de partilha de informação entre as agências para monitorizar o risco.
- Requerer a modelação científica baseada no risco de perigos.

8

CRIAR MECANISMOS FORMAIS DE MICROFINANCIAMENTO A PREÇOS ACESSÍVEIS ATRAVÉS DE PPPS.

- Alavancar os programas de financiamento de desastres existentes.
- Estabelecer empréstimos a juros baixos disponíveis para apoiar os custos de recuperação das famílias, das empresas ou das ONG não elegíveis ao abrigo de outros fluxos ou opções de financiamento.

9

ENVOLVER O PÚBLICO PARA APOIAR OS ESFORÇOS DO DM PARA REDUZIR A DEPENDÊNCIA DO GOVERNO.

- Através de disposições legais, estabeleça uma base robusta para atividades relacionadas com a preparação de emergência lideradas pelo governo que envolvam o sector público, privado, AS ONGs e agências governamentais.
- Recolher periodicamente as classificações de aprovação política e combinar resultados com os níveis de preparação das famílias para avaliar as necessidades e lacunas de capacidade das comunidades.
- Melhorar a perceção pública das atividades de DM e incentivar a participação dos cidadãos através de exercícios.
- Realizar periodicamente inquéritos para avaliar as necessidades de DRM/DRR das populações vulneráveis dentro de cada jurisdição.
- Melhorar/incutir programas de formação/educação públicas para a sensibilização pré-desastre.
- Responder às necessidades, capacidades de contribuição de recursos e participação de todos grupos de interessados, incluindo as ONGs e o sector privado.
- Alinhar planos estratégicos e políticas para integrar SD, DM e DRR para todas as fases através do apoio e entrada das partes interessadas.
- Reforçar a participação das partes interessadas através da criação de comités.

10

CRIAR CONTINUIDADE DE OPERAÇÕES/CONTINUIDADE DOS PLANOS GOVERNAMENTAIS PARA TODOS OS NÍVEIS DE GOVERNO.

- Requer planos de evacuação para todas as ilhas.
- Requerer exercícios anuais para testar planos de evacuação.
- Assegurar que os procedimentos de evacuação pré-desastre e pós-desastre são abordados.
- Desenvolver planos de COOP/COG para todas as ilhas.
- Exercitar planos de COOP/COG anualmente.
- Partilhar planos ministeriais e departamentais de COOP/COG para reduzir os requisitos de sobreposição e aumentar a interoperabilidade durante as operações de continuidade.

11

ATUALIZAR OS PLANOS EXISTENTES E DESENVOLVER PLANOS E PROCEDIMENTOS PARA TODAS AS FASES DE GESTÃO DE DESASTRES

- Padronizar a orientação de planeamento e desenvolva modelos associados para múltiplos riscos que cubram todas as fases de gestão de desastres e contabilizando desafios geográficos únicos do arquipélago.
- Preparar e legislar um Plano Nacional de Evacuação, Plano Nacional de Comunicações de Emergência, Uma Política Nacional de Voluntariado e Planos Municipais de Preparação de Desastres.
- Atualizar o Plano Nacional de Contingência (National Response Framework/Plan) e os planos municipais e específicos de risco para refletir observações e lições de catástrofes recentes, espectro de ameaças de risco, conclusões dos principais estudos de risco, incluindo o risco e a análise de riscos do PNUD-UNICEF-UNFPA (Avaliação Sistemática de Inventário para Avaliação de Riscos – SIERA 2013, Avaliação Detalhada do Risco Urbano 2014; Avaliação e Mapeamento Abrangente de Riscos em Cabo Verde 2014; Perfis de Risco Urbano da Ribeira Brava, Mosteiros e Praia - 2018 que foram supervisionados pelo SNPC-B, conduzidos pela Uni-CV, INMG, entre outros, e financiados pela ONU, JICA, entre outros grandes organizações internacionais de ajuda.)
- Estabelecer estruturas e protocolos escaláveis e flexíveis de sistemas de comando de incidentes (ICS) aplicáveis aos protocolos e padrões internacionais. Atualizar e formalizar o CNOEPC (NEOC) SOP. Criar SOPs subnacionais compatíveis com o ICS nacional.
- Construa os planos e procedimentos sobre as provas científicas fornecidas na Avaliação DONDBA.
- Incluir uma abordagem de toda a comunidade, identificando claramente papéis para o governo,

- o sector privado, as organizações não governamentais e o público.
- Desenvolver planos de mitigação e investigar mecanismos de financiamento para projetos de mitigação.
 - Desenvolver planos de preparação para incluir avaliações de risco e vulnerabilidade, planos de formação e exercício de longo alcance e planos de pessoal.
 - Testar e exercitar planos governamentais que abordam as necessidades de recuperação de desastres a curto e longo prazo, incluindo a recuperação psicossocial. Aproveitar os resultados do projeto do PNUD e inclua-os nos esforços de planeamento.
 - Certificar de que os seguintes planos relacionados com as alterações climáticas estão estrategicamente alinhados com todos os outros grandes planos, incluindo resposta e recuperação:
 - Plano de Ação Nacional para o Meio Ambiente, PANA I, II
 - Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação, PAN-LCD
 - Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (NBSAP)
 - Plano de Ação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos, PAGIRH
 - Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ENSAN
 - Plano Nacional de Investimento Agrícola, PNIA, Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, PEDA 2005-2015
 - Plano de Ação Nacional para as Energias Renováveis (2015/2020/2030).
 - Integrar planos e políticas em todo o governo nacional e subnacional e sectores críticos de infraestruturas para incluir o turismo e a agricultura.
 - Incluir o planeamento de inputs de uma base de partes interessadas expansiva, incluindo ONGs, CSOs e empresas.
 - Fornecer orientação de plano para localidades e exercer os planos.
 - Criar sistemas de credencial de resposta.

12

REFORÇAR AS CAPACIDADES DE MONITORIZAÇÃO E ALERTA PRECOCE DE MÚLTIPLOS RISCOS

- Expandir a adesão de Cabo Verde a redes internacionais de DM e coordenação.
- Preparar planos de operações de emergência escaláveis (EOPs) que incluam cenários de emergência em larga escala que requerem ajuda internacional.
- Implementar formação e exercícios de coordenação internacional de apoio.
- Estabelecer um melhor sistema de armazenamento e logística e gestão de stocks de itens de socorro, e protocolos detalhados para organizar a prestação de ajuda a comunidades remotas com difícil acesso.

13

MELHORAR AS INSTALAÇÕES DE DESASTRES DE CABO VERDE E A QUALIDADE E QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS ATRAVÉS DE MECANISMOS DE FINANCIAMENTO ADEQUADOS.

- **POSTOS DE BOMBEIROS:** Considerar aumentar o número de instalações de serviços de emergência através da construção de postos de bombeiros adicionais que cubram as necessidades de resposta baseadas em dados científicos que alavancam os estudos e plataformas existentes, incluindo o sistema DisasterAWARE® do PDC.
- **INSTALAÇÕES DE MONITORIZAÇÃO DE PERIGOS:** Considerar a expansão da instalação de monitorização de perigo vulcânico e os seus recursos materiais e de pessoal.
- **ARMAZÉM E LOGÍSTICA:** Consistente com as recomendações delineadas pelo Mecanismo Global de Redução e Recuperação de Desastres do Banco Mundial, crie um sistema logístico de armazéns a nível nacional, incluindo centros e redes através do departamento logístico existente do SNPC-B:
 - Realizar inventário de armazém de rotina e meias.
 - Avaliar planos de distribuição de mercadorias.
 - Aumentar o número de instalações de armazenamento em todas as ilhas para reduzir o isolamento dos recursos.
 - Contratar e treinar pessoal para a instalação e manutenção do sistema logístico
 - Calcular o prazo normal de entrega das encomendas com base em meios de transporte e geolocalização das ilhas para uma resposta eficiente de emergência
 - Fazer a estimativa de números de consumo mensal para reabastecer stocks
 - Transportar stocks de contingência para uma resposta imediata, com prioridades dadas às Ilhas Brava, Santa Antão e Fogo dado o elevado risco.
 - Estabelecer um sistema digital de armazenamento de dados e partilha de informação para representar minuciosamente todos os materiais, equipamentos e inventários de fornecimento de todos os organismos parceiros com recursos DM.
 - Deconflitar a Cruz Vermelha e da Proteção Civil na receção e armazenamento de recursos de catástrofes. Incorporar processos transparentes em planos.
 - Atribuir uma ou mais ligações SNPC-B para avaliar os recursos materiais necessários para a resposta de emergência e estabelecer mecanismos de aquisição e manutenção a nível regional e subnacional.
 - Endereçar os requisitos de recursos DM através de acordos/contratos formalizados que envolvam PPPs, sector de ONG e outras partes interessadas.

14

MELHORAR E EXPANDIR O SISTEMA NACIONAL DE ABRIGO.

- Estabelecer um inventário de abrigo que aborde a adequação para utilização através de uma avaliação abrangente e mantenha o inventário de abrigo para responder às necessidades de capacidade total para catástrofes antecipadas.
- Alavancar os cenários e conclusões existentes de risco do PDC NDPBA para determinar as necessidades de abrigo.
- Realizar inspeções de adequação anualmente para avaliar a localização do inventário de abrigo, saneamento, segurança e segurança.
- Integrar o Manual da OIM para a Gestão do Abrigo Temporário em planos e políticas nacionais de gestão de desastres.
- Fazer do Fogo e da Brava a prioridade máxima para o planeamento de abrigos. (Recomendação GFDRR)
- Avaliar os abrigos anualmente e incluir capacidade de abrigo em documentos de planeamento.
- Incluir recomendações mínimas de capacidade funcional para abrigos, ou seja, pessoal, recursos, espaço, logística, WASH.
- Praticar a tomada de decisão baseada em evidências para garantir a evacuação e abrigo considerar as exposições e vulnerabilidades de perigo com base nos resultados da RVA.
- Construir centros comunitários que possam servir de abrigos e instalações potencialmente de armazenamento, especialmente ilhas remotas.
- Minimizar o uso das escolas como abrigos.

15

CONSTRUIR CAPACIDADE DE RECURSOS HUMANOS EM TODO O PAÍS PARA APOIAR OS ESFORÇOS DO DM.

- Bombeiros:
 - Aumentar a capacidade de combate a incêndios através de formação, contratação e credenciação de bombeiros, incluindo voluntários.
 - Garantir fluxos de financiamento dedicados para os serviços de bombeiros.
- PESSOAL DA PROTEÇÃO CIVIL:
 - Contratar e formar pessoal dedicado exclusivamente ao planeamento da proteção civil.
 - Formar e manter pessoal e recursos qualificados suficientes para gerir as necessidades de avaliação de riscos.
 - Contratar e treinar pessoal para resposta HAZMAT.
 - Criar/atualizar e manter listas de profissionais treinados para necessidades críticas pós-desastre.
 - Alavancar os acordos existentes de ONG, sector privado e partes interessadas voluntárias para responder às necessidades de pessoal de aumento.
 - Promover o desenvolvimento e a utilização de acordos de emparelhamento insular e outros mecanismos semelhantes para fazer face aos requisitos técnicos relacionados com as catástrofes.
 - Fornecer pessoal dedicado para rastrear ODS, formação, exercícios, planeamento e rastreio de ONGs internacionais que operam no país.
- PESSOAL CIENTÍFICO: Recruit geophysicists and earth scientists for volcanic hazard monitoring.

16

AUMENTAR A CAPACIDADE E QUALIDADE DOS CUIDADOS DE SAÚDE EM TODO O ARQUIPÉLAGO PARA AUMENTAR O ACESSO E A RESILIÊNCIA DE DESASTRES.

- Criar instrumentos legais para regular o sistema de cuidados de saúde de emergência com responsabilidade, credibilidade e qualidade do serviço.
- Integrar as instalações médicas e de saúde pública do país com o sistema DM através de treinos, exercícios e políticas para melhorar as capacidades do sistema nacional de gestão de desastres.
- Criar/atualizar planos de preparação hospitalar e coordenar aqueles com os quadros de resposta a nível local e nacional.
- Aproveitar a experiência do Hospital de São Filipe para criar e potenciar uma capacidade de recuperação psicossocial a nível nacional.
- Atualizar, manter e alavancar o sistema INSP e integrá-lo numa base de dados central para efeitos de tomada de decisão.

17

AUMENTAR AS CAPACIDADES FUNCIONAIS, INCLUINDO EVACUAÇÃO, SEGURANÇA, LAVAGEM, HAZMAT E SAR

- Melhorar/atualizar os planos de evacuação e as necessidades de lavagem, segurança e segurança das populações afetadas por catástrofes, enfatizando os vulneráveis, incluindo idosos, deficientes, mulheres, crianças, refugiados e cidadãos de baixos rendimentos a nível nacional e subnacional.
- Integrar os vários planos de evacuação local num plano nacional de evacuação autónoma.
- Integrar e alavancar os planos de evacuação sectoriais (por exemplo, ENACOL) no plano nacional de evacuação.
- Realizar exercícios regulares de evacuação e treino antes de eventos sazonais antecipados.
- Criar planos de aquisição para corrigir a escassez de equipamentos para o HAZMAT e a SAR

18

INSTITUIR E EXPANDIR OS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E OS REQUISITOS DE EXERCÍCIO E ASSOCIAR COMPETÊNCIAS A POSIÇÕES-CHAVE DE LIDERANÇA E PESSOAL RELEVANTE DA DM.

- Priorizar o financiamento para pessoal e recursos de formação dedicados a nível nacional e insular/municipal.
- Aumentar a disponibilidade de formação através do desenvolvimento de um programa de formação anual estruturado e catálogo que apoie uma formação abrangente ao longo do ano.
- Estabelecer um currículo de formação para um público diversificado de partes interessadas, através de parcerias com atores académicos e não governamentais, para responder a um conjunto abrangente e alargado de requisitos de formação e educação para as necessidades de gestão de desastres e de redução de riscos de catástrofes no país
- Criar um plano de exercício a longo prazo coordenado com os esforços de planeamento nacional.
- Desenvolver uma capacidade interna para conceber e executar exercícios.
- Realizar exercícios trimestrais de tabletop para avaliar planos e formação.
- Realizar um exercício anual a nível nacional envolvendo todos os ministérios, municípios, ONGs, CSOs, academia e liderança do governo.
- Desenvolver e apoiar capacidades de planeamento e execução de exercícios ao nível da ilha.
- Utilizar treino externo para treinar os fins do treinador.

19

INCLUIR A DRM NA AGENDA S&T E ALAVANCAR A ACADEMIA PARA A GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE CABO VERDE.

- Rever a missão e o papel da WAI e explore formas de servir como investigação política da S&T focada na DM e NAR como parte da sua missão em curso.
- Realizar um simpósio nacional/internacional regularmente em DR e DRR com o Uni-CV como anfitrião com o apoio de MAI-SNPC-B e MDAs relevantes e outros patrocinadores externos.
- Capacitar/integrar os esforços da academia (especialmente a Uni-CV) para oferecer programas de ensino superior relevantes ao nível da licenciatura, no mínimo, que apoie a profissionalização do DM e o acolhimento de simpósias.
- Desenvolver estratégias para envolver o público em campanhas de preparação e resiliência. Alavancar as ONGs no processo de campanhas de advocacia.
- DRR mainstream, consciência de risco e preparação nos currículos escolares.

20

REFORÇAR OS MECANISMOS DE EXECUÇÃO DO CÓDIGO DE CONSTRUÇÃO

- Capacitar a Sociedade de Engenheiros e Arquitetos e a Câmara de Construção de Cabo Verde para a geração/adoção das mais recentes normas de conceção e construção aplicáveis a Cabo Verde.
- Certificar de que os códigos de construção refletem adequadamente as zonas de perigo e são aplicados para evitar aglomerações e reduzir o risco em áreas propensas a catástrofes. Trabalhar para construir novas infraestruturas que utilizem as mais recentes tecnologias e as melhores práticas internacionais para reduzir os impactos ambientais.
- Aplicar plenamente os códigos de construção, especialmente nas zonas costeiras.
- Financiar a assistência ao pessoal no cumprimento do código.

21

DESENVOLVER REDES DE COMUNICAÇÕES FIÁVEIS PARA LIGAR POLÍCIAS, BOMBEIROS E SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL.

- Considerar a criação de uma rede acessível a satélites para melhorar as comunicações de DM entre ilhas.

22

ESTABELECEER REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE NOS ESFORÇOS DE PLANEAMENTO DA DM E DA DRR A NÍVEL NACIONAL E PARA CADA MUNICÍPIO.

- Estabelecer e incorporar processos e normas de avaliação de riscos, incluindo avaliações de vulnerabilidades, alterações climáticas e conhecimentos indígenas a nível nacional e subnacional.
- Incorporar e exigir uma avaliação de risco para os esforços de planeamento de DM e DRR.
- Utilizar a formação para garantir a comunicação a nível nacional e a adesão a uma norma consistente de avaliação de riscos.
- Formalizar requisitos para a avaliação de riscos e mapeamento de risco a todos os níveis do governo.
- Recrutar e formar pessoal adicional para satisfazer necessidades abrangentes de avaliação de riscos e mapeamento a nível nacional e subnacional.
- Formalizar a inclusão dos critérios de alterações climáticas nas avaliações de risco através da colaboração com as partes interessadas relevantes, principalmente através de associações de investigação com os sectores académico e privado. Alinhar com estratégias nacionais e internacionais de adaptação às alterações climáticas.
- Institucionalizar métodos e normas para uma recolha e armazenamento eficaz de dados a todos os níveis do governo para aumentar a disponibilidade e a qualidade dos dados de base para o mapeamento eficaz dos riscos, tanto a nível nacional como a nível subnacional.
- Apoiar a utilização dos resultados da avaliação dos riscos para apoiar a tomada de decisões baseadas em evidências em todas as fases da gestão de catástrofes.

23

INSTITUCIONALIZAR NORMAS PARA AVALIAÇÃO DE DANOS E NECESSIDADES; ADOPTAR UMA METODOLOGIA E REALIZAR FORMAÇÃO.

- Criar/adotar normas nacionais para a recolha, gestão, armazenamento e partilha de dados de DM num formato inteiramente digitalizado que pode ser totalmente partilhado entre ONGs governamentais e outras partes interessadas para a tomada de decisões.
- Instituir um sistema centralizado de gestão de dados baseado em SIG para uma imagem operacional comum e esforços de planeamento em todas as partes interessadas em DM, para incluir avaliações de risco e vulnerabilidade, mapas e outros dados relevantes gerados pelo estudo uni-CV, avaliação de risco da ONU.
- Estabelecer/manter a capacidade de mapeamento de riscos e um sistema centralizado de SIG para apoiar a avaliação dos riscos a nível nacional e subnacional com uma formação adequada do pessoal.
- Criar/atualizar/manter uma base de dados nacional de perdas de desastres ligada à agência nacional de estatística, INECV.
- Centralizar a coordenação da monitorização dos riscos para a notificação/alerta de alerta, mantendo/atribuindo aos órgãos governamentais de Cabo Verde para monitorização especializada dos riscos.

24

INSTITUTIONALIZE STANDARDS FOR DAMAGE AND NEEDS ASSESSMENTS; ADOPT A METHODOLOGY AND CONDUCT TRAINING.

- Aumentar as capacidades para realizar avaliações de catástrofes desenvolvendo e utilizando uma metodologia de avaliação autorizada a nível nacional, tornando-as um requisito no âmbito do processo de declarações, atribuindo recursos adequados e pessoal treinado, e envolvendo todas as partes interessadas relevantes do DM.
- Realizar formação a nível nacional e municipal para garantir que as avaliações e dados pós-desastre sejam padronizados e compatíveis.
- Estabelecer requisitos oficiais para a participação das partes interessadas não governamentais nas avaliações de catástrofes, além de promover uma maior colaboração interagências.

25

INVESTIR EM TECNOLOGIAS DE MONITORIZAÇÃO DE RISCOS E ALERTA PRECOCE E ESTABELEÇA PROTOCOLOS À SUA VOLTA PARA AUMENTAR A CAPACIDADE DE RESILIÊNCIA.

- Investigar opções de aquisição do Doppler Radar através de estudos de viabilidade e estudos de perigo.
- Atualizar/adquirir tecnologias para monitorizar os perigos e promover a adoção e utilização de tecnologias de informação e comunicação (TIC) entre subsectoriais da população, como idosos, deficientes e pessoas socialmente isoladas para facilitar a receção e divulgação oportunas e eficazes da informação antes, durante e após uma catástrofe.
- Expandir os Protocolos de Alerta Comum em todas as agências governamentais de Cabo Verde para incluir alertas específicos para a ilha e localização para os perigos locais. Incluir a capacidade de divulgar alertas específicos da localização.
- Aumentar o EWS para atingir mais de 75% da população e adaptar-se conforme necessário para alcançar populações vulneráveis.
- Expandir os esforços de monitorização de riscos para corresponder aos compromissos de Sendai ("Espera-se que toda a população seja servida por esforços de monitorização de riscos até 2024.")
- Implementar práticas padronizadas para testar sistemas de alerta precoce para todos os perigos regularmente.

26

INVESTIR EM DADOS E TECNOLOGIA PARA APOIAR O MAPEAMENTO ATUALIZADO DO RISCO DE INUNDAÇÃO.

- Os recentes eventos de inundação, como as inundações de setembro de 2020 que afetam as ilhas Santiago e Brava, não são capturados nos mapas de exposição às cheias existentes para Cabo Verde. Investir em dados, investigação e tecnologia, como modelos de elevação de alta resolução, para apoiar o mapeamento probabilístico da exposição às inundações a riscos contemporâneos e futuros para todo o país.
- Incorporar a variabilidade climática, incluindo alterações previstas na precipitação e subida do nível do mar, para antecipar futuros impactos de inundações em todos os municípios.
- Documentar as extensões e danos das inundações pós-desastre e incorpore observações e lições aprendidas para informar o mapeamento futuro do risco.

27

CONSTRUIR RESILIÊNCIA ECONÓMICA A NÍVEL INDIVIDUAL, FAMILIAR, MUNICIPAL E NACIONAL.

- Continuar a promover programas sociais que proporcionem acesso equitativo e acessível às necessidades básicas, incluindo água, alimentação, saneamento, educação e eletricidade, para aliviar as assimetrias regionais na pobreza e qualidade de vida.
- Reduzir a dependência da dívida externa e das remessas externas, expandindo e diversificando oportunidades económicas em cada ilha e concelho. Priorizar e associar oportunidades económicas ao desenvolvimento sustentável e à adaptação sustentável da água, da saúde, da energia, da agricultura, incluindo a agricultura nacional e as estratégias de pesca, ao transporte inter-ilhas, às tecnologias das comunicações, à energia sustentável e à água.
- Investir no capital humano, expandindo o acesso ao ensino superior e facilitando programas de educação e formação ligados às prioridades de desenvolvimento sustentável para a diversidade económica, crescimento e rentabilidade do país.

28

AUMENTAR O ACESSO, DISPONIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE DE ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO.

- Dada a suscetibilidade de Cabo Verde à seca, continuam a promover a educação pública para práticas sustentáveis e conservação da água junto da população.
- Investir em infraestruturas para aumentar a produção, entrega e armazenamento de água potável, incluindo barragens, reciclagem de águas residuais, redes de água e esgotos pressurizados, e desalinização, para consumo doméstico e agrícola a preços acessíveis.
- Reforçar a colaboração entre governos, organizações não governamentais e agências de serviços sociais para fazer face às disparidades rurais no acesso à águas potável e infraestruturas de saneamento.

29

REDUZIR A MARGINALIZAÇÃO E PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO.

- Continuar os esforços para monitorizar e reduzir a discriminação e o enviesamento baseados no género. Promover políticas que apoiem oportunidades económicas e educativas para as mulheres, incluindo a igualdade de rendimentos, o emprego, a terra e a propriedade doméstica, e o acesso ao crédito.
- Envolver ativamente mulheres e outros grupos marginalizados na gestão de desastres, planos comunitários e outros processos de tomada de decisão. Proporcionar igualdade de oportunidades em toda a sociedade para reduzir as disparidades e incorporar mecanismos de feedback em políticas e programas para garantir uma implementação eficaz.

30

REAVALIAR OS PROGRESSOS FEITOS EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DRR E RESILIÊNCIA.

- Atualizar o NDPBA, incluindo as análises de RVA e DMA, para acompanhar os progressos na redução de vulnerabilidades, aumento das capacidades de gestão de desastres e construção de capacidades de gestão de desastres apoiando os Objetivos de Redução de Riscos de Desastres de Cabo Verde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para uma nação mais resiliente.

PLANO DE 5 ANOS

CABO VERDE



Formalizar competências de gestão de desastres no SNPC-B.

Atualizar as políticas para assegurar as ONGs, os parceiros do sector privado, outras organizações sectoriais e a academia estão a engatar esforços de gestão de desastres governamentais de forma coordenada e complementar.

Rever a legislação relativa aos orçamentos nacionais e subnacionais do DM.

Envolver o público para apoiar os esforços do DM para reduzir a dependência do governo.

Melhorar o quadro operacional de Cabo Verde e a capacidade de serviço de desastres para cumprir as normas internacionais. Construir capacidade de recursos humanos em todo o país para apoiar os esforços do DM.

internacionais. Construir capacidade de recursos humanos em todo o país para apoiar os esforços do DM.

Institucionalizar e expandir programas de formação e requisitos de exercício e ligação a competências para liderança-chave e pessoal relevante do DM.

Desenvolver redes de comunicações fiáveis para ligar polícias, bombeiros e a Proteção Civil municipal.

Institucionalizar normas para danos e avaliações de necessidades.

Estabelecer requisitos de avaliação de risco e vulnerabilidade nos esforços de planeamento de DM e DRR a nível nacional e para cada município.

Construir resiliência económica a nível individual, familiar, municipal e nacional.

Aumentar o acesso, disponibilidade e sustentabilidade da água potável e saneamento. Reduzir

a marginalização e promover a igualdade de género.

Melhorar as capacidades funcionais, incluindo evacuação, segurança, WASH, HAZMAT & SAR

Atualizar os planos existentes e desenvolver planos e procedimentos para todas as fases de gestão de desastres

Reforçar os Comandos Operacionais Regionais.

Implementar totalmente um sistema padrão de gestão de incidentes em todos os níveis do governo.

PLANO DE 5 ANOS

CABO VERDE





PERFIS DE RISCO MUNICIPAIS

SUBNATIONAL ASSESSMENT RESULTS

[Baixar perfis de risco de província:Link here](#)

PERFIS DE RISCO MUNICIPAIS

Os perfis de risco desenvolvidos para cada município de Cabo Verde oferecem uma compreensão mais detalhada do risco a nível subnacional. Os perfis subnacionais estão disponíveis como complemento a este relatório e descrevem os condutores de vulnerabilidade, capacidade de resposta e resiliência a nível municipal; Proporcionar uma comparação relativa de cada município no contexto global do país; e oferecer recomendações estratégicas e baseadas em dados.

Cada recomendação municipal olha para um dos quatro principais impulsionadores da resiliência através da lente da estrutura nacional de gestão de desastres existente em Cabo Verde. As recomendações destinam-se a ser concisas, accionáveis e apoiadas por dados disponíveis.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Caracterizar o risco em termos de exposição a múltiplos riscos, vulnerabilidade e capacidade de resposta, a RVA fornece a justificação necessária para apoiar decisões políticas para proteger vidas e reduzir as perdas de desastres. Os resultados da RVA permitem aos decisores examinar os condutores de risco para cada município de Cabo Verde, fornecendo provas que apoiem a identificação, avaliação e priorização de investimentos que terão o impacto mais significativo na redução do risco de desastres. Os resultados do NDPBA RVA estabelecem uma base subnacional para monitorizar o risco e a vulnerabilidade ao longo do tempo e melhorar o processo de tomada de decisão da RDR através de um melhor acesso aos dados temporais e espaciais para todos os municípios de Cabo Verde.



NDPBA
ANEXO A
RECURSOS

ANEXO A

METADADOS RVA

EXPOSIÇÃO MULTI-RISCO

Subcomponente: Exposição bruta

Indicador	Source(s)	Year	Description
Exposição populacional de vários riscos brutos	Centro de Desastres do Pacífico	2021	A exposição bruta à população multi-perigo representa uma estimativa do número de pessoas expostas a um ou mais dos seis perigos.

Notes

Dados da população (2021) do AIM 3.0 do PDC. As zonas de exposição a riscos foram calculadas da seguinte forma:

Seca: As zonas de risco baseiam-se no mapeamento de risco de seca publicado no relatório de 2014: Avaliação e Cartografia Abrangente dos Perigos em Cabo Verde. As zonas de risco de suscetibilidade à seca baseiam-se em fatores geográficos e climáticos; precipitação; altitude; e o Índice de Vegetação de Diferença Normalizada ou NDVI (quantidade de biomassa). As zonas de perigo variaram de "baixa" a "alta". Foram utilizadas áreas de suscetibilidade à seca "moderada" e "elevada" como entradas para análise de exposição.

Inundações: As zonas de risco baseiam-se no mapeamento do risco de inundação publicado no relatório de 2014: Comprehensive Hazard Assessment and Mapping in Cabo Verde. As zonas foram derivadas com base em dados hidrológicos, meteorológicos e de uso do terreno, geologia, altimetria (DEM) e a rede hidrográfica. As zonas de perigo variaram de "muito baixo" a "muito alto". As zonas com exposição "moderada" a "muito elevada" às inundações foram utilizadas como entrada para análise de exposição.

Incêndios Florestais: As zonas de risco baseiam-se no mapeamento da suscetibilidade a incêndios florestais publicado no relatório de 2014: Comprehensive Hazard Assessment and Mapping in Cabo Verde. As zonas de risco que retratam a suscetibilidade ao fogo florestal foram definidas com base numa Análise Multicriteria baseada na utilização/ocupação do território; inclinação; proximidade à rede rodoviária; altitude; e exposição. As zonas de perigo variaram de "muito baixo" a "muito alto". Áreas de suscetibilidade "moderada", "alta" e "muito elevada" foram utilizadas como inputs para análise de exposição.

Deslizamentos de terra induzidos por terra: As zonas de perigo baseiam-se no mapeamento de risco de deslizamento de terra induzido pelo terramoto publicado no relatório de 2014: Comprehensive Hazard Assessment and Mapping in Cabo Verde. As zonas de perigo foram desenvolvidas com base em deslizamentos de terra

Mapeamento de suscetibilidade utilizando inventários de movimento de inclinação e fatores predispondo declives para movimentos de massa, incluindo, altitude, inclinação, exposição, curvatura plana, litologia e uso/ocupação da terra. A avaliação do movimento de inclinação desencadeado pela atividade sísmica resultou em quatro classes de risco baseadas em valores de aceleração do solo de pico (PGA) com uma probabilidade de 10% de excedência em 50 anos, onde: Baixo = $PGA < 0,05g$, Moderado = $PGA 0,05-0,07g$, Alto = $PGA 0,07-0,1g$, e Muito Alto = $PGA > 0,1g$. Áreas de suscetibilidade "moderada", "alta" e "muito elevada" foram utilizadas como inputs para análise de exposição.

Deslizamentos de terra induzidos por precipitação: As zonas de risco baseiam-se no mapeamento de risco de deslizamento de terra induzido pela precipitação publicado no relatório de 2014: Comprehensive Hazard Assessment and Mapping in Cabo Verde. As zonas de risco foram desenvolvidas com base no mapeamento de suscetibilidade ao deslizamento de terras utilizando inventários de movimento de inclinação e fatores predisponentes para movimentos de massa, incluindo, inclinação, exposição, curvatura plana, litologia e uso/ocupação da terra. A avaliação do movimento de declive desencadeado pela precipitação considerou a distribuição da precipitação mensal máxima calculada para um período de retorno de 100 anos com base nos registos de precipitação disponíveis e utilizando a função de distribuição dos extremos Gumbel. A espacialização da informação utilizou a metodologia de Kriging de Regressão, com exceção da Ilha da Boa Vista, onde foi utilizada uma função RBF. A gravidade da precipitação foi classificada em quatro classes de acordo com valores máximos de precipitação mensal com um período de retorno de 100 anos, onde: Baixo = < 250 mm, Moderado = $250-500$ mm, Alto = $500-750$ mm, e Muito Alto = > 750 mm. Áreas de suscetibilidade "moderada", "alta" e "muito elevada" foram utilizadas como inputs para análise de exposição.

Vulcão: As zonas de perigo são baseadas no mapeamento de risco de vulcão publicado no relatório de 2014: Comprehensive Hazard Assessment and Mapping in Cabo Verde. As zonas de perigo de vulcão foram derivadas com base em ocorrências históricas, geologia, altimetria (DEM), rede hidrográfica e regime de vento de altitude (série sonora). As zonas de perigo de vulcão estão disponíveis para três ilhas: Fogo, Santo Antão e Brava. As classes de perigo variaram de "insignificante" a "moderada". Áreas com exposição "muito baixa" a "moderada" ao perigo do vulcão foram utilizadas como entrada para análise de exposição.

ANEXO A

METADADOS RVA

EXPOSIÇÃO MULTI-RISCO

Subcomponente: Exposição bruta

Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Exposição económica multi-risco bruta	Centro de Desastres do Pacífico	2021	A exposição económica bruta a vários riscos representa uma estimativa do custo de substituição das existências económicas expostas a um ou mais de seis riscos.

Notas

Consultar as informações de perigo acima. Valor cumulativo do capital social exposto a um ou mais de seis riscos.

EXPOSIÇÃO MULTI-RISCO

Subcomponente: Exposição bruta

Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Exposição à infraestrutura crítica de vários riscos brutos	Centro de Desastres do Pacífico	2021	A exposição a infraestruturas críticas de vários riscos brutos representa uma contagem acumulada de locais críticos de infraestruturas (Aeroportos, Portos, Hospitais & Clínicas, Bombeiros, Esquadras de Polícia, Escolas & Colégios, Abrigos, Pontes, Torres de Comunicação, Barragens, Locais de Culto e Instalações de Águas & Águas) expostas a múltiplos riscos, incluindo seca, inundação, incêndio florestal, deslizamento de terras induzido por terremotos, precipitação induzida e deslizamento de terras.

Notas

Ver acima para descrição detalhada das zonas de perigo

ANEXO A

METADADOS RVA

EXPOSIÇÃO MULTI-RISCO			
Subcomponente: Exposição relativa			
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Exposição populacional relativa multi-risco	Centro de Desastres do Pacífico	2021	A exposição populacional relativa multi-risco representa a contagem bruta acumulada de unidades pessoais expostas a múltiplos perigos, per capita.
Notas			
Ver acima para descrição detalhada das zonas de perigo			

EXPOSIÇÃO MULTI-RISCO				
Subcomponente: Exposição relativa				
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição	Notas
Exposição Económica Relativa Multi-Risco	Centro de Desastres do Pacífico	2021	Exposição Económica Relativa Multi-Risco representa o valor cumulativo do capital económico exposto a múltiplos riscos, divididos pelo valor total do capital económico do município.	Consulte acima para obter uma descrição detalhada das zonas de perigo.
Exposição relativa à infraestrutura crítica multi-risco	Centro de Desastres do Pacífico	2021	A exposição relativa à infraestrutura crítica multi-perigo representa uma percentagem da percentagem de locais críticos de infraestruturas (Aeroportos, Portos, Hospitais & Clínicas, Bombeiros, Esquadras de Polícia, Escolas & Colégios, Abrigos, Pontes, Torres de Comunicação, Barragens, Locais de Culto, e Instalações de Águas & Águas Residuais) expostas a múltiplos perigos, incluindo seca, inundações, incêndio florestal, deslizamento de terra induzido por terremotos, precipitação induzida por deslizamento de terra e vulcão.	Consulte acima para obter uma descrição detalhada das zonas de perigo.

ANEXO A

METADADOS RVA

Vulnerabilidade			
Subcomponente: Constrangimentos Económicos			
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
População abaixo do limiar de pobreza	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE); Inquérito às Despesas e Rendimento das Famílias (IDRF) de 2015: Anuário Estatística de Cabo Verde (AECV), 2017.	2015	Proporção da população abaixo do limiar da pobreza.
Rácio de Dependência de Idade	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE):	2019	Percentagem de famílias com televisão.
Taxa de desemprego	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE):	2018	Percentagem de famílias sem rádio.
Índice GINI	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE); Inquérito às Despesas e Rendimento das Famílias (IDRF) de 2015	2015	Índice de Gini por município. O Índice Gini é uma medida de desigualdade de rendimentos.
Percentagem de Agregados Domésticos que Possuem um Veículo	Cabo Verde Instituto Nacional de Estatística (INE); Inquérito Multi-Objectivo Contínuo, 2019	2019	Taxa líquida de matrícula escolar para crianças dos 6 aos 17 anos.

Vulnerabilidade			
Subcomponente: Vulnerabilidade de Acesso à Água Limpa			
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Percentagem da População com Acesso à Água Limpa	Cabo Verde Instituto Nacional de Estatística (INE); Inquérito Multi-Objectivo Contínuo, 2019	2019	Percentagem da população com acesso à uma fonte de água segura melhorada, por município.
Percentagem de Domicílios com Acesso ao Sistema de Águas Residuais	Cabo Verde Instituto Nacional de Estatística (INE); Inquérito Multi-Objectivo Contínuo, 2019	2019	Percentagem de agregados familiares com acesso à um sistema de águas residuais (esgotos públicos ou fossas sépticas), por município.
Tempo Médio para Recolher Água	Cabo Verde Instituto Nacional de Estatística (INE); Inquérito Multi-Objectivo Contínuo, 2019	2019	O tempo médio necessário para que as famílias recolham água, por município.

ANEXO A

METADADOS RVA

Vulnerabilidade			
Subcomponente: Vulnerabilidade de acesso à informação			
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Taxa de Alfabetização de Adultos	Cabo Verde Instituto Nacional de Estatística (INE): Inquérito Multi-Objectivo Contínuo, 2019	2019	Taxa de alfabetização para a população com idade igual ou superior a 15 anos em Cabo Verde, por município.
Anos Médios de Escolaridade	Cabo Verde Instituto Nacional de Estatística (INE): Inquérito Multi-Objectivo Contínuo, 2019	2019	Percentagem de agregados familiares com acesso à instalações de saneamento melhoradas.
Percentagem de Domicílios com acesso à Internet	Cabo Verde Instituto Nacional de Estatística (INE): Inquérito Multi-Objectivo	2019	Percentagem das famílias com internet em Cabo Verde por município.
Percentagem de Domicílios com acesso à TV	Cabo Verde Instituto Nacional de Estatística (INE): Inquérito Multi-Objectivo Contínuo, 2019	2019	Percentagem das famílias com acesso à TV em Cabo Verde por município.
Percentagem das Famílias com Acesso à Rádio	Cabo Verde Instituto Nacional de Estatística (INE): Inquérito Multi-Objectivo Contínuo, 2019	2019	Percentagem das famílias com acesso à rádio em Cabo Verde por município

Vulnerabilidade			
Subcomponente: Estado de Saúde Vulnerável			
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Taxa de Mortalidade Infantil	Ministério da Saúde e Segurança Social de Cabo Verde; Instituto Nacional de Estatística (INE): Relatório Estatístico do Ministério da Saúde e da Segurança Social de Cabo Verde de 2018	2010	Percentagem da população que é portadora de deficiência em Cabo Verde, por município.
População Deficiente	Cabo Verde Instituto Nacional de Estatística (INE): IV Censo Geral da População e Habitação - Censo 2010 Principais Indicadores por Residência e Município	2010	Percentagem da população que é portadora de deficiência em Cabo Verde, por município.
Incidência do HIV	Ministério da Saúde e Segurança Social de Cabo Verde: Relatório Estatístico do Ministério da Saúde e da Segurança Social de Cabo Verde de 2018	2018	Taxa de incidência do VIH por 100.000 por filho em Cabo Verde, por município.
Prevalência de Tuberculose	Ministério da Saúde e Segurança Social de Cabo Verde: Relatório Estatístico do Ministério da Saúde e da Segurança Social de Cabo Verde de 2018	2018	Taxa de prevalência de Tuberculose por 100.000 pessoas em Cabo Verde, por Delegação da Saúde.

ANEXO A

METADADOS RVA

Vulnerabilidade			
Subcomponente: Pressões populacionais			
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Variação média da população	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE): Inquérito Contínuo Multi-Objetivo 2019	2010-2020	A percentagem média anual de população varia entre 2010 e 2020 em Cabo Verde, por município.
Taxa de Migração Líquida	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE): IV Recenseamento Geral da População e de Habitação - CENSO 2010 Principais Indicadores por Meio de Residência e Concelho	2010	Taxa de Migração Líquida por 1.000 pessoas.
Bulge Juvenil	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE): Inquérito Contínuo Multi-Objetivo 2019	2019	O rácio de população jovem (idades entre os 15 e os 24 anos) para a população adulta (maiores de 15 anos) em Cabo Verde, por município.

Vulnerabilidade			
Subcomponente: Stress Ambiental			
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Densidade Pecuária por Hectare	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE); Censos Agrícola Geral 2015 (resultados definitivos - dezembro de 2018); Censos do INE de 2010 para área de terreno.	2015	A densidade de gado (bovinos, ovinos, caprinos e suínos) por hectare de terreno em Cabo Verde, por município.
Uso de Lenha como Principal Combustível de Cozinha	Cabo Verde Instituto Nacional de Estatística (INE): Inquérito Multi-Objectivo Contínuo, 2019	2019	Percentagem de famílias que usam lenha como combustível de cozinha primário em Cabo Verde, por município.
Perda em Cobertura de Árvores (2001-2020)	Observação Florestal Global:	2001-2020	Perda de cobertura de árvores em Cabo Verde no período 2001-2020 com base num limiar de 30% de cobertura de copas, por região.

ANEXO A

METADADOS RVA

Vulnerabilidade			
Subcomponente: Desigualdade de Género			
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Paridade na Matrícula do Ensino Secundário	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE): Anuário Estatístico DO INE, Cabo Verde, 2017	2017	Paridade de género na matrícula do ensino secundário, por município.
Participação do trabalho feminino para masculino	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE): Relatórios Estatísticos Municipais 2016-2018. INE; IMC 2016-2018 (Inquerito Multi-Objectivo Contínuo)	2016-2018	A proporção de mulheres para homens que participam na força de trabalho, por município.
Assentos Femininos no Governo Local	Comissão Nacional de Eleições de Cabo Verde: Eleicoes Municipais 2020 Paridade do Genero Candidaturas Eleitos e Votantes	2020	A percentagem de lugares da Câmara Municipal ocupados por mulheres em resultado das eleições autárquicas de 2020.

Coping Capacity			
Subcomponente: Capacidade Económica			
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Taxa de Atividade Económica	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE) - Indicadores de Mercado de Trabalho - IMC 2019 (2º Semestre)	2018	Percentagem da população com 15 ou mais anos que é economicamente ativa em Cabo Verde, por município.
Despesas Médias Anuais Per Capita	Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais de Cabo Verde: Inquérito às Despesas e Receitas Familiares	2015	As despesas médias anuais em Escudos Caboverdianos (CVE) per capita, por município.
Locais de Serviço Financeiro por 10.000 pessoas	Open Street Map; Instituto Nacional de Estatística (INE) (2019 Population)	2020	O número de locais de serviços financeiros (incluindo bancos, caixas multibanco, correios, troca de dinheiro) por 10.000 pessoas, por município.

ANEXO A

METADADOS RVA

Capacidade de Reação			
Subcomponente: Capacidade de Serviços de Emergência			
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Distância média para delegacia de polícia	Centro de Desastres do Pacífico (PDC); Mapa De Rua Aberta (OSM)	2021	Distância média (km) até à principal delegacia de polícia mais próxima da área povoada de cada concelho.
Bombeiros por 10.000 pessoas	O Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPC-B) reportou no GFDRR. (2020) documento: "Preparação de Emergência de Cabo Verde e Diagnóstico de Resposta: Construção de uma Cultura de Preparação".	2020	Bombeiros por 10.000 pessoas em Cabo Verde, por município.
Distância para o Hospital	Mapa De Rua Aberta; Ministério da Saúde de Cabo Verde; Centro de Desastres do Pacífico	2021	Distância média para o hospital (km) da área povoada mais próxima em cada concelho.

Capacidade de Reação			
Subcomponente: Governação			
Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Participação dos Eleitores	Comissão Nacional de Eleições de Cabo Verde: Eleicoes Municipais 2020 Paridade do Genero Candidaturas Eleitos e Votantes	2020	A percentagem de eleitores recenseados em cada concelho que participou nas eleições autárquicas de 2020.
Eliminação adequada de resíduos	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE): Estatísticas do Ambiente - 2016	2016	Percentagem da população que utiliza métodos adequados de eliminação de lixo (recolhidos por camião do lixo ou colocados em contentores), por município.
Taxa de Criminalidade	Cabo Verde Polícia Nacional	2018	Crimes (contra pessoas e bens) reportados por 10.000 pessoas em Cabo Verde, por município.

ANEXO A

METADADOS RVA

Capacidade de Reação

Subcomponent: Environmental Capacity

Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Natural Protegido Áreas	Programa das Nações Unidas para o Ambiente Mundial Centro de Monitorização da Conservação (PNUA-WCMC) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)	2021	A percentagem de área de terra designada como protegida em cada município.

Capacidade de Reação

Subcomponente: Capacidade de Cuidados de Saúde

Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Médicos por 10.000 Pessoas	Instituto Nacional de Estadística e Censo (INEC) - Anuário Estatística de Cabo Verde (AECV), 2018.	2016	Médicos por 10.000 pessoas em Cabo Verde, por município.
Enfermeiros por 10.000 Pessoas	Instituto Nacional de Estadística e Censo (INEC) - Anuário Estatística de Cabo Verde (AECV), 2018.	2016	Enfermeiros por 10.000 pessoas em Cabo Verde, por município.
Cobertura de Imunização	Instituto Nacional de Estadística y Censo (INEC), Servicios de Salud: Año 2017; MINSa Indicadores Basicos de Salud, 2016	2018	Percentagem de crianças com menos de 1 ano que estão totalmente vacinadas em Cabo Verde, por município.
Hospitais por 10.000 Pessoas	Hospitais: Mapa da Rua Aberta; Ministério da Saúde de Cabo Verde; Centro de Desastres do Pacífico. População: Instituto Nacional de Estadística (INE): Inquérito Multiobjectivo Continuo (IMC) 2019	2021	Hospitais por 10.000 pessoas em Cabo Verde, por município.

ANEXO A

METADADOS RVA

Capacidade de Reação

Subcomponente: Capacidade energética

Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Acesso à Eletricidade	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE): Inquérito Contínuo Multi-Objetivo 2019	2019	Percentagem de agregados familiares com acesso à eletricidade, por município.
Acesso à Gás	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE): Inquérito Contínuo Multi-Objetivo 2019	2019	Percentagem de agregados familiares com acesso à propano líquido ou gás para cozinhar por município.

Capacidade de Reação

Subcomponente: Capacidade de Comunicações

Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Famílias com telefones fixos	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE): Inquérito Contínuo Multi-Objetivo 2019	2019	A percentagem de agregados familiares com telefones fixos, por município.
População com telemóveis	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE): Inquérito Contínuo Multi-Objetivo 2019	2019	A percentagem da população com telemóveis, por município.

Capacidade de Reação

Subcomponente: Capacidade de transporte

Indicador	Fonte(s)	Ano	Descrição
Distância ao Porto	Centro de Desastres do Pacífico (Pacific Disaster Center , PDC); Agência Nacional de Inteligência Geo-espacial (NGA) UN-ICAO e OurAirports.	2021	Distância média (km) até à instalação portuária ou aeroportuária mais próxima de áreas povoadas em cada concelho.
Densidade rodoviária	Mapa De Rua Aberta; Centro de Desastres do Pacífico (PDC)	2021 (Roads data 2018)	Densidade da rede rodoviária em Cabo Verde, por município.

OBRAS CITADAS

1. Organização Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO). Relatório científico da UNESCO.; 2015. <https://en.unesco.org/unescoscience/report>
2. Banco Mundial. O Banco Mundial em Cabo Verde. Publicado em 2021. Acedido a 3 de janeiro de 2022. <https://www.worldbank.org/en/country/caboverde>
3. Cabo Verde. Acedido a 18 de dezembro de 2020. <https://www.britannica.com/place/Cabo-Verde>
4. Banco Mundial. Cabo Verde. DADOS do Banco Mundial. Acedido a 14 de dezembro de 2021. <https://data.worldbank.org>
5. Texier-Teixeira P, Chouraqui F, Perrillat-Collomb A, Lavigne F, Cadag JR, Grancher D. Redução do risco vulcânico no Vulcão do Fogo, Cabo Verde, através de uma abordagem participativa: Qual resultado? Nat Hazards Earth Syst Sci. 2014;14(9):2347-2358. doi:10.5194/nhess-14-2347-2014
6. Banco Mundial-GFDRR. Diagnóstico de Preparação e Resposta de Emergência de Cabo Verde: Construção de uma Cultura de Preparação.; 2020. [https://www.gfdr.org/sites/default/files/publication/R2R Diagnostic Cabo Verde - Diagnostic Report %28Web%29_0.pdf](https://www.gfdr.org/sites/default/files/publication/R2R%20Diagnostic%20Cabo%20Verde%20-%20Diagnostic%20Report%20Web%29_0.pdf)
7. Departamento de Comércio dos Estados Unidos/Administração do Comércio Internacional. Cabo Verde - Guia Comercial do País. Acedido a 12 de dezembro de 2021. <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/cabo-verde>
8. Desigualdade de rendimentos, Cabo Verde, 2011.2021. Base de Dados Mundial de Desigualdade. Acedido a 11 de dezembro de 2021. <https://wid.world/country/cabo-verde/>
9. Monteiro J. Desenvolvimento Humano, Política Económica e Desigualdade de Rendimentos em Cabo Verde. J Cabo Verdean Stud. 2018;3(1):2.
10. Universidade Estatal de Michigan (MSU). Ranking nacional de Cabo Verde. globalEDGE. Acedido a 21 de dezembro de 2020. <https://globaledege.msu.edu/countries/cabo-verde>
11. Governo de Cabo Verde. Cabo Verde é Outra Coisa! Acedido a 13 de dezembro de 2021. https://turismo.cv/pt_PT/
12. Instituto Nacional de Estrada. Mensagem do Presidente. Publicado 2019. Acedido a 23 de agosto de 2021. <https://www.estradas.cv/site/index.php/mensagem-do-presidente>
13. Governo do Ministério do Ambiente e Agricultura de Cabo Verde. Terceiro Relatório Nacional de Comunicação de Cabo Verde para o UNFCCC.; 2017. [https://www4.unfccc.int/sites/SubmissionsStaging/NationalReports/Documents/0136895_Cabo Verde-NC3-1-Cabo Verde - Third National Communication on Climate Change.pdf](https://www4.unfccc.int/sites/SubmissionsStaging/NationalReports/Documents/0136895_Cabo%20Verde-NC3-1-Cabo%20Verde%20-%20Third%20National%20Communication%20on%20Climate%20Change.pdf)
14. Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES). Ofertas de Formação para o Ano Letivo 2020-2021. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.ares.cv/training-offers.html>
15. Plataforma das ONGs de Cabo Verde. Membros da Associação Cabo-verdiana das ONGs.; 2020. http://www.platongs.org.cv/wp-content/uploads/2021/06/LISTA-GERAL-ACTUALIZADA-ONG-2021_2.pdf
16. Centro de Investigação em Epidemiologia de Desastres - CRED, Université catholique de Louvain. EM-DAT, a Base de Dados Internacional de Desastres - Cabo Verde 1982-2020. Acedido a 11 de dezembro de 2021. <https://public.emdat.be/data>
17. IFRC. Chuva e inundações em Cabo Verde. Publicado em 2020. Acedido a 3 de janeiro de 2022. <https://go.ifrc.org/emergencies/4784>
18. Instituto Nacional de Estatística (INECV) cabo-verdiano. Boletim de Recenseamento 2020.; 2020.
19. Governo de Cabo Verde. Avaliação pós-desastre de necessidades (PDNA) Erupção Vulcânica em Fogo 2014-2015.; 2015. https://ec.europa.eu/fpi/sites/fpi/files/pdna/pdna_cape_verde_2015_-_report_0.pdf
20. Governo de Cabo Verde. Estratégia Nacional para a Redução de Riscos de Desastres (ENRRD).; 2017. <https://www.preventionweb.net/publication/cabo-verde-estrategia-nacional-de-reducao-de-riscos-de-desastres>
21. Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR). Sendai Framework for Disaster

- Risk Reduction 2015-2030.; 2015. https://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf
22. UNDRR. Compromissos-Quadro Sendai. Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.preventionweb.net/sendai-framework/commitments#tab-2>
 23. Banco Mundial GFDRR; Preparado Int. Diagnóstico de Cabo Verde do risco de desastres naturais para as finanças públicas.; 2018.
 24. Governo de Cabo Verde. Contribuição Determinada a Nível Nacional de Cabo Verde.; 2015. https://www.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Cabo_Verde_First/Cabo_Verde_INDC_.pdf
 25. Governo de Cabo Verde. O Decreto-Lei n.º 61/2020 define o Regime Jurídico Aplicável aos Bombeiros Cabo verdianos.; 2020. <https://kiosk.incv.cv/V/2020/8/28/1.1.103.3387/p2434>
 26. Amaral A. Renaldo Rodrigues, Presidente do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros: "O maior desafio é criar serviços municipais de proteção civil". Expresso das Ilhas. <https://expressodasilhas.cv/pais/2020/03/08/renaldo-rodrigues-presidente-do-servico-nacional-de-proteccao-civil-e-bombeiros-o-maior-desafio-e-criar-servicos-municipais-de-proteccao-civil/68286>. Publicado a 8 de março de 2020.
 27. Governo de Cabo Verde. Lei n.º 12/VIII/2012 Lei de Bases da Proteção Civil (substitui a Lei n.º 100/V/99); 2012:332-343. <https://kiosk.incv.cv/1.1.16.1494/>
 28. Governo de Cabo Verde. Projeto de Decreto de Reorganização da Proteção Civil.; 2019:1-40.
 29. Compromisso político de Fuller P. Garnering na Praia, Cabo Verde. Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR). Publicado 2019. Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.preventionweb.net/news/view/66432>
 30. Mileu N, Fonseca J, Zêzere JL, Lopes A, Neves M, Sousa C. Avaliação e Mapeamento Integral de Riscos em Cabo Verde - Relatório Preliminar & Relatório Sumário.; 2014.
 31. Governo de Cabo Verde. A Resolução n.º 11/2010 aprova o Plano Nacional de Contingência (NCP).; 2010:192-213. <https://kiosk.incv.cv/1.1.10.208/>
 32. Proteção Civil cabo-verdiana. Centro Nacional de Operações de Emergência SOP (Projeto Inicial).; 2017.
 33. Nações Unidas Cabo Verde. Análise Comum de Cabo Verde 2020.; 2020. https://cabo Verde.un.org/sites/default/files/2021-04/CCA_Cabo_Verde_0.pdf
 34. Governo de Cabo Verde. Despacho n.º 42/92 sobre a Comissão de Instalação da Proteção Civil (revogada em 1996).; 1992.
 35. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Dean preside à abertura oficial do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais. <https://www.unicv.edu.cv/en/web-ecaa/noticias-ecaa/2093-reitora-preside-abertura-oficial-do-mestrado-em-gestao-politicas-e-ambientais>. Publicado em janeiro. Acedido a 21 de janeiro de 2021.
 36. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ensino/Cursos/Mestrados Gestão da Informação Agrícola e Agricultura de Precisão. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/mestrados/1488-gestao-e-politicas-ambientais-3>
 37. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ensino/Cursos /Mestrados Saúde Pública. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/mestrados/313-pos-graduacao-em-saude-publica-2>
 38. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Área de especialização de segurança da água. Acedido a 21 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/especializacao/450-seguranca-hidrica>
 39. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ensino/Cursos/Licenciatura em Geografia e Ordenamento do Território. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/licenciaturas/112-geografia-e-ordenamento-de-territorio>
 40. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ensino/Cursos/Licenciatura em Engenharia Ambiental e Recursos Naturais. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/licenciaturas/57-engenharia-do-ambiente-recursos-naturais>
 41. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ensino/Cursos/Licenciatura em Engenharia Florestal. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/licenciaturas/56-engenharia-do-ambiente-recursos-naturais-2>

42. Ferreira N. Universidade Técnica do Atlântico já é uma realidade. Expresso das Ilhas Ilhas. <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/12/06/universidade-tecnica-do-atlantico-ja-e-realidade/66956>. Publicado 6 de dezembro de 2019.
43. Universidade de Jean Piaget Cabo Verde (UniPiaget-CV). Licenciado em Administração Pública e Municipal. Acedido a 22 de janeiro de 2021. https://www.unipiaget.edu.cv/?r=site/formacao_detalhes&id=3
44. Universidade de Jean Piaget Cabo Verde (UniPiaget-CV). Mestre em Política Pública e Administração Local. Acedido 22 de janeiro de 2021. https://www.unipiaget.edu.cv/?r=site/formacao_detalhes&id=38
45. Universidade de Jean Piaget Cabo Verde (UniPiaget-CV). Mestre em Saúde Pública e Comunitária. Acedido a 22 de janeiro de 2021. https://www.unipiaget.edu.cv/?r=site/formacao_detalhes&id=27
46. Universidade de Jean Piaget Cabo Verde (UniPiaget-CV). Mestre em Doenças Infecciosas e Tropicais. Acedido a 22 de janeiro de 2021. https://www.unipiaget.edu.cv/?r=site/formacao_detalhes&id=35
47. Universidade de Santiago (EUA). Mestre em Política Pública e Desenvolvimento Local. https://us.edu.cv/usSITE/images/ANO2019_2020/CURSOS/MESTRADO_PP_DL.pdf
48. Universidade Lusófona de Cabo Verde. Licenciado em Segurança e Segurança. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unilusofonacv.com/gestao-da-seguranca>
49. Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS). Licenciatura em Ciência Política e Administração Pública. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <http://www.iscjs.edu.cv/index.php/pt/cursos/licenciaturas/ciencia-politica-administracao-publica> climateknowledgeportal.worldbank.org/country/cape-verde
50. Banco Mundial. Compilação de Avaliações de Risco em Cabo Verde.; 2015.
51. Banco Mundial. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD): Cabo Verde. Acedido a 1 de março de 2021. <https://ida.worldbank.org/debt/cabo-verde>
52. Banco Mundial. O Banco Mundial cabo-verdiano crédito e empréstimo de gestão de risco de desastre com DDO de gato (P160628).; 2018.
53. Facilidade Global do Banco Mundial para redução de riscos de desastres (GFDRR). Diagnóstico de Preparação e Resposta de Emergência de Cabo Verde: Construção de uma Cultura de Preparação.; 2020. <https://www.gfdr.org>
54. Organização Mundial das Alfândegas - Cabo Verde (OMS). Acedido a 1 de março de 2021. <http://www.omdaoc.org/douane.php?pay=CV>
55. Organização Mundial de Saúde (OMS) cabo-verdiano. Cabo Verde aposta na preparação para enfrentar emergências. <https://www.afro.who.int/news/cabo-verde-bets-preparedness-face-emergencies>. Publicado 4 de setembro de 2019.
56. Organização Mundial de Saúde (OMS). Visão Geral do País - Cabo Verde. Acedido a 22 de dezembro de 2020. <https://portal.who.int/triplebillions/PowerBIDashboards/Countries>
57. Organização Mundial do Comércio - Cabo Verde (OMC). Acedido a 1 de março de 2021. https://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/cape_verde_e.htm

BIBLIOGRAFIA

1. Grupo Africano do Banco de Desenvolvimento (AfDB). Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.afdb.org/en>
2. Grupo Africano do Banco de Desenvolvimento (AFDB). Cabo Verde: Grupo africano do Banco de Desenvolvimento aprova empréstimo de 30 milhões de euros para combater COVID-19. <https://reliefweb.int/report/cabo-verde/cabo-verde-african-development-bank-group-approves-30-million-euros-loan-fight>. Publicado a 28 de maio de 2020. Acedido a 3 de dezembro de 2020.
3. Banco Africano de Desenvolvimento. Cabo Verde: Uma História de Sucesso.; 2012. https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/projects-and-operations/cape_verde_-_a_success_story.pdf
4. União Africana (AU). Acedido a 1 de março de 2021. <https://au.int/>
5. Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS). Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.aosis.org/member-states/ais/cabo-verde/>
6. Amaral A. Renaldo Rodrigues, "Presidente do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros: "O maior desafio é criar serviços municipais de proteção civil". Expresso das Ilhas. <https://expressodasilhas.cv/pais/2020/03/08/renaldo-rodrigues-presidente-do-servico-nacional-de-proteccao-civil-e-bombeiros-o-maior-desafio-e-criar-servicos-municipais-de-proteccao-civil/68286>. Publicado a 8 de março de 2020.
7. Appui au Développement Autonome (ADA). Implantação e profissionalizar financiamento inclusivo em Cabo Verde. Publicado em 2020. Acedido a 3 de dezembro de 2020. <https://www.ada-microfinance.org/en/our-projects/advising-public-institutions/cabo-verde>
8. Cabo Verde. (n.d.). Na Enciclopédia Britannica. Recuperado 18 de dezembro de 2020, de <https://www.britannica.com/place/Cabo-Verde>
9. Fundo de emergência de Cabo Verde financia compra de avião de resgate. A Semana. <https://www.asemana.publ.cv/?Fundo-de-emergencias-de-Cabo-Verde-financia-compra-de-aviao-para-socorro&ak=1>. Publicado a 8 de dezembro de 2020.
10. Governo de Cabo Verde anuncia medidas de apoio às empresas. MacauHub. <https://macauihub.com.mo/2020/03/25/pt-governo-de-cabo-verde-anuncia-medidas-de-apoio-as-empresas/>. Publicado a 25 de março de 2020.
11. Governo de Cabo Verde com dois novos ministérios e seis novos secretários de Estado. DW. <https://www.dw.com/pt-002/governo-de-cabo-verde-com-dois-novos-ministérios-e-seis-novos-secretários-de-estado/a-41876121>. Publicado 20 de dezembro de 2017.
12. População de Cabo Verde (LIVE). (n.d.). Worldometer.Info. <https://www.worldometers.info/world-population/cabo-verde-population/>
13. Cabo Verde recebe materiais e equipamentos para combater o COVID-19 da OOAS. Panapress. https://www.panapress.com/Cabo-Verde-recebe-da-OOAS-materi-a_630654987-lang4-free_news.html. Publicado a 9 de agosto de 2020.
14. Cruz Vermelha de Cabo Verde. As empresas. Acedido a 16 de julho de 2021. <https://www.cruzvermelha.org.cv/index.php/parceiros/empresas>
15. Cabo Verde vende posição na empresa nacional de combustíveis Enacol. Uma África Mais longe. <https://furtherafrica.com/2019/11/22/cape-verde-sells-position-in-national-fuel-company-enacol/>. Publicado 22 de novembro de 2019.
16. Cabo Verde com centro de emergência e laboratório para melhorar a saúde pública. A Nação. <https://anacao.cv/2018/12/09/cabo-verde-centro-emergencia-laboratorio-melhorar-saude-publica/>. Publicado a 9 de dezembro de 2018.
17. Instituto Cabo Verde para a Igualdade de Género e Equidade (ICIEG). Quem somos. Acedido a 21 de janeiro de 2021. <https://www.icieg.cv/index.php/pt/icieg/quem-somos>
18. Cappello A, Ganci G, Calvari S, etc. Modelo de risco de fluxo de lava durante a erupção do Fogo 2014-2015, Cabo

Verde. *J Geophys Res Solid Earth*. 2016;121(4):2290-2303. doi:10.1002/2015JB012666

19. Centro de Investigação em Epidemiologia de Desastres - CRED, Université catholique de Louvain. EM-DAT, a Base de Dados Internacional de Desastres - Cabo Verde 1982-2020. Acedido a 11 de dezembro de 2021. <https://public.emdat.be/data>

20. Proteção Civil Cabo Verde (SNPC-B) EOC (Antigo Aeroporto). Nov.1, 2019, Praia. Entrevista do PDC.

21. Proteção Civil Cabo Verde (SNPC-B). 15 de janeiro de 2021, Praia. Entrevistas do PDC.

22. Proteção Civil Cabo Verde (SNPC-B). 23 de outubro de 2020, Praia. Entrevistas do PDC.

23. Proteção Civil Cabo Verde (SNPC-B). 24 de outubro de 2019, Praia. Entrevista do PDC.

24. Proteção Civil Cabo Verde; Visão geral da Proteção Civil semedo H. e Questões atuais de Gestão de Desastres em Cabo Verde.; 2019.

25. Proteção Civil cabo-verdiana. Centro Nacional de Operações de Emergência SOP (Projeto Inicial).; 2017.

26. Proteção Civil cabo-verdiana. Plano especial de emergência para erupções vulcânicas na ilha do Fogo.; 2004.

27. Diretor da Proteção Civil dá conta do imperativo de se aliar ao setor da saúde nas respostas de emergência em Cabo Verde. WHO Africa. <https://www.afro.who.int/news/civil-protection-director-realizes-imperative-teaming-health-sector-emergency-responses-cabo>. Publicado 20 de setembro de 2019.

28. Guarda Costeira JRCC, 29 out 2019, Mindelo. Entrevista do PDC.

29. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.cplp.org/id-3018.aspx>

30. COVID-19: Cabo Verde com mais 32 infetados em 24 horas. saudemais.tv. <https://www.saudemais.tv/noticia/22490-covid-19-cabo-verde-com-mais-32-infetados-em-24-horas>. Publicado a 31 de agosto de 2020. Acedido a 29 de julho de 2021.

31. Códigos de País: Cabo Verde. (n.d.). Códigos aeroportuários. Recuperado a 18 de dezembro de 2020, de <https://airportcodes.io/en/country/cape-verde/>

32. Programa de Rotas Marítimas Críticas. Acedido a 20 de janeiro de 2021. <https://criticalmaritimeroutes.eu/>

33. O DARA. Índice de Redução de Riscos na África Ocidental.; 2013. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/RRI_ING.pdf

34. de Almeida V. "Coronavirus | Cabo Verde - Estado de Emergência." ICLG.com. <https://iclg.com/briefing/12088-coronavirus-cabo-verde-state-of-emergency>. Publicado a 5 de maio de 2020.

35. De Pina Moniz NM. "Análise das Operações da SAR na área marítima de Cabo Verde", tese de mestrado em Ciências Militares Marinhas, Escola Naval. Publicado online 2019. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30328/1/9901014ASPOF_M_Pina_Moniz.pdf

36. Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.ecowas.int/member-states/cabo-verde/>

37. Comissão da CEDEAO. Tratado revisto.; 1993. doi:10.4324/9780367274634-7

38. Fundo de Emergência terá 20 milhões de dólares disponíveis para resposta a desastres – Olavo Correia. InforpressCV. <https://inforpress.cv/emergency-fund-will-have-20-million-dollars-available-for-disaster-response-olavo-correia/>. Publicado a 6 de junho de 2019.

39. EUMETSAT Satélite da África Ocidental. Acedido a 5 de agosto de 2021. <https://eumetview.eumetsat.int/static-images/MSG/IMAGERY/IR108/COLOR/WESTERNAFRICA/index.htm>

40. Comissão Europeia (CE). Cidades e Comunidades Sustentáveis. Acedido a 3 de dezembro de 2020. https://ec.europa.eu/international-partnerships/sdg/sustainable-cities-and-communities_en

41. União Europeia (UE). O MAKAVOL. Acedido a 21 de janeiro de 2021. <https://keep.eu/projects/2212/MAKAVOL-EN/>

42. Faria B, Fonseca JFBD. "Investigação do perigo vulcânico nas Ilhas de Cabo Verde através de monitorização geofísica:

Descrição da rede e primeiros resultados." *Nat Hazards Earth Syst Sci*. 2014;14(2):485-499. doi:10.5194/

nness-14-485-2014

43. Ferreira N. "A Universidade Técnica do Atlântico já é uma realidade." Expresso das Ilhas Ilhas. <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/12/06/universidade-tecnica-do-atlantico-ja-e-realidade/66956>. Publicado 6 de dezembro de 2019.
44. Cinco mil casas em risco de colapso na capital de Cabo Verde. Cofina Media. <https://www.cmjornal.pt/mundo/africa/detalhe/cinco-mil-casas-em-risco-de-desabamento-na-capital-de-cabo-verde>. Publicado 2 de julho de 2019.
45. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Base de Dados FAOLEX - Cabo Verde: Terra e Solo. Acedido a 1 de março de 2021. <http://www.fao.org/faolex/>
46. Fuller P. "Conquistando o compromisso político na Praia, Cabo Verde" UNDRR. Publicado 2019. Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.preventionweb.net/news/view/66432>
47. Furtado CA, Semedo JAV. "Confiança nas instituições , avaliações do declínio do desempenho do governo em Cabo Verde." AfroBarómetro. 2018;(234):1-8. http://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ab_r7_dispatchno234_trust_and_performance_in_cabo_verde.pdf
48. Governo de Cabo Verde. (n.d.). Cabo Verde é Outra Coisa! Recuperado a 13 de dezembro de 2021, de https://turismo.cv/pt_PT/
49. Governo do Ministério do Ambiente e Agricultura Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. Programa Nacional de Adaptação (NAPA) sobre Alterações Climáticas.; 2007. <https://unfccc.int/resource/docs/napa/cpv01.pdf>
50. Governo do Ministério do Ambiente e Agricultura de Cabo Verde. Terceiro Relatório Nacional de Comunicação de Cabo Verde para o UNFCCC.; 2017. <https://www4.unfccc.int/>
51. Direção Nacional de Planeamento/Ministério das Finanças de Cabo Verde. Relatório Nacional Voluntário sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.; 2018.
52. Governo de Cabo Verde apresenta programa de desenvolvimento quinquenal no parlamento. Macauhub. 2017; (dezembro de 2017): 1-2. <https://macauhub.com.mo/2017/12/14/pt-governo-de-cabo-verde-entrega-no-parlamento-programa-quinquenal-de-desenvolvimento/>
53. Governo de Cabo Verde. Plataforma Cabo Verde COVID-19 alimentada pelo Microsoft Power BI. Acedido a 23 de março de 2021. <https://covid19.cv/>
54. Governo de Cabo Verde. Relatório Nacional de Progresso de Cabo Verde sobre a implementação do Quadro de Ação do Hiogo (HFA) (2013-2015).; 2015. <http://www.preventionweb.net/english/hyogo/progress/reports/>
55. Governo de Cabo Verde. Constituição de Cabo Verde 2010 (4ª Ed.); 2010:1-135.
56. Governo de Cabo Verde. Decreto-Lei n.º 11/2013 Do Quadro do Ministério do Interior.; 2013:286-311. <https://kiosk.incv.cv/1.1.12.1666/>
57. Governo de Cabo Verde. Decreto n.º 14/2016 que aprova os Planos de Gestão do Mar Costeiro e Adjacente (POOC_M).; 2016:402-414. <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/cvi154207.pdf>
58. Governo de Cabo Verde. Decreto-Lei n.º 59/2018 Criação do Fundo Nacional de Emergência (FNE).; 2018:1802-1809.
59. Governo de Cabo Verde. Decreto n.º 5/2019 O Conselho de Ministros aprova o Acordo de Empréstimo assinado entre a República de Cabo Verde e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD), destinado a financiar a Política de Desenvolvimento para a Gestão de Riscos de Desastres em Cab.; 2019:1410-1414. <https://kiosk.incv.cv/V/2019/7/29/1.1.82.2866/p1410>
60. Governo de Cabo Verde. Decreto n.º 7/2019 O Conselho de Ministros aprova o Acordo de Financiamento Assinado entre a República de Cabo Verde e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDS), destinado a financiar a Política de Desenvolvimento para a Gestão de Riscos de Desastres em Cabo Verde.; 2019:1419-1422. <https://kiosk.incv.cv/V/2019/7/29/1.1.82.2866/p1418>
61. Governo de Cabo Verde. Decreto-Lei n.º 36/2020 28 de março DECLARAÇÃO DO Estado de Emergência Nacional.; 2020:1-8. <https://kiosk.incv.cv/2.1.38.3185/>
62. Governo de Cabo Verde. Projeto de Decreto de Reorganização da Proteção Civil.; 2019:1-40.
63. Governo de Cabo Verde. Contribuição Determinada a Nível Nacional de Cabo Verde.; 2015. https://www.unfccc.int/sites/ndcstaging/UploadedDocuments/Cabo_Verde_First/Cabo_Verde_INDC_.pdf

64. Governo de Cabo Verde. Lei n.º 100/V/ 99 Lei de Bases da Proteção Civil (substituído pela Lei n.º 12/VIII/2012).; 1999.
65. Governo de Cabo Verde. Lei n.º 12/VIII/2012 Lei de Bases da Proteção Civil (substitui a Lei n.º 100/V/99).; 2012:332-343. <https://kiosk.incv.cv/1.1.16.1494/>
66. Governo de Cabo Verde. A Lei n.º 61/IX/2019 cria o Fundo Soberano de Emergência (FSE).; 2019. <https://kiosk.incv.cv/V/2019/7/29/1.1.82.2866/p1418>
67. Governo de Cabo Verde. Plano Nacional de Preparação e Resposta ao Ébola (Projeto Inicial).; 2017.
68. Governo de Cabo Verde. Plano Nacional para a Igualdade de Género 2015-2018 (PNIG) - Uma Agenda Conjunta para Fazer A Diferença.; 2014. <https://www.icieg.cv/images/phocadownload/PNIG-Final-completo.pdf>
69. Governo de Cabo Verde. Imprensa Nacional de Cabo Verde. Acedido a 1 de março de 2021. <https://kiosk.incv.cv/>
70. Governo de Cabo Verde. Estratégia Nacional para a Redução de Riscos de Desastres (ENRRD).; 2017. <https://www.humanitarianresponse.info/ru/operations/cabo-verde/document/estrategia-nacional-de-reducao-de-riscos-de-desastres-cabo-verde>
71. Governo de Cabo Verde. Despacho n.º 42/92 sobre a Comissão de Instalação da Proteção Civil (revogada em 1996).; 1992. Governo de Cabo Verde. Decreto-Lei Enquadramento Orgânico do SNPC 99.; 1999:22-34.
72. Governo de Cabo Verde. Quadro pós-recuperação de desastres – Cabo Verde.; 2017.
73. Governo de Cabo Verde. Avaliação pós-desastre de necessidades (PDNA) Erupção Vulcânica em Fogo 2014-2015.; 2015. https://ec.europa.eu/fpi/sites/fpi/files/pdna/pdna_cape_verde_2015_-_report_0.pdf
74. Governo de Cabo Verde. Decreto Regulamentar n.º 3/2002 Que Regulamenta o Conselho Nacional de Proteção Civil (CNPC).; 2002.
75. Governo de Cabo Verde. Decreto Regulamentar n.º 13/2009 O Conselho de Ministros aprova novos estatutos do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG).; 2009. <https://kiosk.incv.cv/1.1.29.140/>
76. Governo de Cabo Verde. A Resolução n.º 11/2010 aprova o Plano Nacional de Contingência (NCP).; 2010:192-213. <https://kiosk.incv.cv/1.1.10.208/>
77. Governo de Cabo Verde. Resolução n.º 10/2015 Aprovação do Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENOS).; 2015:476-508. <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/cvi148923.pdf>
78. Governo de Cabo Verde. Resolução n.º 114/2018 aprova estratégia nacional para a redução do risco de desastres. Imprensa Nacional de Cabo Verde; 2018:1618-1672. <https://kiosk.incv.cv>
79. Governo de Cabo Verde. Resolução n.º 115/2018 aprova o Quadro de Recuperação pós-desastre.; 2018:1673- 1697. <http://www.parlamento.cv/>
80. Governo de Cabo Verde. Resolução n.º 3/IX/2020 Plano de Contingência COVID-19.; 2020. <https://images.io.gov.mo/bo/i/2019/44/lei-19-2019.pdf>
81. Governo de Cabo Verde. Resolução n.º 109/2020 31 de julho autoriza a transferência de dotações orçamentais destinadas a reforçar fundos para a materialização do "Programa de Mitigação e Resiliência da Seca em Cabo Verde - 2019/2020, no Reforço da Resiliência das Famílias."; 2020.
82. Governo de Cabo Verde. Resolução n.º 149/2020 Que Concede Garantia Adicional à TACV.; 2020:2880. <https://kiosk.incv.cv/V/2020/11/3/1.1.125.3476/p4>
83. Governo promove primeiro encontro nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. InforpressCV. <https://inforpress.cv/governo-promove-primeiro-encontro-nacional-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao/>. Publicado a 4 de abril de 2018.
84. Hamer MJM, Reed PL, Greulich JD, Kelen GD, Bradstreet NA, Beadling CW. "A iniciativa de preparação para desastres na África Ocidental: reforço das capacidades nacionais para a preparação de todos os riscos para as catástrofes." *Desastre Med Saúde Pública Prep.* 2017;11(4):431-438. doi:10.1017/dmp.2016.155
85. Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES). Ofertas de Formação para o Ano Letivo 2020-2021. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.ares.cv/training-offers.html>
86. Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS). Licenciatura em Ciência Política e Administração Pública. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <http://www.iscjs.edu.cv/index.php/pt/cursos/licenciaturas/ciencia-politica->

administracao-publica

87. Desigualdade de rendimentos, Cabo Verde, 2011.2021. (n.d.). Base de Dados Mundial de Desigualdade. Recuperado a 11 de dezembro de 2021, de <https://wid.world/country/cabo-verde/>
88. Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC) - Cruz Vermelha de Cabo Verde. Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.ifrc.org/en/what-we-do/where-we-work/africa/red-cross-of-cape-verde/>
89. Centro de Monitorização interna de deslocamentos (IDMC). Cabo Verde - Deslocados internos - Deslocados. Publicado online 2021. <https://data.humdata.org/dataset/idmc-idp-data-for-cabo-verde>
90. Conselho Internacional de Código (TPI). Ferramenta global de código de construção. <https://www.iccsafe.org/about/overview/international-code-adoption-tool/>
91. Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC). Relatório Final do Plano de Ação de Emergência - Cabo Verde/Sahel: Vulcão (Fogo).; 2016. <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/MDRET016eaf.pdf>
92. Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD). Acedido a 1 de março de 2021. https://www.ifad.org/en/web/operations/country/id/cape_verde
93. Organização Marítima Internacional (OMI). Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.imo.org/>
94. Organização Internacional dos Países de Língua Francesa (OIF). Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.francophonie.org/qui-sommes-nous-5>
95. União Internacional de Telecomunicações (UIT). Estatísticas de Telecomunicações de Cabo Verde.; 2018. https://www.itu.int/itu-d/apis/clientes/res/pdf/country_profile/report_CPV.pdf
96. Organização Internacional de Satélites de Telecomunicações (ITSO). Acedido a 1 de março de 2021. <https://itso.int/about-us/>
97. União Interparlamentária (UIP) cabo-verdiano. Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.ipu.org/parliament/CV>
98. O Conselho Geral da ITUC aceita quatro novas filiais, foca-se na crise global, alterações climáticas e preparativos para o Congresso de 2010. Confederação Sindical Internacional (ITUC). <https://www.ituc-csi.org/ituc-general-council-accepts-four>. Publicado a 14 de outubro de 2009.
99. Centro Internacional de Treino de Manutenção da Paz kofi Annan (KAIPTC). "Programa WADPI encerra com formação em Cabo Verde. KAIPTC Newsl." 2017;4 (março): 3-9.
100. LUSA. "Cabo Verde: Dívida pública atinge recorde de 2.245 milhões de euros." Macaubusiness. <https://www.macaubusiness.com/cabo-verde-government-debt-hits-record-high-of-e2-245b/>. Publicado a 7 de outubro de 2020.
101. Universidade Lusófona de Cabo Verde. Licenciado em Segurança e Segurança. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unilusofonacv.com/gestao-da-seguranca>
102. Universidade Estatal de Michigan (MSU). (n.d.). Ranking nacional de Cabo Verde. GlobalEDGE. Recuperado a 21 de dezembro de 2020, de <https://globaledge.msu.edu/countries/cabo-verde>
103. Mileu N, Fonseca J, Zêzere JL, Lopes A, Neves M, Sousa C. Avaliação e Mapeamento Integral de Riscos em Cabo Verde - Relatório Preliminar & Relatório Sumário.; 2014.
104. Câmara Municipal do Mindelo & São Vicente, 29 out 2019, Mindelo. Entrevista do PDC.
105. Ministério da Saúde e Segurança Social (MinSaude). Hospitais Centrais. Acedido a 22 de dezembro de 2020. <https://www.minsaude.gov.cv/index.php/orgaos-e-servicos/hospitais-centrais>
106. Ministério da Saúde e Segurança Social (MinSaude). Mapa da Saúde de Cabo Verde.; 1999. <https://core.ac.uk/download/pdf/38680261.pdf>
107. Ministério da Saúde e Segurança Social. Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde 2012-2016. Vol II.; 2012. <https://www.insp.gov.cv/index.php/documentos/outors-documentos/36-plano-nacional-de-desenvolvimento-sanitario-2012-2016- volume-ii/file>
108. Ministério das Infraestruturas do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH). Página web. Acedido a 21 de janeiro de 2021. <https://mioth.gov.cv/index.php/en/>

109. Monteiro, J. (2018). Desenvolvimento Humano, Política Económica e Desigualdade de Rendimentos em Cabo Verde. *Jornal de Estudos Cabo Verdianos*, 3(1), 2.
110. Monteiro S. Levantamento de dados históricos sobre Desastres (Eventos Perigosos) em Cabo Verde no período 1900-2013.; Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), 2014.
111. Direção Municipal da Praia de Proteção Civil e Bombeiros, 30 de outubro de 2019, Praia. Entrevista pDC. 112. Associação Nacional de Municípios Cabo-verdianos (ANMCV). Acedido a 30 de julho de 2021. <http://www.anmcv.com/>
113. Associação Nacional de Municípios Cabo-verdianos (ANMCV). 31 out 2019, Praia. Entrevista do PDC.
114. Serviço Nacional de Proteção Civil. Histórico. Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.snpc.cv/index.php/a-instituicao/historico>
115. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG). 28 de outubro de 2019, Mindelo. Entrevista do PDC.
116. Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP). Sistema de Informação de Saúde Geográfica. Acedido a 29 de dezembro de 2020. <https://www.insp.gov.cv/index.php/observatorio-saude/sistemas-de-informacao-geografica-em-saude>
117. Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP). Missão e Valores. Acedido a 29 de dezembro de 2020. <https://www.insp.gov.cv/index.php/conheca-o-insp/missao-e-valores>
118. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG). A INMG promove a formação em Risco de Desastre e Incêndio. Publicado em 2021. Acedido a 22 de julho de 2021. <https://www.inmg.gov.cv/index.php/servico-educativo/blog/58-inmg-promove-formacao-em-riscos-de-desastres-e-incendios>
119. Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP). 31 out, 2019, Praia, entrevista do PDC.
120. Instituto Nacional de Estatística (INECV). Estatísticas de Governação, Paz e Segurança 2016.; 2018. <http://ine.cv/wp-content/uploads/2019/10/estatisticas-de-governanca-paz-e-seguranca-gps-2016.pdf>
121. Instituto Nacional de Estatística (INECV). 24 de outubro de 2019, Praia. Entrevista do PDC.
122. Instituto Nacional de Estatística (INECV) cabo-verdiano. Plataforma ArcGIS de Cabo Verde em Estatísticas da População. Acedido a 21 de julho de 2021. <http://inecaverde.maps.arcgis.com/home/index.html>
123. Instituto Nacional de Estatística (INECV) cabo-verdiano. Estatísticas da População De Idosos de Cabo Verde.; 2019. <http://ine.cv/> 124. National Institute of Statistics (INECV) Cabo Verde. Boletim de Recenseamento 2020.; 2020.
125. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG). Website. <https://www.inmg.gov.cv/index.php>
126. Instituto Nacional de Estrada. (2019). Mensagem do Presidente. <https://www.estradas.cv/site/index.php/mensagem-do-presidente>
127. Naumann C. Avaliação do Quadro de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas de Cabo Verde (UNDAF) 2012-2017.; 2016.
128. Movimento não alinhado (NAM). Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.nti.org/learn/treaties-and-regimes/non-aligned-movement-nam/>
129. Serviços Humanitários da OCHA. Troca humanitária de dados - Cabo Verde. Acedido a 21 de julho de 2021. <https://data.humdata.org/group/cpv>
130. Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPCW). Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.opcw.org/about-us/member-states/cabo-verde>
131. Organização dos Estados Africanos, Caribes e Pacíficos (ACP). Acedido a 1 de março de 2021. <http://www.acp.int/node/132>. Plataforma das ONGs de Cabo Verde. Membros da Associação Cabo-verdiana de ONGs.; 2020. http://www.platongs.org.cv/wp-content/uploads/2021/06/LISTA-GERAL-ACTUALIZADA-ONG-2021_2.pdf
133. Portugal doa 75 mil euros a Cabo Verde para comprar equipamento de proteção individual. SAPO. <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/portugal-doa-75-mil-euros-a-cabo-verde-para-compra-de-equipamentos-de-protecao-681916>. Publicado 29 de dezembro de 2020.
134. Município da Praia. Resolução aprovação do Regulamento Municipal do Serviço dos Bombeiros da Praia.; 2010:1-34. 135. Rute Santos A, Paraíso C. "Educação Ambiental nas Escolas de Cabo Verde". 6ª Proc Virtual Multidiscip Conf.

2018;6 (dezembro 2018): 57-62. doi:10.18638/quaesti.2018.6.1.395

136. Universidade de Santiago (EUA). Mestre em Política Pública e Desenvolvimento Local. https://us.edu.cv/usSITE/images/ANO2019_2020/CURSOS/MESTRADO_PP_DL.pdf

137. Comunidade de Santo Antão: Planalto Leste apela à racionalização do plano de proteção do perímetro florestal. InforpressCV. Publicado online 2017. <https://noticias.sapo.cv/actualidade/artigos/santo-antao-comunidade-do-planalto-lhttps://inforpress.cv/santo-antao-comunidade-do-planalto-leste-pede-agilizacao-do-plano-de-proteccao-do-perimetro-florestal/>

138. SEI; Canales N, Atteridge A, Stuesson A. Climate Finance for the Indian Ocean and African Small Island Developing States.; 2017. www.sei-international.org

139. Serra J. "Cabo Verde: Recessão Económica, "Dinheiro do Helicóptero" e Plano de Recuperação." A Nação. <https://anacao.cv/2020/10/13/cabo-verde-recessao-economica-helicopter-money-e-plano-de-recuperacao/>. Publicado a 13 de outubro de 2020.

140. Silva JL, Negreiros JGM. "Hydrological Risk Assessment at Praia, Cape Verde" (Avaliação de Risco Hidrológico na Praia, Cabo Verde) Int J Environ Agric Biotechnol.

2017;2(2):771-783. doi:10.22161/ijeab/2.2.27

141. Secretaria de Estado da Inovação e Formação Profissional (SEIFP), Direção-geral das Telecomunicações e Economia Digital (DGTED). Estratégia Digital de Cabo Verde. Acedido a 21 de julho de 2021. <https://estrategiadigital.gov.cv/index.php/en/>

142. Texier-Teixeira, P., Chouraqui, F., Perrillat-Collomb, A., Lavigne, F., Cadag, J. R., & Grancher, D. (2014). Redução do risco vulcânico no Vulcão do Fogo, Cabo Verde, através de uma abordagem participativa: Qual o resultado? Perigos Naturais e Ciências do Sistema Terra, 14(9), 2347–2358. <https://doi.org/10.5194/nhess-14-2347-2014>

143. O Banco Mundial. Cabo Verde: COVID-19 Projeto de Resposta a Emergências (P173857): Fase de Avaliação do Resumo da Avaliação Ambiental e Social da Avaliação Ambiental e Social;; 2020. <http://documents1.worldbank.org/curated/>

<en/167911585226699797/pdf/Appraisal-Environmental-and-Social-Review-Summary-ESRS-Cabo-Verde-COVID-19-Emergency-Response-Project-P173857.pdf>

144. Nações Unidas Cabo Verde. Análise de País Comum: Cabo Verde.; 2018.

145. Avaliação e Coordenação de Desastres das Nações Unidas (UNDAC). Brava Vulcão Cabo Verde Avaliação e Recomendações do Plano de Evacuação e Evacuação.; 2016.

146. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) cabo-verdiano, 30 out 2019, Praia. Entrevista do PDC.

147. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Avaliação detalhada do risco urbano - Relatório Sumário.; 2018. 148. Organização Científica e Cultural educativa das Nações Unidas (UNESCO). Relatório Científico da UNESCO.; 2015. [https://](https://en.unesco.org/unescosciencereport)

en.unesco.org/unescosciencereport

149. Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR). "Workshop Nacional de Redução de Riscos de Desastres - Melhoria do conhecimento de risco através da implementação de bases de dados nacionais de perdas de desastres." PreventionWeb.net. Publicado em 2017. Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.preventionweb.net/events/view/53768>

150. Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR). Compromissos-Quadro Sendai. Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.preventionweb.net/sendai-framework/commitments#tab-2>

151. Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR). Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030.; 2015. https://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf

152. Comité dos Direitos Sociais e Culturais do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Comissão dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais reúne-se com representantes da sociedade civil

Turquemenistão, Cabo Verde e África do Sul. 2018. <https://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23669&LangID=E>

153. Nações Unidas - Cabo Verde. Acedido a 1 de março de 2021. <https://caboverde.un.org/>
154. Nações Unidas Cabo Verde. Análise Comum de Cabo Verde 2020.; 2020. https://caboverde.un.org/sites/default/files/2021-04/CCA_Cabo_Verde_0.pdf
155. Avaliação e Coordenação de Desastres das Nações Unidas (UNDAC). Relatório Inicial de Avaliação da Erupção do Vulcão, República de Cabo Verde.; 2014. <https://reliefweb.int/>
156. Organização Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO). Relatório científico da UNESCO.; 2015. <https://en.unesco.org/unescosciencereport>
157. Departamento de Comércio dos Estados Unidos/Administração do Comércio Internacional. (n.d.). Cabo Verde - Guia Comercial do País. Recuperado a 12 de dezembro de 2021, de <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/cabo-verde>
158. Departamento de Estado dos Estados Unidos. Declarações climáticas de investimento: Cabo Verde. Acedido a 1 de março de 2021. <https://www.state.gov/reports/2020-investment-climate-statements/cabo-verde/>
159. Embaixada dos Estados Unidos em Cabo Verde. (n.d.). Médicos, Hospitais e Centros de Saúde em Cabo Verde. Recuperado a 30 de julho de 2021, de <https://cv.usembassy.gov/u-s-citizen-services/doctors/>
160. Agência Nacional de Inteligência Geoespacial dos Estados Unidos. (n.d.). Índice Mundial de Portos. Recuperado a 11 de dezembro de 2021, de <https://msi.nga.mil/Publications/WPI>
161. Associação Nacional de Proteção contra Incêndios dos Estados Unidos (NFPA). (2020). Perfil dos Bombeiros dos Estados Unidos. <https://www.nfpa.org/News-and-Research/Data-research-and-tools/Emergency-Responders/US-fire-department-profile>
162. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). "O Reitor preside à abertura oficial do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais." <https://www.unicv.edu.cv/en/web-ecaa/noticias-ecaa/2093-reitora-preside-abertura-oficial-do-mestrado-em-gestao-politicas-e-ambientais>. Publicado em janeiro. Acedido a 21 de janeiro de 2021.
163. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ensino/Cursos /Mestrados Saúde Pública. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/mestrados/313-pos-graduacao-em-saude-publica-2>
164. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ensino/Cursos/ Especialização/Desenvolvimento Local e Agenda 20/30. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/especializacao/1358-desenvolvimento-local-e-agenda-20-30>
165. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ensino/Cursos/Licenciatura em Engenharia Ambiental e Recursos Naturais. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/licenciaturas/57-engenharia-do-ambiente-recursos-naturais>
166. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ensino/Cursos/Licenciatura em Engenharia Florestal. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/licenciaturas/56-engenharia-do-ambiente-recursos-naturais-2>
167. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ensino/Cursos/Licenciatura em Geografia e Ordenamento do Território. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/licenciaturas/112-geografia-e-ordenamento-de-territorio>
168. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Ensino/Cursos/Mestrados Gestão da Informação Agrícola e Agricultura de Precisão. Acedido a 22 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/mestrados/1488-gestao-e-politicas-ambientais-3>
169. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Área de especialização de segurança da água. Acedido a 21 de janeiro de 2021. <https://www.unicv.edu.cv/ensino/cursos/especializacao/450-seguranca-hidrica>
170. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). 30 out, 2019, Praia. Entrevista do PDC.
171. Universidade de Jean Piaget Cabo Verde (UniPiaget-CV). Licenciado em Administração Pública e Municipal. Acedido a 22 de janeiro de 2021. https://www.unipiaget.edu.cv/?r=site/formacao_detalhes&id=3
172. Universidade de Jean Piaget Cabo Verde (UniPiaget-CV). Mestre em Doenças Infeciosas e Tropicais. Acedido a 22 de janeiro de 2021. https://www.unipiaget.edu.cv/?r=site/formacao_detalhes&id=35
173. Universidade de Jean Piaget Cabo Verde (UniPiaget-CV). Mestrado em Saúde Pública e Comunitária. Acedido a 22

de janeiro de 2021. https://www.unipiaget.edu.cv/?r=site/formacao_detalhes&id=27

174. Universidade de Jean Piaget Cabo Verde (UniPiaget-CV). Mestre em Política Pública e Administração Local. Acedido a 22 de janeiro de 2021. https://www.unipiaget.edu.cv/?r=site/formacao_detalhes&id=38

175. Instituto da África Ocidental (WAI). Página web. Acedido a 21 de janeiro de 2021. <http://www.wai-iao.ecowas.int/>

176. World Organização de Saúde (OMS) entrega equipamentos a Cabo Verde avaliados em quase 200 mil euros.

MundoAOMinuto. <https://www.noticiasominuto.com/mundo/1659934/oms-entrega-equipamentos-a-cabo-verde-avaliados-em-quase-200-mil-euros>. Publicado a 6 de janeiro de 2021.

Banco 177. World. (n.d.). Cabo Verde. DADOS do Banco Mundial. Recuperado em 14 de dezembro de 2021, do <https://data.worldbank.org> 178. Fundo Mundial para a Redução de Riscos de Catástrofes do Banco Mundial (GFDRR). Cabo Verde: Integração do risco de desastres e clima

alterar considerações em investimentos em infraestruturas escolares. Publicado 2019. <https://www.gfdr.org/en/cabo-verde-integrating-disaster-risk-and-climate-change-considerations-school-infrastructure>

179. Facilidade Global do Banco Mundial para redução de riscos de desastres (GFDRR). Perfil de Risco de Desastre: Cabo Verde.; 2019. https://www.gfdr.org/sites/default/files/publication/caboverde_low.pdf

180. Facilidade Global do Banco Mundial para a Redução de Riscos de Desastres (GFDRR); Preparado Int. Diagnóstico de Cabo Verde do risco de desastres naturais para as finanças públicas.; 2018.

181. Empréstimo do Banco Mundial permite a Cabo Verde comprar equipamento médico. Expresso das Ilhas. <https://expressodasilhas.cv/economia/2020/04/03/covid-19-emprestimo-do-banco-mundial-permite-a-cabo-verde-comprar-equipamento-medico/68794>. Publicado a 3 de abril de 2020.

182. Banco Mundial. Alterações Climáticas de Cabo Verde. Publicado em 2020. Acedido a 1 de março de 2021. <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/country/cape-verde>

183. Banco Mundial. Compilação de Avaliações de Risco em Cabo Verde.; 2015.

184. Banco Mundial. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD); Cabo Verde. Acedido a 1 de março de 2021. <https://ida.worldbank.org/debt/cabo-verde>

185. Banco Mundial. O Banco Mundial cabo-verdiano crédito e empréstimo de gestão de risco de desastre com DDO de gato (P160628).; 2018.

186. Facilidade Global do Banco Mundial para redução de riscos de desastres (GFDRR). Diagnóstico de Preparação e Resposta de Emergência de Cabo Verde: Construção de uma Cultura de Preparação.; 2020. <https://www.gfdr.org>

187. Organização Mundial das Alfândegas - Cabo Verde (OMS). Acedido a 1 de março de 2021. <http://www.omdaoc.org/douane.php?pay=CV>

188. Organização Mundial de Saúde (OMS) cabo-verdiano. Cabo Verde aposta na preparação para enfrentar emergências. <https://www.afro.who.int/news/cabo-verde-bets-preparedness-face-emergencies>. Publicado 4 de setembro de 2019.

189. Organização Mundial de Saúde (OMS). Visão Geral do País - Cabo Verde. Acedido a 22 de dezembro de 2020. <https://portal.who.int/triplebillions/PowerBIDashboards/Countries>

190. Organização Mundial do Comércio - Cabo Verde (OMC). Acedido a 1 de março de 2021. https://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/cape_verde_e.htm



**Better solutions.
Fewer disasters.**

Safer world.

1305 N Holopono Street | P: (808) 891-0525
Suite 2, Kihei, HI 96753 | F: (808) 891-0526



@PDC_Global



/PDCGlobal



www.pdc.org



ndpba@pdc.org